

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

GABRIEL GOULART BARBOZA

**A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-
1917)**

**FLORIANÓPOLIS-SC
JULHO
2017**

GABRIEL GOULART BARBOZA

A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-1917)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel e licenciado em História, pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado

**FLORIANÓPOLIS – SC
JULHO
2017**



Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Curso de Graduação em História

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos vinte e oito dias do mês de junho do ano de dois mil e dezeseite, às 09 horas e 00 minutos, na sala 10 Departamento de História, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Orientador(a) e Presidente); Janaina Neves Maciel (Titular); Flávia Paula Darossi (Suplente), designados pela Portaria Tcc nº 14/HST/CFH/2017, a fim de arguirem sobre o Trabalho de Conclusão de Curso do Acadêmico Gabriel Goulart Barboza, intitulado: "**A resistência ao Acordo de Limites e o Estado das Missões (1910-1917)**". Aberta a Sessão pelo(a) Senhor(a) Presidente, o Acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas, Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado, nota 10,0, Janaina Neves Maciel, nota 10,0, Flávia Paula Darossi, nota 10,0, sendo o acadêmico aprovado com a nota final 10,0. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 05 de julho de 2017. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 28 de junho de 2017

Prof. Dr: Paulo Pinheiro Machado (Orientador(a))

Janaina Neves Maciel (Titular)

Flávia Paula Darossi (Suplente)

Gabriel Goulart Barboza (Acadêmico)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o
acadêmico(a) Gabriel Goulart Barboza, matrícula
n.º 13101867, entregou a versão final de seu TCC cujo título é
A resistência ao Acordo de Limões e o Estado dos Minérios (1910-1917)
com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 05 de Julho de 2017.

Orientador(a)

AGRADECIMENTOS

Todos sabem que um trabalho de pesquisa nunca é feito sozinho, por mais que alguém se dedique profundamente a encontrar as fontes, analisar os dados e, finalmente, colocar tudo no papel, o caminho percorrido para chegar à etapa final conta com o apoio até daquele que nem percebeu, seja com uma palavra, uma sugestão ou um simples apoio e incentivo nos momentos difíceis. Agradecer é a memória do coração, por isso, digo obrigado a todos que de alguma maneira contribuíram para meu trabalho e espero ter cumprido o objetivo daqueles que aguardam o resultado final. Com carinho gostaria de dirigir algumas palavras a pessoas que fazem parte da minha vida:

Ao meu pai Plínio e meu irmão Eduardo que sempre me incentivaram a estudar, e “ai” de mim se não estudasse. A minha família por parte de pai, Paco, Gládis, Nenia, Edgardo, Fredy, Tamara, Marcio e Emilio que contribuíram para todo esse lado *uruguayo* que carrego comigo, fazendo ver o mundo sempre com outro olhar. A minha mãe, Eunice e meus familiares do Rio Grande do Sul, Claudio e Eliane, Cesar e Vera, Cristina e Marcos, Luís e Marlene, Hermes e Tania, Zé e Lorena, Alfeu e Odete e a minhas primas Ângela, Rayssa, Adriana e Carol, esses, que embora não estejam aqui comigo, estão sempre ao meu lado. À nova família que passou a fazer parte da minha vida quando ingressei na faculdade, Patrícia, Daniel, Karen, Valdomiro e Dora, obrigado por serem pessoas tão queridas e me apoiarem de todas as maneiras. E, também, às pessoas tão atenciosas comigo quanto tem sido o Getúlio, Ione, Fabrício, Daniel, Lisiane e Lidiane, me apoiando e acreditando em mim. Obrigado a todos vocês.

Aos meus amigos e amigas desse mundo. São tantos que me perdoem aqueles que posso me esquecer de nominar: Maon, Jaibas, Bruna I., Fernanda R., Fernanda S, Mariana, Ketí, Matheus B., Matheus Z., Matheus L., Tomaz, Jordan, Lucas, Felipe, Bruna G., Guilherme, entre outros que vêm se tornando pessoas especiais na minha vida. São vocês que me dão suporte, fazem rir, me escutam nos momentos difíceis e que sempre acreditaram em mim, com aquelas palavrinhas “O Biel tem futuro”. Mal sabem eles que todos nós temos, e que o meu não teria graça sem vocês.

A uma pessoinha que sempre esteve do meu lado desde que eu era apenas um estudante da 7ª série. Depois de nos sermos bons amigos por um longo tempo, hoje finalmente estamos

namorando. Obrigado do fundo do meu coração Luiza, por estar comigo nessa vida. Ela sim sabe de pertinho todos os estresses, os momentos difíceis, os desesperos que passei e, mesmo assim, nunca deixou de estar ao meu lado. Mas, também partilhou comigo de momentos tão bons que às vezes nos perguntamos se tudo isso é real? A nossa felicidade não tem preço.

Ao meu orientador, o Professor Paulo Pinheiro Machado, pessoa que admiro e que foi fundamental para minha formação como historiador. Exemplo de pesquisador, pessoa dedicada, humilde e empolgada com nosso ofício. Sem ele minha pesquisa não seria completa, os materiais, as conversas, as orientações, tudo contribuiu imensamente para este trabalho. Obrigado professor, desejo muitas coisas boas para você e que continuemos nos dedicando mais a fundo sobre a História do Contestado.

Aos meus colegas de trabalho durante o Estágio no Tribunal de Justiça de Santa Catarina, Gustavo, Adelson, Jaque, Orivalda, Sandro, Amanda, Dani, Prohman, Alicy, Estanany e Lucas. Não seria metade do pesquisador que sou hoje sem o incentivo e as oportunidades que me deram. Aos meus colegas da Universidade Federal de Santa Catarina, Guilherme, Talita e Isabela que sempre me ajudaram com os trabalhos e com longas conversas pelo Campus da UFSC.

A todos, gratidão.

RESUMO

Este trabalho está inserido dentro da temática da História do Contestado. Buscou-se, na pesquisa, compreender, dentro do contexto da Primeira República e da promulgação do Acordo de Limites que resolveu o conflito de fronteiras entre Paraná e Santa Catarina, como lideranças da região Sul e Sudoeste do Paraná articularam uma resistência ao Acordo de Limites, com objetivo de emancipar o Contestado por meio da criação do Estado das Missões. Procura-se fazer uma análise tendo como suporte Carlo Ginzburg, Geovani Levi, Henrique Espada Lima e outros autores que contribuíram para a metodologia da micro-história. Reduzindo a escala de análise na figura de Cleto da Silva, líder da resistência, procuramos compreender seu contexto e redes de relações políticas, econômicas, culturais e sociais como forma de entender e trazer um novo olhar sobre o ocorrido. As principais fontes analisadas são o livro de memórias deixado por Cleto da Silva e os jornais DIÁRIO DA TARDE e A REPÚBLICA de Curitiba. A pesquisa terá seu foco na fase de formação da Junta Governativa do Estado das Missões, até o fracasso do levante armado (1910-1917).

Palavras- Chaves: **Contestado; Paraná; Acordo de Limites; Estado das Missões.**

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1: Rotas das tropas dos Campos do Sul à feira de muares em Sorocaba.....	23
Imagem 2: Mapa da região de Palmas reivindicada pela Argentina, até 1895.....	37
Imagem 3: Criação de distritos e municípios catarinenses e paranaenses na zona Contestada.....	38
Imagem 4: Croquis da Zona Contestada.....	67
Imagem 5: O Pretendido Estado das Missões.....	78
Imagem 6: Mapa dos pontos a serem ocupados.....	111
Imagem 7:Um grupo de paranaenses decididos.....	112

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
INTRODUÇÃO.....	10
O PLANALTO SUL E SUDOESTE PARANAENSE: OCUPAÇÃO, POLÍTICA E CONFLITOS.....	22
1.1 DO CAMINHO DAS TROPAS AO INÍCIO DA REPÚBLICA.....	22
1.2 CORONELISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930).....	27
1.3 CORONÉIS E PROFESSORES: UNIÃO DA VITÓRIA E A FAMÍLIA CLETO DA SILVA	31
1.4 O LITÍGIO DE LIMITES E O PROCESSO JUDICIAL MOVIDO POR SANTA CATARINA.....	36
1.5 A HISTORIOGRAFIA E O ESTADO DAS MISSÕES.....	42
2 DO ESTADO DAS MISSÕES AO ACORDO DE LIMITES (1916).....	49
2.1 UM COMÍCIO EM PALMAS.....	49
2.2 O ACORDO DE LIMITES (1916).....	60
2.3 “A UM ACORDO DESHONROSO, MIL VEZES A INDEPENDÊNCIA, O ESTADO DAS MISSÕES”.....	69
3 O CONTESTADO DIANTE DAS CARABINAS – O LEVANTE DE 30 DE JULHO DE 1917.....	80
3.1 DA LUTA POLÍTICA À LUTA ARMADA.....	80
3.2 O LEVANTE DE 30 DE JULHO DE 1917.....	86
3.3 A IMPRENSA DA CAPITAL E OS POSSÍVEIS PLANOS DOS REVOLTOSOS.....	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	112
REFERÊNCIAS.....	120

INTRODUÇÃO

O final do século XIX e início do século XX ficou marcado por grandes acontecimentos e transformações, mudando profundamente a vida dos indivíduos residentes na região do planalto de Santa Catarina e Paraná. São marcos desse período as discussões sobre os limites entre os dois estados; a proclamação da República (1889); a Revolução Federalista (1893-1895); a introdução da ferrovia por meio de empresas estrangeiras; a política de legitimação de terras; a presença forte de um coronelismo característico da Primeira República (1889-1930); a disputa pelo poder político entre as esferas locais, estaduais e nacionais; a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916)¹; o Acordo de Limites (1916); entre outras ocorrências.

Para o presente trabalho de pesquisa, embora acabe abarcando informações sobre grande parte dos acontecimentos citados acima, nos interessa, principalmente, o conflito de limites entre Paraná e Santa Catarina e seus desdobramentos na região. A disputa por terras entre Santa Catarina, São Paulo e, posteriormente, o Paraná (a partir de 1853), abrangia as terras da região Sul e Sudoeste do Paraná, o Vale do Rio do Peixe e o meio-oeste catarinense, localizado nas terras situadas ao oeste, entre os rios Uruguai, Iguaçu e ao sul do Rio Negro.²

Este território passou a ser denominado como “O Contestado” e foi palco de grandes conflitos que marcaram o início da primeira república e o estabelecimento do próprio sistema como nova forma de organização federal e estadual. A disputa remonta ao período colonial, quando, por iniciativa da capitania de São Paulo, em 1766, foi fundada a póvoa e depois a Vila de Nossa Senhora dos Prazeres do Sertão de Lagens. Enquanto São Paulo era responsável por toda a jurisdição do Sul do país, por meio da comarca do Paranaguá, não havia debates entre as províncias referentes à questão de limites na região. A situação vai sofrer mudanças quando a vila de Lages é desmembrada de São Paulo, passando a fazer parte de Santa Catarina (1820), dando outros contornos à disputa. A criação da província do Paraná,

¹ Utilizarei o termo “Guerra Sertaneja do Contestado” para designar o conflito que aconteceu no Contestado seguindo a mesma linha de argumentação proposta por Paulo Pinheiro Machado. Para o autor o termo, empregado por Maurício Vinhas de Queiroz, se torna mais adequado por indiretamente fazer referência a outras guerras e movimentos sertanejos brasileiros como Pedra Bonita, Muckers, Canudo, Caldeirão, em que as esperanças místicas, os problemas em relação à posse de terra e a resistência aos representantes do poder local também desencadearam movimentos sociais de natureza semelhante. Cf. MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916).** – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004. p. 36.

² MACHADO, op. cit., p. 124.

em 1853, agravou ainda mais a situação, ficando pendente até o final da Guerra Sertaneja do Contestado e, tendo seu desfecho, com a promulgação do Acordo de Limites em 20 de outubro de 1916, com a intervenção do governo federal.³

Entrando o Paraná na disputa o debate ficou restringido a um círculo ligado a paranaenses, catarinenses e os apoiadores de cada lado, podendo ser esses de outros estados brasileiros. Santa Catarina se baseava numa legislação colonial, nos limites naturais – alvarás, cartas régias, pareceres administrativos, compromissos políticos – para reivindicar o pedaço de terra, com esses argumentos também promovia uma ação judicial contra o outro estado (AOR nº 07 STF, 1900). O Paraná se defendia e utilizava em maior expressão o argumento de ocupação do território, o direito do *uti possidetis*, para alegar ter a posse das terras daquela região.⁴ A República da Argentina no final do século XIX também tentou entrar no jogo questionando os limites fluviais do Brasil. Esse episódio ficou conhecido como “A Questão de Palmas” ou como chamado pelos argentinos “Questão das Missões”, na qual os brasileiros conseguiram ganhar a causa

Fato interessante desenrolado durante esse período e objeto de pesquisa do presente trabalho foi que, durante os debates que ocorriam entre os dois estados, as elites locais e da capital paranaense, sendo militares, coronéis da Guarda Nacional, políticos influentes, intelectuais, jornalistas, entre outros, não deixaram de apresentar métodos próprios para servir de alternativa à decisão puramente judicial do Superior Tribunal de Justiça (STF) – como o próprio Acordo de Limites (1916). Contudo, antes do acordo, os paranaenses da região Sul e Sudoeste do planalto, principalmente políticos e coronéis de Palmas, União da Vitória e Rio Negro, passaram a reivindicar a criação de um novo estado no Contestado.

Após a vitória de Santa Catarina, por duas vezes na justiça, a ideia se concretizou e passou a tomar forma com a fundação, em 1º de janeiro de 1910, da Junta Governativa do Estado das Missões, composta pelo Dr. Roberto Vianna e coronel Domingos Soares de Palmas; Jose Júlio Cleto da Silva, pelo município de Clevelândia; Major Pedro Alexandre Franklin, pelo município de Rio Negro; coronel Amazonas Marcondes e coronel Francisco Cleve; pelo município de União da Vitória. A movimentação promovida por parte dos políticos locais atraiu atenção do governo paranaense, que logo se posicionou sobre o ocorrido, enviando representantes para apurar os fatos. Entre os enviados do governo, estava

³ CABRAL, Oswaldo R. **A campanha do Contestado**. Florianópolis. Lunardelli. 1979. p. 24 et seq.

⁴ O direito de posse de terras, *uti possidetis*, também foi utilizado em certa medida por Santa Catarina durante os debates. Cf. SILVEIRA, Matheus Fernando. **NAS BORDAS DO CONTESTADO: a questão de limites no Processo de Execução e no Acordo de 1916**. Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2015. p. 9.

Affonso Alves de Camargo, futuro sucessor do Presidente do Paraná⁵, que ocupava cargo de vice-presidente naquele momento.⁶

Nesse primeiro período, a ideia não foi totalmente reprimida pelo governo paranaense, mas, foi pedido que se aguardasse o desfecho da decisão judicial, que cabia Embargos Declaratórios paranaenses. Caso a decisão fosse perdida no STF, o Comitê de Limites do Paraná se comprometia a ajudar a Junta. Em 1910 também é criado o semanário “MISSÕES”, tendo como primeiro redator Djalma Coelho e, posteriormente, ainda no mesmo ano, José Júlio Cleto da Silva. O semanário foi responsável por fazer a defesa da jurisdição paranaense no Contestado, principalmente no Vale do Timbó, Três Barras, Rio Negro, Clevelândia, União da Vitória e Palmas, incitando a população a aderir à criação do Estado das Missões e, em hipótese alguma, aceitar fazer parte do território catarinense.

O desenrolar da história demonstrou que nos anos após a criação da Junta Governativa, até os meses finais de 1916, a oligarquia comandante do estado do Paraná cada vez mais se afastava da ideia de criação do novo estado e se aproximava de uma solução via arbitragem com a intervenção Federal, resultando na promulgação do Acordo de Limites de 20 de outubro de 1916, dando fim à questão no âmbito da política nacional e estadual. Mesmo após assinado o acordo, a questão de limites não foi simplesmente suprimida e aceita por todos os habitantes dos estados. Descontentes com a situação, um grupo liderado por José Júlio Cleto da Silva e outras figuras do Contestado, promoveram um levante em 30 de julho de 1917 em prol da criação do Estado das Missões.⁷ O levante fracassou e a ideia do novo estado caiu em esquecimento, ao menos, por Cleto da Silva seu principal defensor na época.

A exposição sobre o Estado das Missões feita acima é o que geralmente é encontrado nos estudos feitos na historiografia relacionada ao Contestado e a questão de limites propriamente dita. A tentativa de criação do estado aparece como um movimento fracassado dos coronéis do Sul e Sudoeste paranaense, sem grandes repercussões, deixando de lado as peculiaridades que envolviam o episódio. Tendo em vista que não foram produzidos muitos estudos sobre o assunto - exceto os que são citados ao longo do trabalho - a análise feita sobre o tema nesta pesquisa conta com uma abordagem de história social e metodologia da micro-história, reduzindo a escala de análise para figura de Cleto da Silva identificando sua rede de sociabilidades com o contexto social, político, econômico e cultural ao qual esteve inserido.

⁵ Termo utilizado para designar o governador do estado do Paraná naquele período.

⁶ SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória**. União da Vitória: Paraná, 1933. p. 98.

⁷ Ibidem, p.144.

Para isso, faz-se necessário delimitar alguns aspectos relevantes para o estudo baseado na metodologia da micro-história. Segundo Henrique Lima Espada, em seu artigo “Micro-História”⁸, foi nas duas últimas décadas na qual se desenvolveram os debates sobre as possibilidades e transformações da história social, que a micro-história passou a ocupar um lugar de destaque dentro desse contexto, sendo o seu berço a Itália dos anos 1970 e 1980. A aproximação que vinha ocorrendo naquele país, durante os anos 1950 e 1960, com o debate da historiografia internacional, as ciências sociais, a economia e a antropologia promoveram a mobilização de diversas pesquisas colocando em cheque grandes modelos explicativos característicos da História do período e desafiando a capacidade explicativa de conceitos como “modernidade” ou “desenvolvimento”⁹.

A fundação da revista “Quaderni Storici”, na Itália, com participação de historiadores marxistas e outros ligados à escola dos Annales é apontado como momento do aparecimento da micro-história. Esses estudiosos discutiam durante a década de 1970, as principais temáticas sobre a história social e também sobre temas como: história da família, antropologia, História oral, o mundo camponês, religiões populares, História das mulheres, etc. Em meio a esses novos assuntos, em 1977, o historiador genovês, Edoardo Grendi publicou o primeiro artigo relacionado estritamente com a temática: “Micro análise ou historial social”¹⁰.

Edoardo Grendi defendia a necessidade de a História ter maior ligação com antropologia e produzir uma análise das relações econômicas em conjunto com as relações sociais, políticas e culturais, a partir de uma referência experimental recolhida por observação direta. A História deveria ser reconduzida a uma vocação analítica na qual o objeto de análise é indicado pela série ou rede de relações em que está envolvido.¹¹ Isso poderia ser percebido na reconstrução em uma escala reduzida das redes relações interpessoais, desenvolvida a partir do estudo intensivo das fontes seriais, num recorte circunscrito de um local.¹²

Carlo Ginzburg também dava suas contribuições com a publicação do artigo “Sinais: raízes de um paradigma indiciário”, defendendo que a História era uma ciência indiciária

⁸ LIMA, Henrique Espada. Micro-História. IN: Cardoso, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

⁹ Ibidem, p. 207-9.

¹⁰ Apresentarei o debate de consolidação da micro-história, pois ela se deu por meio de construções e contribuições de diversos autores como, Giovanni Levi, Edoardo Grendi, Carlo Ginzburg, Carlos Poni, Luisa Accati, Natalia Zemon Davis, entre outros. Não sendo, portanto, um modelo criado a partir de uma definição concreta, mas sim ao longo de debates que formularam critérios que caracterizam uma pesquisa de micro-história.

¹¹ LIMA, op. cit., 2012, apud GRENDI, 2009, p.35.

¹² Ibidem, p.212 apud LIMA, 2006, p. 182.

encontrando seus próprios fundamentos epistemológicos nesse paradigma. O mesmo autor, junto a Giovanni Levi ainda publicou, em 1981, o livro com denominação “microstorie”, definindo a mesma como um experimento de verificação material, com reordenação de dimensões, personagens e pontos de vistas. Para os autores, esse tipo de investigação fazia surgir novas categorias interpretativas, novas tramas e novos pontos de investigação, estando ligada a momentos, situações e pessoas que, na redução da escala, recuperavam sua importância.¹³

O termo escala havia sido tomado emprestado do antropólogo norueguês Fredrik Barth, e incorporado por Giovanni Levi, como uma dimensão fundamental da micro-história, capaz de perceber a dicotomia entre o micro e o macro.¹⁴ A alteração da escala, portanto, permitia o estudo de peculiaridades de um problema de pesquisa independente da sua dimensão. Ainda em um artigo escrito por Giovanni Levi “sobre a micro-história”¹⁵, o mesmo apresentou a redução da escala como “um procedimento analítico que pode ser aplicado em qualquer lugar, independente das dimensões do objeto analisado” e apontava como o princípio unificador de toda pesquisa de micro-história “a crença em que a observação microscópica revelará fatores previamente não observados”¹⁶. Dessa maneira, esse tipo de pesquisa acaba produzindo perguntas capazes de serem transportadas para outros contextos espaciais e temporais, podendo levantar novos aspectos de temas generalizados nas pesquisas.¹⁷

Ao entrar em contato com a França, com a publicação do livro “Herança Imaterial” (1989) de Giovanni Levi, o francês Jacques Revel, ao escrever o prefácio apontava a capacidade da micro-história de recusar a compreensão do “social” ou do “contexto” como uma realidade de contornos previamente definidos e estruturados que o historiador já conhece e deve simplesmente enquadrar seu objeto de pesquisa. Pelo contrário, a pretensão da análise de micro-história estava “em revelar, por intermédio do estudo intensivo em escala reduzida da trama final fina do tecido social, dimensões desconhecidas desse “contexto” e da dinâmica complexa de suas transformações”. Sobre a noção de escala, Revel também organizou e publicou uma coletânea de estudos que tinha como título o “Jogo de Escalas”, em 1998, discutindo esse aspecto do ponto de vista historiográfico, metodológico e suas ambiguidades. Para o autor, o uso dessa expressão não significava a prioridade do “micro” sobre qualquer

¹³ Ibidem, p. 214-5.

¹⁴ Ibidem, p. 219, apud LIMA, 2006, p. 259.

¹⁵ LEVI, Giovanni. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

¹⁶ Ibidem, p.137-8.

¹⁷ LIMA, 2012, p. 221.

outra grandeza de escala, mas um constante diálogo com outras problemáticas relacionadas ao “macro”.¹⁸

No Brasil, a micro-historia se apresentava principalmente pelas obras traduzidas de Carlos Ginzburg, como “O queijo e os vermes” e “Mitos emblemas e sinais” trazendo aspectos metodológicos desse tipo de pesquisa. Henrique Espada Lima no final de seu artigo, deixa claro aos críticos que “nada é tão distante da micro-história quanto esse impulso de fazer dela um alibi intelectual para contar histórias banais”. Afirmar que muito pelo contrário, sua intenção foi sempre “a de considerar a realidade histórica de um modo mais rico e complexo”, com proposta de realizar novas perguntas e encontrar respostas que permitissem “qualificar a nossa compreensão geral dos processos que são o cerne de toda investigação do passado”.¹⁹

Apontado os aspectos da micro-historia, assim como características da sua metodologia, torna-se mais fácil explicar ao leitor como esta pesquisa se enquadra dentro desse tipo de investigação. Para fazer a análise do episódio do Estado das Missões, a escala de análise é reduzida para um contexto espacial mais específico: o da divisa entre Paraná e Santa Catarina, com foco na região norte do planalto Contestado, onde ficavam localizados até, antes do Acordo de Limites (1916) os municípios de União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Rio Negro, Três Barras, Canoinhas e outros que se formaram na região do Timbó - depois do acordo alguns municípios sofreram mudanças e novos foram criados.

Dentro desse contexto, busca-se direcionar o foco para José Júlio Cleto da Silva, comerciante, político, jornalista, intelectual, funcionário público de União da Vitória e líder das movimentações para criação do Estado das Missões. A partir desse indivíduo, o objetivo é reconstruir a complexidade e a rede de relações que o ligam ao seu meio social, compreendida, como apontam os autores de micro-história, como um tipo de teia de malha fina que releva o tecido social em que o mesmo está inserido e recupera sua importância em determinado contexto. Dessa maneira, objetiva-se produzir uma análise capaz de auxiliar na compreensão da temática do Estado das Missões e do conflito de limites entre Santa Catarina e Paraná, contribuindo com a historiografia do Contestado.

Para reconstruir essa trajetória de Cleto da Silva, se buscam, como apontado por Ginzburg, os indícios, as pistas, os rastros deixados pelo mesmo durante sua história.

¹⁸ Ibidem, p. 219-20.

¹⁹ Ibidem, p. 222.

Compreendendo assim, como feito por Giovanni Levi no livro “Herança Imaterial”²⁰, como Cleto herdou de seu pai um prestígio social e político após sua morte, passando a exercer o cargo tabelião em União da Vitória e a função de professor na região, antigas ocupações de seu pai que passaram para Cleto como uma espécie de herança imaterial. O “Jogo de Escalas” discutido por Jacques Revel também foi importante para a análise. Não se trata de simplesmente observar o episódio do Estado das Missões, apenas do ponto de vista dos líderes locais da região Sul e Sudoeste paranaense, mas de fazer um constante diálogo com questões das esferas estaduais e nacionais, como o litígio de limites entre os dois estados, englobando o processo judicial movido por Santa Catarina, as mobilizações do governo paranaense para resolver o conflito, o próprio Acordo de Limites de 1916 e, também, a Guerra Sertaneja do Contestado acontecida neste período.

Para isso, foi necessário recorrer às fontes de fontes em grande escala e de caráter empírico, como: as próprias publicações de Cleto, os periódicos do século XX, as mensagens do presidente do Estado paranaense, o relatório do Chefe de Política do Paraná, as falas nas Assembleias Legislativas do Paraná de deputados e publicações no semanário MISSÕES – a última, presente somente no livro de Cleto. A partir destas fontes, pretendeu-se encontrar especificidades, até então descartadas pela historiografia que generalizou o episódio, levantando a possibilidade de elencar novas questões e contribuições para os estudos relacionados: ao Estado das Missões; aos limites entre os dois estados; aos aspectos de transição do regime republicano; sobre coronelismo da Primeira República (1889-1930); disputas entre o poder local, estadual e federal; às estratégias utilizadas pelos coronéis, grandes fazendeiros, ervateiros e políticos de renome do planalto Sul e Sudoeste paranaense para aquisição de terras, prestígio e influência política;

As fontes utilizadas para fazer a pesquisa são todas relacionadas à época. A de primeiro contato, e a responsável pela decisão de tratar do assunto, é o livro escrito em 1920 pelo próprio Cleto da Silva, “ACCORDO Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas”.²¹ A publicação traz um relato feito pelo próprio protagonista do movimento,

²⁰ No livro “Herança Imaterial” de Giovanni Levi o autor buscou reconstruir a breve história de Giovan Battista Chiesa, padre exorcista no Piemonte do século XVII. A partir desse episódio a obra tenta recuperar sua relação com o mundo camponês em transformação onde sua história fazia sentido. O livro mobilizou uma grande pesquisa empírica, analisando comportamentos sociais, lógicas e valores intrínsecos, revelados nas estratégias matrimoniais e familiares, no funcionamento do mercado de terras, no exercício limitado dos poderes locais, construindo um modelo interpretativo dinâmico de uma sociedade do antigo regime. Uma das características mais importantes da pesquisa foi perceber nas estratégias daqueles indivíduos e grupos o uso de recursos materiais e imateriais, como o próprio Chiesa que herdou o prestígio social e político como peso e influência na sua atuação na região. Cf. Lima, 2012, p. 217.

²¹ SILVA, Cleto da. **ACCORDO Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas**. Papelaria Globo – Rua 1º de Março, 15, CORITIBA, 1920.

revelando aspectos sobre sua trajetória, suas raízes políticas, suas publicações feitas no semanário MISSÕES do qual foi redator, transcrições de suas falas na Assembleia Legislativa do Paraná, fatos importantes anteriores a assinatura do Acordo de Limites e uma narrativa – parcial – sobre os acontecimentos durante levante de 30 de julho de 1917. Essa fonte mereceu bastante cuidado por se tratar de uma defesa do próprio Cleto da Silva para voltar ao círculo de prestígio político do Paraná, após ser fortemente atacado pela oposição e jornais paranaenses. Contém informações de caráter questionável e duvidoso, mas que, por serem de tal maneira, revelam também peculiaridades deste indivíduo. Devido à dificuldade de acesso à maioria dos documentos do arquivo do Paraná, o método escolhido para checar as informações foi de cruzar com os jornais digitalizados da hemeroteca da Biblioteca Nacional, nas mensagens dos presidentes do Estado e no relatório do Chefe de Polícia do Paraná.

Foi tranquilizante perceber que a maior parte das informações do livro se repetia nos periódicos, nas mensagens ou no relatório. Por exemplo, as falas na Assembleia Legislativa eram frequentemente transcritas nos jornais, sendo praticamente idênticas as que constavam no livro – mudando apenas algumas grafias. Os telegramas citados por Cleto também apareciam nesses documentos, o que permitiu revelar até uma omissão por parte de Cleto em uma de suas transcrições. Por fim, as informações gerais batiam com as prestadas nos relatórios. Esse fator tornou a pesquisa trabalhosa, mas ao mesmo tempo interessante por ter que recorrer a aspectos epistemológicos do ofício do historiador. A falta de fontes originais, o caráter duvidoso, os cruzamentos de dados, a análise do discurso, entre outras problemáticas, fazem parte das dificuldades encontradas pelos historiadores durante suas pesquisas.

Outra fonte utilizada para compreender o contexto da região é mais um livro publicado por Cleto da Silva: “Apontamentos Históricos de União da Vitória – 1768 – 1933”²². Esta obra me permitiu saber, em ordem cronológica, como foi a ascensão de políticos influentes na cidade de União da Vitória e arredores - como o coronel Araújo de Amazonas Marcondes e o próprio Cleto da Silva. Obter informações a respeito da expansão jurisdicional paranaense provisória no Contestado, identificar cargos ocupados por alguns indivíduos apoiadores da criação do Estado das Missões e atuantes no levante de 30 de Julho - por meio das nomeações de juízes, promotores, delegados, etc. - entre outras informações pertencentes ao recorte temporal abordado.

As mensagens ao Congresso Estadual paranaense utilizadas foram as prestadas pelos Presidentes do Paraná Carlos Cavalcanti e Afonso Camargo nos anos de 1913, 1914, 1915,

²² Idem, 1933.

1916, 1917 e 1918.²³ E o relatório do Chefe de Polícia do Paraná foi o referente ao ano de 1917 de Lindolpho Pessoa da Cruz Marques, que expõem um breve resumo do desenrolar das suas investigações e do desfecho do movimento, identificando envolvidos, telegramas, ocorrências, etc.²⁴

Como dito, por não ter tido acesso aos processos judiciais referentes aos acontecimentos, os jornais se tornaram fontes ricas em relação a informações chaves para análise de Cleto da Silva e as movimentações em torno do Estado das Missões. Procurou-se fazer análise dos periódicos paranaenses, A REPÚBLICA (PR) e DIÁRIO DA TARDE, colhendo informações da família Cleto desde os tempos da Revolução Federalista (1893-1895) até o desfecho da sublevação promovida (1917). Também foram utilizados alguns jornais do Rio de Janeiro, como A NOITE (RJ), O PAIZ (RJ), O MALHO (RJ), direcionando a pesquisa, principalmente em notícias ligadas ao ano de 1917 e a figura de Cleto da Silva e do coronel Fabricio Vieira. Por último, buscaram-se informações no jornal do Rio Grande do Sul A FEDERAÇÃO. Vale lembrar que a utilização dos jornais requer alguns cuidados específicos, sendo o primeiro deles, identificar como estava organizada a imprensa naquele período.

O início do século XX ficou marcado pela velocidade, mobilidade, eficiência no modo de vida das populações urbanas. A imprensa passou a ocupar um lugar privilegiado de informação e sua difusão começou a ser parte ativa desse processo. Os novos métodos de impressão permitiram aumentar o número de tiragens, melhorar a qualidade e baratear os exemplares, passando a atingirem regiões cada vez mais distantes graças aos avanços dados no sistema de transporte. A estruturação e a distribuição do conteúdo também sofreram modificações, ao lado das reportagens, entrevistas, e inquéritos, apareciam também informações sobre assuntos policiais, esporte, lazer, vida social e cultural. A ilustração incorporou-se definitivamente nos diários, dando certa leveza no texto.²⁵ Uma mudança de grande importância e que, de certa forma, acabou influenciando nas demais, foi a procura em trazer maiores informações sobre os ocorridos ao invés de doutrinações. Os periódicos

²³ As mensagens dos Presidentes do Paraná consistiam num relato lido ao Congresso Estadual referente aos principais acontecimentos que se desenrolaram no Estado ano anterior. Estão disponíveis em <http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/paran%C3%A1>.

²⁴ PARANÁ (ESTADO). CHEFE DE POLÍCIA LINDOLPHO PESSOA DA CRUZ MARQUES. **Relatório enviado ao secretário do interior, justiça e intrução pública em 31 de dezembro de 1917**. Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba. 1917. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1917MFN802.pdf> acessado dia 22/06/2017.

²⁵ LUCA, Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: **Fontes Históricas**. Carla Bessanezi Pinsky (org.) - 2.ed. 1ª reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2008. p. 137.

passaram a ser vistos como veículos de informar o leitor sobre os acontecimentos, buscando encontrar a veracidade dos fatos.

Quanto aos aspectos metodológicos a serem seguidos para analisar os periódicos é interessante levantar características da materialidade dos periódicos, entender como está organizado seu conteúdo e identificar o grupo ou redator responsável pela publicação, tendo em mente que os periódicos fazem uma representação da realidade.²⁶ Os principais jornais utilizados ao longo da pesquisa foram o A REPÚBLICA (PR) e o DIÁRIO DA TARDE. Esses periódicos tinham seus volumes, geralmente, contando com quatro páginas, sendo a primeira dedicada às principais notícias da imprensa brasileira e paranaense, a segunda com notícias secundárias e telegramas recebidos, a terceira com uma mistura de notícias, fatos sociais e anúncios de lojas e serviços prestados e a última reservada para anúncios. As notícias se organizavam em colunas, descritas por letras miúdas, na terceira e na quarta página se concentrava um maior número de imagens para dar maior receptividade na leitura. Ambos os jornais eram favoráveis ao posicionamento do Presidente do Paraná e ao partido republicano.

Os redatores dos jornais variavam de acordo com o período. A REPÚBLICA (PR) teve Vicente Machado, Hypolito Pereira, Alfredo Aurélio Freitas, Manoel José Gonçalves e também o coronel e historiador Romário Martins. O periódico servia como órgão oficial do governo publicando movimentações administrativas, políticas, sociais, em meio a um universo de notícias sobre a vida pública e os acontecimentos de destaque no país e no Paraná. Foi no A REPÚBLICA (PR) onde encontraram-se as informações mais ligadas à vida política de Cleto da Silva e seu pai tenente-coronel José Cleto da Silva. Já o DIÁRIO DA TARDE servia como órgão informativo da população, tinha como redator Celestino Júnior, Ernesto Luiz D'Oliveira e depois Generoso Borges. Não se concentrava tanto em fatos administrativos, mas sim, em questões políticas que se desenrolavam pelo estado, buscava também trazer aos leitores as informações que se davam nas outras regiões do Paraná além da capital, inclusive na zona Contestada, não se resumindo a fazer críticas, mas chegando a enviar repórteres, estabelecendo ligação com informantes, entrevistando pessoas, ou seja, buscando construir sua representação daquela realidade.

Desta forma, é por meio dos jornais que se foi mais a fundo e se traçou melhor a vida e a trajetória de Cleto da Silva, sua família, suas influências, suas atuações como deputado estadual, jornalista, prefeito municipal e militante na causa do Estado das Missões. Também

²⁶ Ibidem, p. 138 e 142.

são nos jornais onde se colheram as informações sobre os planos dos envolvidos no levante, participantes, possíveis participantes – como coronel Fabricio Vieira, mais citado nos periódicos do que nos próprios documentos apresentados por Cleto da Silva e o Chefe de Polícia – as possíveis causas do fracasso e o desfecho do movimento.

Como referenciais teóricos, são utilizados os estudos produzidos por Paulo Pinheiro Machado em sua obra “Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916)”; O recente estudo produzido por Matheus Silveira Fernando em seu Trabalho de Conclusão de Curso na Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), “NAS BORDAS DO CONTESTADO - a questão de limites no Processo de Execução e no Acordo de 1916”; A pesquisa, embora com bastante cuidado, feita por Licurgo Costa “Um Cambalacho Político – A Verdade Sobre o “Acordo” de Limites Paraná-Santa Catarina”²⁷, além de outros autores que abordam a questão do Contestado, como Nilson Thomé em “A política no Contestado: Do curral da Fazenda ao Pátio da Fábrica”²⁸; e os autores já citados referentes à categoria de análise de micro-história.

A partir do levantamento de fontes, em conjunto com esses autores, não se pretende simplesmente reproduzir o que já foi dito sobre o tema, mas sim, elencar novos elementos, contribuir para a historiografia do Contestado e fazer uma análise das peculiaridades e características do movimento de resistência ao Acordo de limites que buscou a criação do Estado das Missões, promovendo um bom debate entre os documentos e as pesquisas.

Desta forma, no capítulo 1 é feita uma análise mais geral do contexto da região onde estavam inseridos os indivíduos que promoveram a ideia do Estado das Missões. No primeiro subcapítulo são apontados aspectos da ocupação de terras no Contestado por meio do caminho das tropas e medidas administrativas imperiais. No segundo subcapítulo, a discussão gira em torno das características do coronelismo na Primeira República, com foco na região Sul e Sudoeste do planalto paranaense. No terceiro subcapítulo busca-se discutir a situação de União da Vitória no início da Primeira República, a chegada da família Cleto da Silva e a liderança exercida pelo coronel Amazonas Marcondes no partido republicano. No quarto subcapítulo aborda-se o andamento da questão de limites antes da criação da Junta Governativa do Estado das Missões e sobre a ação movida por Santa Catarina. Por último, no

²⁷ COSTA, Licurgo. **Um Cambalacho Político – A VERDADE SOBRE O “ACORDO” DE LIMITES PARANÁ-SANTA CATARINA**. Florianópolis: Edição Lunardelli, 1987. Ressalto a importância de alegar que uso esse estudo com muito cuidado, pois está pautado em uma tentativa de buscar uma verdade, uma comprovação dos acontecimentos, pendendo sempre para o lado catarinense e atacando todos àqueles que não agiram em prol de Santa Catarina. Mas que mesmo assim não deixa de ser importante para abordar o assunto.

²⁸ THOMÉ, Nilson. **A Política no Contestado: do Curral da Fazenda ao Pátio da Fábrica**. Caçador: UnC/ Museu do Contestado, 2002. 234p.

quinto subcapítulo é feito um breve resumo do que se foi dito na historiografia referente ao Estado das Missões.

No capítulo 2 é discutido o período que vai da Criação da Junta Governativa, em 1910, até a sublevação, em meados de 1917. No primeiro subcapítulo, trata-se o surgimento da ideia de criar um novo estado na região do Contestado por meio de comícios e da fundação da Junta Governativa. No segundo subcapítulo, busca-se compreender as negociações em torno do Acordo de Limites e organização da política durante a Primeira República. Já no terceiro subcapítulo, procura-se demonstrar as resistências políticas exercidas por Cleto da Silva, deputado estadual naquele momento.

No capítulo 3, procura-se abranger os acontecimentos que se desenrolam durante o levante armado de 30 de julho, trazendo o início do ocorrido, desenvolvimento, desfecho e também os planos. No primeiro subcapítulo é analisada a passagem de uma luta política para luta armada, falando sobre as movimentações antes de estourar o levante. No segundo subcapítulo é traçada a trajetória do movimento, a saída de União da Vitória, os lugares onde passou até seu desfecho com a dissolução e fuga dos integrantes. No terceiro subcapítulo busca-se discutir os planos e as causas que levaram seu fracasso através do jornal DIÁRIO DA TARDE.

CAPÍTULO 1

1 O PLANALTO SUL E SUDOESTE PARANAENSE: OCUPAÇÃO, POLÍTICA E CONFLITOS.

1.1 DO CAMINHO DAS TROPAS AO INÍCIO DA REPÚBLICA

Os séculos XVI e XVII foram marcados por expedições bandeirantes para a região Sul do país, promovendo uma caça, em grande escala, à população indígena e desencadeando grande usurpação de seu território. Após a proibição da escravização desses povos, ainda foram utilizados como “índios administrados”, desde que fossem catequisados, podendo servir como força de trabalho. Durante o século XVIII, houve uma mudança significativa no objetivo das expedições, passou-se a buscar uma colonização da região e estabelecer os limites com as fronteiras espanholas.²⁹

O caminho das tropas, nome do trajeto que buscava ligar os campos do Rio Grande do Sul e o local denominado distrito das Missões aos campos de Curitiba e a cidade paulista de Sorocaba, “ponto terminal do gado *muar* tangido desde o sul” desencadeou um novo processo de ocupação.³⁰ Essa picada, termo utilizado na época para designar os caminhos, se tornou o melhor percurso para o gado transitar, por possuir um traçado variado, de acordo com a geografia anual e contar com grandes campos abertos, locais ideais para acampamento e descanso das mulas, principal meio de carga da época.

Por conta da passagem dos tropeiros, passaram a se formar núcleos populacionais e fazendas de invernada e de criação de gado, com objetivo de auxiliar a vida dos que circulavam por ali e necessitavam de um local para o repouso e a engorda do gado. Desta maneira, a região começou a se tornar uma fronteira de expansão da pecuária, tanto dos paranaenses como dos rio-grandenses. No século XVIII, o planalto meridional se estendia do Rio Grande até a capitania de São Paulo, com formação de grandes campos naturais em “Cruz alta, Passo Fundo e Vacaria (Rio Grande do Sul), Lages, Campos Novos, Curitibaanos [em Santa Catarina] e Estiva (Papanduva), Lapa, Castro Palmeira e Curitiba, no Paraná”³¹. A pecuária e as pequenas lavouras de subsistência geraram um processo de povoamento,

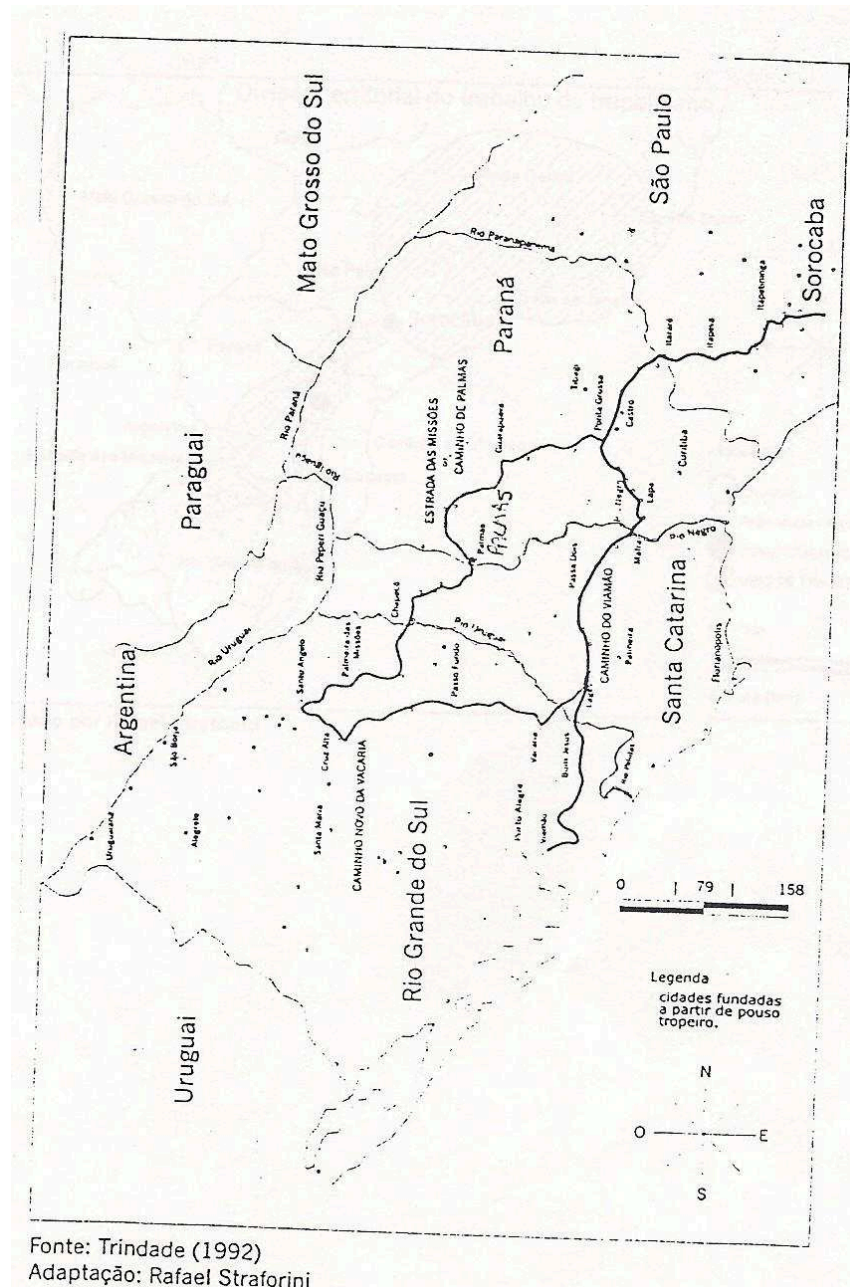
²⁹ MACHADO, 2004, p. 59-60.

³⁰ Ibidem, p.60.

³¹ Ibidem, p. 60-1.

seguindo duas direções. A que mais interessa nesta pesquisa é a que partia dos campos de Curitiba em direção Sul e Sudoeste e a ocupação norte do planalto catarinense, ocorrida no século XIX, visando os campos naturais localizados na região de Guarapuava e Palmas.³² O mapa abaixo exhibe as rotas e como estavam organizadas as províncias nesse momento.

Imagem 1: Rotas das tropas dos Campos do Sul à feira de muares em Sorocaba.³³



³² MACHADO, 2004, p.63.

³³ SIQUEIRA, Ana Paula Pruner. **Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888.** Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010. p. 130.

Sobre a descoberta dos campos de Guarapuava, Palmas e a fundação de povoações no Sul e Sudoeste do planalto paranaense, o livro de Cleto da Silva sobre União da Vitória traz algumas informações sobre a história “oficial” da região, ou seja, como a elite via a ocupação que se deu naquele período.³⁴ Cleto afirma que no Governo de Marquez de Pombal, em 1768, dentro da onda de povoamento já citada do século XVIII, foi solicitada a saída de expedições para conhecerem o sertão e os rios brasileiros. Nesse mesmo ano, era dada a ordem para o tenente Domingos Lopes Cascais descer o Rio Iguaçu e conhecer a zona, como uma primeira expedição retornando em outro momento. Assim sucessivamente, outras expedições se direcionaram para o interior do Paraná, não obtendo muitos sucessos, até a expedição do capitão Antônio Silveira Peixoto, tendo ordem de fundar uma póvoa na foz do Rio Iguaçu. Conseguindo chegar ao local, Silveira Peixoto criou o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória. Contudo, navegando pelo rio Paraná (Iguaçu) foi preso por espanhóis, ficando sete anos em cativeiro.³⁵

Em 1770, o governador Dom Luiz de Souza seguiu com novas expedições para os sertões, enviando o capitão Xavier de Almeida e Souza para o Entreposto de Nossa Senhora da Vitória. Ao chegar, abriu uma picada em direção ao oeste, chegando aos campos de Guarapuava e descobrindo “a grande joia do oeste paranaense”³⁶. Entrando no século XIX, Cleto relata a ligação de União da Vitória aos campos de Palmas feita no final da década de 1840, após as expedições do coronel Pedro Siqueira Cortes e José Freitas dos Santos, que reivindicaram sua posse. O nome dado ao núcleo populacional formado de “Entreposto de União da Vitória” era por servir de entreposto entre Palmeira e Palmas, como antes havia servido da mesma função para Guarapuava e Curitiba.³⁷ O autor também alega uma forte presença dos índios botocudos na margem esquerda do Iguaçu, resistindo à invasão das terras pelos colonizadores.³⁸

No final do século XIX, com a introdução da ferrovia, o caminho das tropas começou a ser abandonado, gerando uma grande mobilização de famílias provindas do Rio Grande do

³⁴ Na narrativa de Cleto também é percebida uma forte ligação com os argumentos utilizados pelos defensores do Paraná no processo de limites para legitimar a sua posse de terras no contestado, por meio do direito de *uti possidetis*.

³⁵ SILVA, 1933, p.17-19.

³⁶ Ibidem, p.20.

³⁷ Ibidem, p.25-6.

³⁸ Um importante estudo sobre os indígenas do século XIX da região do planalto foi produzido por Almir Antônio de Souza, demonstrando como os indígenas não resistiam somente com luta armada, mas também desenvolvendo estratégias dentro da Lei de Terras de 1850 para garantir propriedades para sua comunidade. Cf. SOUZA, Almir Antônio. **A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870)**. Revista Brasileira de História. São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/2015nahead/1806-9347-rbh-2015v35n70007.pdf> acessado dia 23/06/2017.

Sul e de São Paulo. Também começaram a se estabelecer populações de pequenos e médios lavradores independentes vindos do Paraná e Rio Grande do Sul, geralmente pela prática de ocupação de terras, no planalto médio e norte Contestado “nos vales dos rios Marombas, Taquaruçu, Paciência, Canoinhas, Timbó, Peixe e Iguaçu”³⁹.

Em 1870, era fundado Rio Negro ligado à administração provisória paranaense, fazendo limites com Lages e depois com Curitiba. Esse município envolvia a Colônia Lucena (Itaiópolis), o toldo indígena de Papuã (Papanduva), Três Barras e outras terras à margem esquerda do Iguaçu até o rio Timbó, tendo limites ao sudoeste com União da Vitória. O município de Palmas também foi criado neste período, em 1877, desmembrado de Guarapuava quando foi elevada à categoria de Vila do Senhor Bom Jesus dos Campos de Palmas, sendo instalada em abril de 1879.⁴⁰ As colônias administradas pelo Paraná, de Valões, Três Barras e Colônia Lucena, a partir de 1890, passaram a receber imigrantes poloneses, ucranianos e alemães.⁴¹

Buscando estabelecer uma legislação que regulamentasse a ocupação de terras, tanto do Estado, como de particulares, nesse período, o governo imperial promulgou a Lei nº 601, em 18 de setembro de 1850, mais conhecida como Lei de Terras - antes disso havia um período sem legislação definida, podendo as terras serem adquiridas por concessão de títulos, sesmarias e por meio da conquista, na qual prevalecia a “lei do mais forte”. Com nova legislação, iniciou-se o processo de separação das terras públicas das particulares, estabelecendo o título de compra como única maneira de aquisição de terras devolutas, dando um prazo legal para a legitimação de posses antigas.⁴² Após algumas discussões nos órgãos responsáveis por regularizar a execução da Lei de Terras, em 1854, foi autorizado um Regulamento que, dentre outras diretrizes, estabelecia as paróquias como encarregadas de receber as declarações dos proprietários e encaminhar para órgãos responsáveis do Governo Central e também ampliava o período de legitimação – esse prazo foi ampliado até as primeiras décadas do século XX.⁴³

A legislação procurava garantir a posse do ponto de vista legal, tabeliões, agrimensores, advogados e grandes fazendeiros passaram a entrar em processos de legitimações de áreas que não tinham grande conhecimento, sabendo somente do seu potencial de valorização. As matas, capoeiras e faxinais, sem tanto valor econômico,

³⁹ MACHADO, 2004, p.69.

⁴⁰ THOME, 2002, p.108 e 110.

⁴¹ MACHADO, op. cit., p. 73.

⁴² Ibidem, p. 73-4.

⁴³ PODELESKI, Onete da Silva. **Lei de Terras de 1850**. Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil ISSN 1984-3968, v.1. , n.2, 2009. p. 52-3.

passaram a ser ocupadas por pequenos posseiros independentes, produzindo derrubada de matas e limpando faxinais para obter pastagens e instalar suas lavouras de subsistência. Os pequenos posseiros eram, muitas vezes, alvo de grilagem de grandes fazendeiros, comerciantes, políticos e ervateiros. Sofreram também com a atuação e concessão de terras, por parte dos governos, com a chegada das empresas Brazil Railyway e sua subsidiária Lumber Company. A expulsão de suas terras se dava pelo fato de os caboclos⁴⁴ não terem, muitas vezes, preocupação ou recursos para legitimar suas posses, enquanto as elites contavam com o auxílio da justiça e de órgãos oficiais do Estado.⁴⁵

A política paranaense na época provincial acompanhava os contornos nacionais. Os ervateiros ligados à agricultura, exportação e comércio com o exterior apoiavam o partido conservador. Os tropeiros dos campos gerais mais ao interior ficavam vinculados à economia do mercado interno, tendendo, preferencialmente, para o partido liberal. O conservador tinha formação no núcleo parentesco dos Gonçalves Cordeiros, os Guimarães, os Corria e os Ricardos Santos, enquanto o núcleo liberal contava com o parentesco com os Antonio de Sá Camargo, Visconde de Guarapuava e seu primo Jesuíno Marcondes de Oliveira Sá, estabelecendo matrimônios entre os Alves de Araújo e também com os Pacheco. As terras ficavam divididas entre as duas facções. Havia certa alternância de poder entre os dois partidos até o período republicano, quando os liberais, de certa maneira, foram afastados do poder durante a Revolução Federalista.⁴⁶ A partir dessa organização, a classe dominante ia se formando originada de famílias com grandes fortunas e ocupação de cargos públicos.

Em 1880, chegava a União da Vitória, provindo de Palmas, o coronel Amazonas de Araújo Marcondes, tornando-se proprietário da fazenda “Passo do Iguassu”, localizada à margem direita desse rio – grande parte dessa fazenda foi dividida em lotes para colônias imigrantes com o decorrer do tempo. O coronel buscava ampliar o comércio com Palmas, vendendo sal e outros artigos a fazendeiros do município. Em 1883, era inaugurada a navegação fluvial nos rios Negro e Iguaçu, sendo proprietário do primeiro vapor denominado “CRUZEIRO” Amazonas de Araújo Marcondes, assinando em 1884, um contrato com a província paranaense para exercer o serviço de navegação.⁴⁷ O coronel passou a buscar

⁴⁴ Utilizo a palavra “caboclo” tendo em vista os apontamentos feitos por Paulo Pinheiro Machado. O autor utiliza a palavra no mesmo sentido que os moradores do planalto, ou seja, habitantes pobres do meio rural. Embora frequentemente identificamos o caboclo como mestiço ou negro, a característica principal apontada pelo pesquisador é sua condição social e cultural, isto é, homens pobres, pequenos lavradores, posseiros, agregados ou peões que vivem em economia de subsistência e são devotos de João Maria. Portanto, havia também brancos caboclos, alemães e polacos acabocladados. Cf. MACHADO, 2004, p. 48.

⁴⁵ MACHADO, op. cit., p.74.

⁴⁶ THOME, 2002, p.79-80, apud OLIVEIRA, 2001, p. 170-1.

⁴⁷ SILVA, 1933, p.36-40.

legitimar suas posses na região e aumentar seu número de terras – a fazenda Passo do Iguassu foi legitimada em 1893, em meio à Revolução Federalista.⁴⁸ Amazonas Marcondes foi um dos personagens de grande influência em apoio à causa de Cleto da Silva pela emancipação do Contestado.

1.2 CORONELISMO NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)

Com o início da República a legislação das terras sofreu modificações. A Constituição de 1891 passou para os governos estaduais a responsabilidade de legislar sobre terras devolutas em seus territórios e, também, a prerrogativa de promover processos de colonização. Desta maneira, os estados passaram a promover suas próprias legislações agrárias. Essa mudança acelerou o processo de usurpação de terras praticada por grandes fazendeiros e empresas estrangeiras aos caboclos do Contestado.⁴⁹ As novas diretrizes políticas e governamentais foram consolidando, cada vez mais, a organização do Estado Burguês, visto que, no final do Império, a Lei de Terras e outras medidas administrativas já haviam dado a base para esse tipo de instituição.

A alteração do controle das terras devolutas da União para os estados produziu grandes alterações na política fundiária, as elites estaduais procuraram substituir em todas as esferas a burocracia imperial. Entre as mudanças, estavam os empréstimos, o patrocínio a empresas e a promoção de imigrações, o poder judiciário estadual foi organizado baseado no direito burguês e eram também fortalecidos os Regimentos de Segurança dos estados.⁵⁰ A Guarda Nacional, embora não contasse com uma tropa efetiva, crescia à medida que foram sendo concedidas patentes de coronel a comerciantes e grandes proprietários, aumentando seus prestígios políticos, sociais e poder de influências nas decisões locais.

Nilson Thomé procura definir o coronelismo tendo como base os autores Ricardo Costa da Oliveira e Décio Saes. Para o autor, esse conceito pode ser entendido como “um conjunto de práticas que caracterizam um modo concreto de funcionamento das instituições políticas burguesas democráticas” visando manter o controle e a desorganização da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que unifica a classe dominante. O termo está ligado à República Velha, desenvolvendo-se em fazendas de grandes proprietários rurais, pautando-se

⁴⁸ Ibidem, p. 61.

⁴⁹ MACHADO, 2004, p. 75.

⁵⁰ THOME, 2002, p.83.

na relação de dominação, dependência pessoal e controle das eleições pelas elites dominantes.⁵¹ Os coronéis se utilizam desse tipo de dominação e controle para se articularem politicamente e exercer poder de influência no seu local de atuação, sendo ainda mais forte no interior dos estados.⁵²

Victor Nunes Leal também buscou estudar as características do coronelismo que se desenrolou durante o regime republicano. Para esse autor, o coronelismo está presente no cenário do governo local, aparecendo, principalmente, em municípios do interior, ou seja, municípios rurais, sendo “sua vitalidade inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas” como o comércio e a indústria. Leal aponta esse conceito como um sistema político “dominado por uma relação de compromisso entre o poder privado decadente e o poder público fortalecido”. Para ele, a extensão do direito de sufrágio durante a República fortaleceu a influência política dos donos de terra, devido à dependência dessa parcela do eleitorado.⁵³

Desta forma, o coronelismo do interior se tornou responsável por conduzir o rebanho eleitoral do campo, despejando seus votos nos candidatos governistas nas eleições estaduais e federais e, em contrapartida, ganhando a recompensa de ficarem com as mãos livres para consolidarem sua dominação nos municípios. Portanto, para Leal “essa função eleitoral do coronelismo é tão importante que sem ela dificilmente se poderia compreender o *do ut des*⁵⁴ que anima todo o sistema”. O regime federativo, ao tornar inteiramente eletivo o governo dos estados, permitiu o surgimento de máquinas eleitorais estáveis que determinaram a “política dos governadores” repousada no compromisso coronelista. Embora Leal caracterize esse sistema como marcadamente governista, também aponta que a dependência do eleitorado rural pôde fazer emergir, em alguns locais, coronéis oposicionistas.⁵⁵

Paulo Pinheiro Machado também aponta o coronelismo como um fenômeno ligado à Primeira República (1889-1930), caracterizado pelo poder local praticado por grandes proprietários rurais e comerciantes com patentes de coronel da Guarda Nacional, sendo esta oficialidade a mais alta obtida. Os coronéis passavam a ter amplas condições de autonomia e de exercer o mando local, opondo-se muitas vezes às decisões políticas estaduais.⁵⁶ As redes

⁵¹ THOME, 2002, p.82 apud SAES, 1994, P. 89 e 104-109.

⁵² THOME, 2002, p.83 apud OLIVEIRA, 2002, p. 233-4.

⁵³ LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil** [por] Victor Nunes Leal, com nota do Prof. Basílio de Magalhães; prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1915. P. 251-2.

⁵⁴ Locução latina que significa “dou para que [me] dê”.

⁵⁵ LEAL, op. cit., p. 253-4.

⁵⁶ Um exemplo desse tipo de oposição é a própria resistência promovida por Cleto da Silva com apoio de coronéis regionais do Contestado ao Acordo de Limites assinado pelo Presidente do Paraná.

de relações em que estavam envolvidos também lhes permitiam, muitas vezes, decidir eleições municipais, estaduais e até nacionais. A força desses mandatos locais estava em sua propriedade fundiária, habitada por muitos peões e agregados, homens que serviam como leais soldados aos seus patrões.⁵⁷

Como foi visto, a patente de coronel podia ser concedida a indivíduos que pertencessem à oficialidade da Guarda Nacional. Essa instituição foi organizada a partir de 1831, com objetivo de criar uma força militar cidadã formada de proprietários. Possuir patente na Guarda Nacional, seja de coronel, ou de outras oficialidades (capitão, tenente, major, tenente-coronel, entre outras) dava aos indivíduos, maiores poderes políticos do que militares, embora seja “difícil separar essas duas esferas naquele período”⁵⁸. Os prestígios sociais e políticos sempre aumentavam do oficialato de capitão para cima, pois todas as praças abaixo deveriam prestar obediência aos superiores que, muitas vezes, extrapolava os fins militares. Desta forma, “a Guarda Nacional ordenou e legitimou o poder de mando dos potentados locais”⁵⁹.

Os partidos republicanos de cada estado eram os locais em que os coronéis estruturavam seu poder, aliando-se à política regional e estadual. Em sua atuação, procuravam influenciar na nomeação de funcionários estaduais (delegados, promotores, juízes, etc.) e também federais (coletores de impostos, agentes de correios, telegrafistas, entre outros cargos).⁶⁰ Um exemplo de coronel que atuou no partido republicano é a própria figura de Amazonas de Araújo Marcondes, ocupando, não só o cargo de prefeito de União da Vitória por quase 30 anos, mas também, o de presidente do partido local diversas vezes, controlando eleições municipais e influenciando nas decisões estaduais.⁶¹

Contudo, diferente de Nilson Thomé e Victor Leal que caracterizam o poder político dos coronéis ligado, principalmente, ao sufrágio eleitoral, Paulo Pinheiro Machado segue a mesma linha defendida por José Ibarê Dantas. Dantas acredita que na primeira República “o controle e coação dos proprietários rurais apresenta um papel muito mais significativo, como fonte de prestígio e poder, do que o controle do voto enquanto tal”. Desta forma, o coronelismo explora suas fontes de poder, primeiramente com as milícias particulares, depois

⁵⁷ MACHADO, 2004, p. 91.

⁵⁸ Ibidem, p.100.

⁵⁹ Ibidem, p. 101.

⁶⁰ Ibidem, p. 91.

⁶¹ Cleto da Silva parecia ser seu candidato favorito, tornou-se prefeito de Bella Vista de Palmas, com 137 votos a favor e apenas um contra demonstrando um grande controle daquela eleição. O coronel também lançou Cleto como candidato do partido republicano de União da Vitória para deputado estadual, sendo o mesmo eleito em 1915 com cerca de nove mil votos. Essas informações vão ser melhores discutidas no decorrer do texto.

com o prestígio social reconhecido e, por último, com o controle do eleitorado.⁶² Somente a partir desses dois primeiros meios de influência que os coronéis podiam exercer o comando dos eleitores, concentrados, principalmente, no meio urbano, longe das zonas rurais onde residiam os chefes locais. Portanto, o voto nem sempre foi a principal fonte de poder do coronel, sua força estava atrelada à capacidade de mobilizar homens em armas.⁶³ Era através de seus homens armados que os coronéis conquistavam o respeito da população regional e dos grupos oligárquicos estaduais, que se apoiavam, muitas vezes, nessas lideranças.

Um exemplo apontado por Paulo Pinheiro Machado é o coronel Manoel Fabricio Vieira, atuante no planalto norte catarinense, no Vale Iguaçu, no sul e sudoeste do Paraná desde a Revolução Federalista até a década de 1930. O próprio coronel Fabricio Vieira é apontado por Nilson Thomé como o coronel mais “famoso e destemido” do Contestado paranaense em movimentações armadas. Machado também cita os vaqueanos Chico Lino, Leocádio Pacheco, Salvador Dente de Ouro, Pedro Ruivo, Nicolau Bley e Lau Fernandes, como outros chefes locais, líderes de centenas e até milhares de tropas em apoio às forças legais, exercendo um poder extenso naquelas regiões, sem depender de votos eleitorais.⁶⁴

Aqui vale um apontamento sobre a figura do Coronel Manoel Fabricio Vieira. Em uma entrevista concedida ao jornal do Rio Grande do Sul A FEDERAÇÃO, em 31 de janeiro de 1917, Manoel Fabricio, acusado de ter envolvimento com um movimento de emancipação no Contestado, alega, em sua defesa, que após a morte do Senador Pinheiro Machado, nada mais tinha a fazer em relação à política, sendo apenas um trabalhador, afirmando que já havia até mesmo rasgado seu título de eleitor.⁶⁵ Essa notícia demonstra o seu desgosto pela política que não fosse à do Senador Pinheiro Machado, procurando afastar-se desse meio. Outra fonte que confirma que mesmo sem exercer cargos públicos e controle eleitorais o coronel era respeitado foi a notícia publicada no periódico O PAIZ (RJ), após o fim do movimento pela criação do Estado das Missões. O jornal declarava que o general Setembrino Carvalho já havia dito que se ele não se envolvesse no movimento não havia porque fazer tantos alardes.⁶⁶

Outro aspecto, apontado por Paulo Pinheiro Machado, como fonte de poder dos coronéis era o apoio concedido por intelectuais, promovendo campanhas e apoio partidário por meio de jornais. Esse fato também foi identificado ao longo da pesquisa. Em União da

⁶² DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju: UFS, 1986. p. 14.

⁶³ MACHADO, 2004, p. 92. Apud DANTAS, 1986, p.14.

⁶⁴ Ibidem, p.94.

⁶⁵ PENAFIEL, Carlos. **Movimento de forças em Santa Maria**: Uma entrevista com o coronel Fabricio Vieira. A FEDERAÇÃO, N° 27, p.5. Porto Alegre, 31 de Janeiro de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/388653/35908> acessado dia 20/06/2017.

⁶⁶ Redator não identificado. **O Contestado**. O PAIZ, N° 12.009, p. 1. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1917. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/35906 acessado dia 20/06/2017.

Vitória, onde o coronelismo exercido por Amazonas Marcondes era extremamente forte, Cleto da Silva cumpria o papel de intelectual, tornando-se redator do semanário MISSÕES, que circulava naquela cidade. A função do periódico servia para apoiar as decisões do partido republicano local e também promover a defesa dos interesses paranaenses na questão de limites.

Desta forma, percebe-se nos estudos relacionados ao coronelismo atuante na Primeira República, certa concordância nos aspectos econômicos sociais e ideológicos. Porém, na esfera política o enfoque dado por Paulo Pinheiro Machado, pautado no estudo de José Ibarê Dantas, acaba divergindo dos outros autores. Tendo isso em vista, esse trabalho procura dialogar com as noções propostas tanto por Victor Leal como por Nilson Thomé, mas dá certa prioridade ao entendimento de que o poder político dos coronéis estava intrinsecamente ligado à capacidade de mobilizar milícias particulares e ao seu prestígio social para exercer influência nas esferas de poder, tanto local, como estadual e nacional.

Ao longo da movimentação de Cleto da Silva serão observadas fortes ligações com características do coronelismo da época, apontada pelos autores, como a ligação com cidades do interior, o poder e influência local, o controle de eleições, a presença de oficiais com diversas patentes da Guarda Nacional como formas de exercer sua influência e poder.⁶⁷ Contudo, o desfecho do movimento demonstrou como a capacidade de mobilizar homens armados seria a peça chave para os coronéis exercerem um poder político com força suficiente para fazer uma oposição concreta aos chefes estaduais e federais.

1.3 CORONÉIS E PROFESSORES: UNIÃO DA VITÓRIA E A FAMÍLIA CLETO DA SILVA

O Paraná, no início de República até os anos de 1894, viveu um período de adaptação ao novo regime. Passou a ter diversos governos provisórios, sendo o primeiro, o do presidente estadual Generoso Marques dos Santos, que assumiu em junho de 1891 e foi logo deposto em dezembro. Com a ascensão do Marechal Floriano Peixoto como Presidente da República, o estado paranaense passou a viver outro período de instabilidade política resultando na eleição, em 1892, de Francisco Xavier da Silva, assumindo o cargo no mesmo período que se dava

⁶⁷ Inclusive o próprio Cleto da Silva apareceu em notícias com a patente de capitão e até de major. Contudo ele sempre se denominou intelectual, comerciante, deputado ou político.

início a Revolução Federalista no Paraná.⁶⁸ No interior do estado, em 1890, a Freguesia de União da Vitória era elevada à categoria de Vila, criando-se, ali, uma intendência Municipal sob a presidência do coronel Amazonas Marcondes, assumindo o cargo de prefeito da cidade, no ano de 1890 e, ocupando diversas vezes, até as primeiras décadas do século XX, alternando-se com o coronel Arthur de Paula.⁶⁹

A Revolução Federalista (1893-1895)⁷⁰ que estourou em todo planalto serrano durante esse período, ficou marcada pela coluna dos maragatos (federalistas) dirigida por Gumercindo Aparício Saraiva e a perseguição republicana pela Divisão do Norte, comandada pelo general Lima e Senador Pinheiro Machado. Os maragatos pretendiam se juntar com os rebeldes da Armada, nos portos de Laguna, Itajaí e em Desterro, para depois avançar sobre Curitiba, tendo por objetivo final derrubar o governo de Floriano Peixoto e do Rio de Janeiro.⁷¹

A região do Contestado foi atingida pela Revolução Federalista, mais precisamente, entre os anos de 1893 e 1894. A população sertaneja e do interior possuía uma simpatia maior aos rebeldes. O município de Palmas passou a estar inserido dentro do contexto do conflito, sendo alvo de excursões predatórias, motins, banditismo, degolamento e recrutamentos forçados, foi também local de comando da fronteira entre o Rio Grande do Sul e Paraná. Um dos federalistas com maior influência na região é Antônio Ferreira Prestes de Guimarães, do Rio Grande do Sul, integrante do partido liberal no tempo do Império e acusado de assassinar o chefe do partido republicano de Passo Fundo. Esse indivíduo se refugiava na margem direita do Rio Uruguai, comandando os federalistas da região e fugindo depois, por estar em menor número, para República Argentina.⁷² Outro federalista que atuava na região de Palmas e Guarapuava era o maragato Juca Tigre, sendo perseguido na segunda incursão republicana chefiada por Bento Porto.⁷³

⁶⁸ THOME, 2002, p. 81.

⁶⁹ SILVA, 1933, p. 51.

⁷⁰ A Revolução Federalista ocorreu entre fevereiro de 1893 e agosto de 1895, sendo a mais séria das contestações enfrentadas pelo regime republicano instaurado em 1889. Ocorrida principalmente no Rio Grande do Sul, uma das regiões mais instáveis do Brasil naquele período, ultrapassou as fronteiras desse estado, chegando a Santa Catarina em novembro de 1893 e ao Paraná em janeiro de 1894. Também buscou se unir aos rebeldes da Revolta Armada no Rio de Janeiro, colocando seriamente em risco a República Brasileira. O confronto se dava entre os republicanos históricos, adeptos do positivismo e membros do Partido Republicano Rio-grandense (PRR) em oposição aos chamados liberais, fundadores do Partido Federalista Brasileiro (PFB) em março de 1892. Cf. OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **OS 120 ANOS DA GUERRA CIVIL DE 1893**. *Historiae*, Rio Grande, v. 4, n. 2: 137-147, 2013. p. 139-40.

⁷¹ MACHADO, 2004, p. 89.

⁷² THOME, 2002, p. 85-6.

⁷³ MACHADO, Paulo Pinheiro. **O Conflito do Canudinho de Lages (1897)**. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v.13, n.24, p.65-78, 2008. p. 66.

Na região de União da Vitória, no Vale do Iguaçu, o principal líder político adepto aos revolucionários era o coronel Amazonas de Araújo Marcondes, acusado pelo tenente Bormann, comandante das forças legalistas na Fronteira Militar de Palmas de em 1894 ter se encontrado com o tenente Pio Torelli, prometendo apoio à coluna de Gumercindo Saraiva. Em janeiro de 1894, os maragatos tomavam Paranaguá e iniciavam uma administração federalista no estado, tendo à frente Teophilo Soares Gomes e, posteriormente, o coronel João Menezes Doria, que lançou um manifesto federalista ao assumir o governo.⁷⁴

Em abril de 1894, sendo perseguidos pela Divisão do Norte, passavam em retirada de Curitiba as forças do general Gumercindo Saraiva, atravessando União da Vitória e marchando para os campos do Rio Grande do Sul, onde faleceu. Acompanhando a coluna, vinha o tenente-coronel José Cleto da Silva, pai de Cleto da Silva, durante o período do governo maragato ele havia exercido o cargo de secretário da Fazenda Estadual.⁷⁵ O tenente-coronel José Cleto da Silva, embora tenha atuado como federalista, não manchou a imagem de sua família, continuando anos depois a ter grande prestígio no Paraná, assim como seu filho Cleto da Silva que, após a unificação do partido republicano, assumiu o cargo de prefeito de Bella Vista de Palmas.

Muitos federalistas, oficiais da Guarda Nacional e soldados que participaram das colunas invasoras, sendo gaúchos ou paranaenses, refugiaram-se no planalto Contestado após o movimento rebelde ser derrotado, levando consigo a memória de uma revolução que marcou profundamente os habitantes da região por ter imposto uma resistência forte ao estabelecimento do regime republicano e ao governo federal.⁷⁶ O arrebanho alheio, o refúgio na Argentina, além de outras práticas, foram adotados por movimentos posteriores, como a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916) e, também, no próprio levante pelo Estado das Missões.

Nos anos que seguem o conflito da Revolução Federalista, temos o estabelecimento da família de Cleto da Silva na região de União da Vitória. Ainda em 1895, o professor tenente-coronel José Cleto da Silva vai fundar um colégio e se estabelecer na cidade, fazendo parte, no ano seguinte, do poder municipal, tendo como prefeito coronel Amazonas Marcondes, presidente da câmara tenente-coronel José Cleto da Silva, além dos camaristas e suplentes.

⁷⁴ THOME, 2002, p. 87.

⁷⁵ SILVA, 1933, p. 65.

⁷⁶ MACHADO, 2004, p. 90.

Em 1897, estabelecia-se, também, em uma grande casa comercial na região o coronel Artur de Paula e Souza.⁷⁷ E em julho desse mesmo ano:

depois de 8 dias de viagens no vapor Brasil, sob o comando do capitão Amadeu, chegávamos a União da Vitória, encostando no barracão nos fundos da velha morada do comerciante Pedro Franklin [...] Eramos companheiros, vindo de Curitiba, e embarcados no Porto Amazonas: Dr. Bernardo Viana, que procurava Palmas para clinicar (médico); Leonidas Cesar de Oliveira, agrimensor contratado para medir terras em Bela Vista de Palmas (atual Clevelandia) e o autor destas linhas [Cleto da Silva] que buscava no comercio de União da Vitória, uma colocação.⁷⁸

Cleto da Silva chegou a União da Vitória com 16 anos, vindo da capital do Paraná como comerciante. Nesse ano, disputavam a política do estado os Senadores Vicente Machado e Generoso Marques. Marques chefiava o Partido Republicano Paranaense (PRP), federalista, contando com o apoio material e intelectual de Cleto da Silva, que ainda não contava com idade suficiente para ser eleitor. Também apoiava o PRP nesse mesmo período Affonso Alves de Camargo, futuro Presidente do Paraná, com o qual Cleto manteve frequentes correspondências e telégrafos.⁷⁹ Não é de se estranhar que Cleto da Silva apoiasse o partido dirigido pelo senador Generoso Marques, que pendia para o lado federalista, já que o principal chefe da região Amazonas Marcondes e seu próprio pai já haviam demonstrado suas simpatias pelos maragatos durante o período da revolução.

Em 1900, uma notícia no jornal A REPÚBLICA paranaense, datada de 23 de novembro do corrente ano, relatou que Leonidas Cesar de Oliveira, José Julio Cleto da Silva e outros, se propunham a comprar uma região de seis mil hectares de terras devolutas entre os rios Iguaçu, Santo Antônio, Peperi-Guassu, Chapeco e Chopim, exigindo que fossem demarcados os limites entre Brasil e a República da Argentina e, que o governo da União declarasse qual parte desse território utilizaria para defesa da fronteira.⁸⁰ Esse fato é marcante, pois como foi visto, a compra de terras devolutas no início da primeira república, era uma prática ligada a grandes fazendeiros e ervateiros, sendo a propriedade fundiária característica principal para poder exercer um poder sobre as decisões locais e promover a expulsão, muitas vezes, de pequenos posseiros e sitiantes ocupantes dessas terras.

A região comprada pela família Cleto, junto a outros indivíduos, abrangia o local onde seria instalado o termo de Bella Vista de Palmas, na qual o mesmo residiu entre os períodos

⁷⁷ SILVA, 1933, 66 e 71.

⁷⁸ Ibidem, p. 72.

⁷⁹ Id., 1920, p.4-5.

⁸⁰ MACHADO, Vicente; HYPOLLITO Pereira. **Secretaria de Obra Pública e Colonização: Despacho d. exm. sr. dr. Governador do Estado, Dia 21.** A REPÚBLICA (PR), N° 261, p.1. Curitiba, 23 de novembro de 1900. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/11546> acessado dia 20/06/2017.

de 1900 até 1909.⁸¹ Cleto da Silva logo entrou na vida política desse município, enquanto seu pai transferia seu colégio para capital do estado. A transferência e abertura do colégio foram noticiadas mais de uma vez no jornal paranaense A REPÚBLICA. O “Colégio Cleto” como era conhecido, abriria suas portas no dia 8 de janeiro de 1904, sendo dirigido por José Cleto da Silva e Dona Emília Guimarães Cleto da Silva.⁸² Percebemos que, ao longo dos anos de 1900, a família Cleto ia aumentando seu prestígio e zona de influência dentro do Paraná, enquanto o tenente-coronel José Cleto firmava suas relações na capital, seu filho atuava no interior do contestado, ainda muito novo, mas herdando uma espécie de prestígio social e político gozado por seu pai.

Em Bella Vista de Palmas a predominância política era do Partido Republicano Conservador, contando com apoio do General Bernardino Bormann, o tenente-coronel Pedro Pacheco, major Antonio Marcellino de Pontes e outros. A maior oposição de Cleto era a família Ferreira Pacheco, herdeira e dona do sobrenome do bandeirante José Antônio de Lima Pacheco.⁸³ Com o estabelecimento da coligação entre os dois partidos, o conservador e o antigo federalista, dado com o apoio dos senadores Pinheiro Machado e Manoel Alencar e Guimarães, assumiram a presidência do Estado Xavier da Silva e como vice Generoso Marques, antigo federalista.⁸⁴ Essa movimentação permitiu que Cleto da Silva ocupasse um cargo importante naquele termo.

Em meados de 1908, ficava elevada à categoria de termo à localidade de Bella Vista de Palmas, sendo eleito seu prefeito José Júlio Cleto da Silva com 137 a seu favor e apenas um contra.⁸⁵ Assumindo em 1909, uma das ações que ficaram marcadas por Cleto da Silva foi a mudança de nome da cidade para Clevelândia, em homenagem ao presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland, árbitro na Questão de Palmas⁸⁶, na qual o Brasil teve causa ganha contra a República da Argentina, definindo os limites entre os dois países na zona Contestada. A partir dessa mudança de nome, fica clara a relação intrínseca que o futuro organizador do

⁸¹ SILVA, 1920, p. 4.

⁸² GONLALVES, Manoel José. ANNUNCIOS: **Collegio Cleto, Escola Mixta**. A REPÚBLICA (PR), N° 305, p.3. Curitiba, 31 de dezembro de 1904. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/16413> acessado dia 20/06/2017.

⁸³ SILVA, 1920, p. 7.

⁸⁴ THOME, 2002, p.107.

⁸⁵ JUNIOR, Celestino. **Bella Vista de Palmas**, Instalação deste termo.-Suicídio de um jovem.- Hospedes e Viajantes.- Eleição Municipal. DIARIO DA TARDE, N° 2846, p.1. Curitiba, 2 de julho de 1908. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/10444> acessado dia 20/06/2017.

⁸⁶ No final do período imperial, em 1881, a República Argentina passou a reclamar os limites estabelecidos pelo Brasil na fronteira de Santa Catarina, resolvendo ingressar nas discussões acerca das terras do Contestado. O governo argentino questionava os limites dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu, alegando que deveriam ser os rios Chapecó e o Chopim, acusando os brasileiros até mesmo de terem modificado o nome dos rios da região. Nas divisas pretendidas pelos argentinos, uma área de 30.622 km² seria retirada do território brasileiro. CF. COSTA, 1987, p. 22.

movimento de revolta contra o Acordo de Limites já possuía com o conflito nesse período. Nesse mesmo ano de 1909, Cleto retornaria a União da Vitória, onde se dedicaria, exclusivamente, à defesa dos direitos paranaenses.⁸⁷

1.4 O LITÍGIO DE LIMITES E O PROCESSO JUDICIAL MOVIDO POR SANTA CATARINA

O litígio de limites que se desenvolveu vinha desde o período imperial e perdurou até meados da primeira década do século XX, envolvendo esferas administrativas, políticas e judiciais. O debate sobre os limites internos do Brasil só vai ter início quando a Vila de Lages é desmembrada da capitania de São Paulo, em 1820, passando a pertencer à jurisdição catarinense.⁸⁸ Nesse período, catarinenses e paulistas disputavam quem havia chegado primeiro à região dos Campos de Palmas. Enquanto o Presidente da Província de São Paulo, Raphael Tobias de Aguiar, se dirigia à assembleia paulista relatando a descoberta de Campos perto da margem do Iguaçu, em Santa Catarina, o general Antero José de Brito, Barão de Tramandahy, enviava um ofício reclamando a descoberta por parte de tropeiros lageanos. A resposta paulista veio com o general Manoel da Fonseca Lima e Silva continuando a alegar que os paulistas já ocupavam aqueles campos.⁸⁹

As terras contestadas ficavam situas a oeste de Santa Catarina, entre os rios Uruguai e Iguaçu e ao sul de Rio Negro. Os paulistas já haviam fundado em 1766 a vila de Lages com objetivo de servir de ponto de abastecimento, descanso para os tropeiros e fazer fronteira ao vizinho espanhol. Contudo, mesmo antes da fundação de Lages, já haviam fazendas de criadores vindos de onde se fundaria o Paraná e da Província de São Paulo.⁹⁰ Com a fundação do Paraná, em 1853, e a entrada da Argentina em 1881, reclamando os limites estabelecidos na fronteira oeste catarinense pelo Brasil, o conflito se tornará mais intenso.

Para os argentinos, os limites dos rios Santo Antônio e Peperi-Guaçu eram inaceitáveis, exigindo que fossem os rios Chapecó e Chopin, buscando se apoderar de uma vasta região de terras – terras que foram posteriormente compradas pela família de Cleto da Silva. A resolução da contenda com a República Argentina se deu por uma solução de arbitragem, na qual o presidente norte-americano Grover Cleveland ficou eleito como árbitro

⁸⁷ SILVA, 1920, p.8-9.

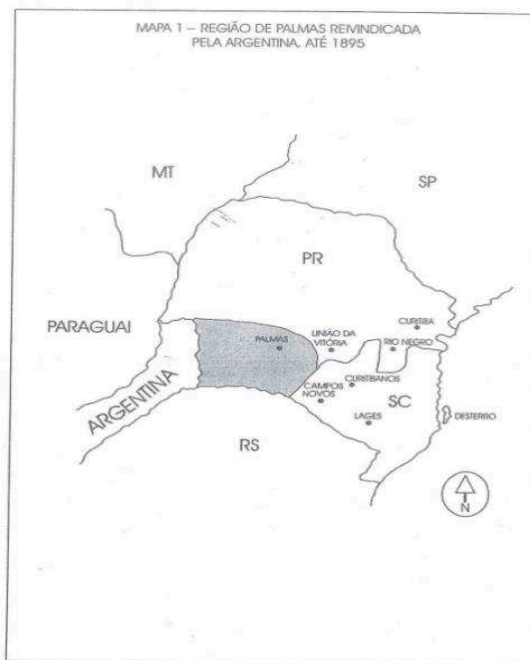
⁸⁸ SILVEIRA, 2015, p. 7.

⁸⁹ COSTA, 1987, p. 21.

⁹⁰ MACHADO, 2004, p. 123-4.

e deu ganho de causa para o Brasil em 1895, pautados nos argumentos apresentados pelo Barão do Rio Branco, advogado de defesa brasileiro.⁹¹ No mapa a seguir fica exposta a região reivindicada pelos argentinos durante o conflito e parte do que seria o município de Clevelândia.

Imagem 2: Mapa da região de Palmas reivindicada pela Argentina, até 1895.⁹²



O debate dos limites entre as Províncias do Paraná e Santa Catarina não teve o mesmo desfecho nesse primeiro momento. A indefinição dos limites do município de Lages, a ocupação do rio Iguaçu e dos campos de Palmas, por paulistas e paranaenses, fez com que o debate perdurasse por todo século XIX e entrasse no período republicano. Santa Catarina se baseava em instruções coloniais, que garantiam seus limites ao norte os rios Negros e Iguaçu e ao oeste a fronteira com a República Argentina. Já os paranaenses defendiam uma jurisdição por toda a parte que não pertencesse ao município de Lages, por terem ocupado antes aquele território.

A tributação do caminho das tropas fez com que o governo imperial tomasse medidas para estabelecer jurisdições provisórias no Contestado. Em 1865, um decreto foi sancionado, prevendo para o Paraná a jurisdição sobre os Campos de Palmas, a oeste, e as bacias do Rio Negro e Iguaçu, enquanto Santa Catarina ficaria com a jurisdição do município de Lages e parte de Curitibanos, entretanto, esse decreto acabou sendo revogado. Novamente, por outra medida administrativa, os catarinenses tiveram sua jurisdição provisória definida pelo aviso

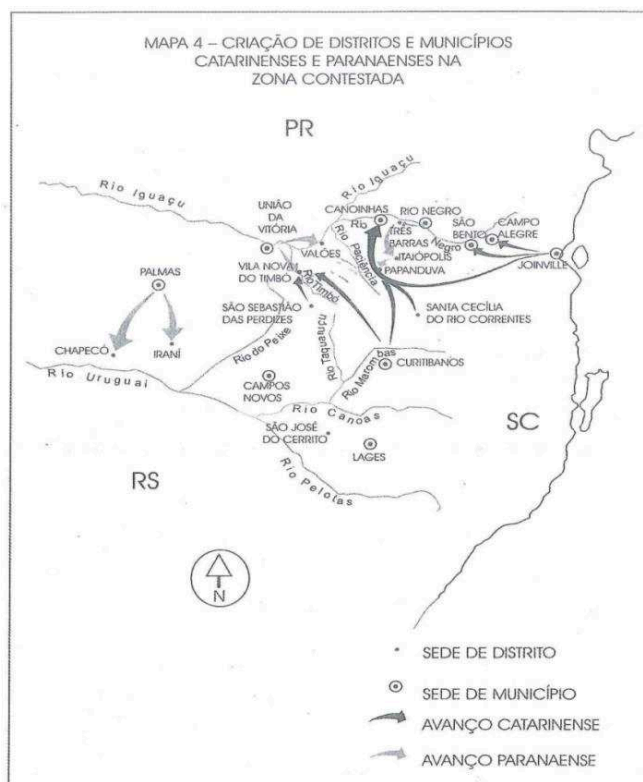
⁹¹ COSTA, 1987, p. 22.

⁹² MACHADO, 2004, p. 375.

de 14 de janeiro de 1879, definindo o rio do Peixe como limite oeste. Com essa medida, Santa Catarina conseguiu implantar os municípios de Curitibaanos e Campos Novos na região.⁹³ Em contra partida, os paranaenses já haviam fundado União da Vitória, Palmas e Rio Negro.

Com advento da república, o problema passava a ser mais relevante para os dois estados, visto que o Contestado deixava de ter pouco valor econômico, para se tornar uma frente de ocupação de grandes fazendas e lavouras com populações vindas, tanto das cidades catarinenses como paranaenses. Na região do Paraná foram fundados, nesse período, partindo de Rio Negro, os municípios de Três Barras, Papanduva, Colônia Lucena (Itaiópolis); a partir de União da Vitória, fundaram as vilas de Valões, Poço Preto, Vila nova do Timbó; e de Palmas fundaram a povoação de Clevelândia, criando, também, os distritos policias de Chapecó, Campo Erê e Irani.⁹⁴ Pelo outro lado, os catarinenses fundavam as colônias alemãs de Joinville, o município de Campo Alegre, São Bento e Canoinhas.⁹⁵ Abaixo disponibilizo o mapa que demonstra como ficou organizado o Contestado depois dessa onda de medidas administrativas.

Imagem 3: Criação de distritos e municípios catarinenses e paranaenses na zona Contestada.⁹⁶



⁹³ Ibidem, p.126.

⁹⁴ Como vamos observar nos argumentos de Cleto da Silva no capítulo 2, a manutenção dessa região para os paranaenses era o principal motivo da oposição ao Acordo de Limites.

⁹⁵ MACHADO, 2004, p. 127.

⁹⁶ Ibidem, p.378.

Em 1896, visto do conflito com a República Argentina ser resolvido pela arbitragem, os paranaenses propuseram essa solução como meio de resolver a briga entre os dois estados. José Pereira Santos Andrade, Presidente do Paraná e o governador de Santa Catarina Hercílio Luz aceitaram a ideia, sendo escolhido como árbitro o Manoel Victorino Pereira, jurisconsulto e também vice-presidente da República, entre 1894-1898. Como advogado, os catarinenses tinham o Conselheiro Manoel da Silva Mafra, e o os paranaenses, o Conselheiro Joaquim da Costa Barradas. Porém, a solução não foi levada adiante pelo fato de que o presidente do Supremo Tribunal Federal, que deveria homologar a sentença, alegava que faltava à Corte, competência para tanto.⁹⁷

Incapaz de ser resolvido o conflito pelas vias da arbitragem, Santa Catarina moveu um processo judicial no ano de 1900, a Ação civil Ordinária nº 07 no Supremo Tribunal Federal (AOR nº 07 STF, 1900), sendo o estado catarinense o autor e o Paraná o réu.⁹⁸ Na fase de conhecimento do processo, ou seja, enquanto se discutia quem seria o vencedor da causa, Santa Catarina pautava sua argumentação numa apresentação em grande escala de documentos comprobatórios de caráter institucional, apresentando uma divisão baseada em divisas naturais, sendo os limites o Rio Negro, Rio Jangada, Rio Iguaçu, Rio Santo Antônio e Rio Peperiguaçu.⁹⁹ Os principais documentos utilizados para a defesa catarinense são a Carta Régia de 1749, que criava a Ouvidoria de Santa Catarina e os Alvarás de 1820, que separava Lages de São Paulo e o outro que definia seus limites. Dessa maneira, por meio dos advogados, Conselheiro Mafra na primeira fase, depois Visconde de Ouro Preto e com sua morte, Eptácio da Silva Pessoa, Santa Catarina pedia o cumprimento destas instruções normativas.

Os paranaenses articulavam sua defesa por meio dos advogados Ubaldino Amaral, Sancho Barras Pimental e Costa Carvalho, com pareceres orientados, posteriormente, por Ruy Barbosa e Clovis Belicqua.¹⁰⁰ O princípio utilizado pelos paranaenses era o *uti possidetis* e também alegavam incompetência técnica e jurídica do Supremo Tribunal Federal para julgar o caso, por o art. 4º da Constituição Federal definir essa função, as Assembleias Legislativas dos Estados. O *uti possidetis*, atualmente mais conhecido como usucapião, estava baseado no princípio de que na dúvida de comprovação da posse, prevalecia a ocupação daqueles que

⁹⁷ COSTA, 1987, p. 25.

⁹⁸ O processo atualmente se encontra arquivado no arquivo do Supremo Tribunal Federal (STF) contando com cerca de duas mil páginas, sendo em torno de 1500 digitalizadas e disponível para download no site do Tribunal de Justiça do Paraná. Cf. SILVEIRA, 2015, p. 61.

⁹⁹ Acordo de Limites, assinado em 1916, segue boa parte dessas instruções, exceto que no acordo é a linha de ferro da estrada São Paulo – Rio Grande que divide os dois Estados.

¹⁰⁰ COSTA, 1987, p. 28.

efetivamente se instalaram nas terras, sendo uma forma muito comum de resolver questões ligadas a limites nesse período e utilizado, em parte, por Santa Catarina, mas não em tão grande escala quanto os paranaenses.¹⁰¹

Na primeira fase do processo judicial, que vai até 1910, Santa Catarina obteve três vitórias, uma em 1904, por seis votos a quatro, outra em 1909 após embargos promovidos pelo Paraná, e outra em 1910, após outra vitória sobre os Embargos Declaratórios paranaenses.¹⁰² As três vitórias catarinenses sobre os paranaenses tiveram grandes consequências no Contestado, promovendo ações de coronéis e políticos influentes, principalmente na região Sul e Sudoeste do Paraná, que limitava com o norte do planalto catarinense. Como foi visto, naquela região Paraná e Santa Catarina haviam fundado diversos distritos e municípios com objetivo de estabelecer uma jurisdição provisória dos governos, ocorrendo, frequentemente, uma justaposição dos locais que geravam conflitos.¹⁰³

Nessas contendas, envolviam-se, principalmente, comerciantes catarinenses e paranaenses, disputando o mando do transporte fluvial para transporte de erva-mate e outras mercadorias nos rios Negros e Iguaçu. Isso provocou uma guerra fiscal entre os dois estados, acirrando ainda mais o litígio acerca dos limites. As autoridades catarinenses nos locais limítrofes sempre que podiam, procuravam não se envolver em conflito com o estado vizinho, porque segundo Paulo Pinheiro Machado:

O Paraná dispunha não só de uma polícia mais numerosa e atuante, mas de oficiais da Guarda Nacional (como os coronéis Juca Pimpão e Domingos Soares, de Palmas; Amazonas Marcondes e Cleto Silva de União da Vitória; Arthur de Paula e Agostinho Ribeiro, no Timbó; Fabricio Vieira, no médio do vale Iguaçu, a família Pacheco, em Três Barras; Nicolau Bley, em Rio Negro) que podiam mobilizar grandes contingentes de capangas a disposição das autoridades paranaenses.¹⁰⁴

Paulo Pinheiro Machado, nessa passagem, também dá uma importante pista para compreender quem estava envolvido na luta pela criação do Estado das Missões. É possível encontrar a participação desses personagens, como coronel Amazonas Marcondes, Cleto da Silva, coronel Domingos Soares, a família dos Bley, dos Pachecos, dos Pimpões e o próprio coronel Fabricio, como nomes citados em apoio à causa da criação do novo estado. Percebe-se, também, e que será discutido mais profundamente no capítulo dois, que manter a sua jurisdição sobre essa área, era de extrema importância para a elite local do Contestado paranaense, tentando, de todas as maneiras, efetivar seu controle na região, seja por

¹⁰¹ SILVEIRA, 2015, p. 71.

¹⁰² Ibidem, p. 62.

¹⁰³ MACHADO, 2004, p.127.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 129.

movimentações armadas durante os anos de 1900 ou pela proposta do Estado das Missões a partir da primeira década do século XX.

Desde 1900, os conflitos se desenrolavam naquela zona e os catarinenses não conseguiam mobilizar tanta força quanto os paranaenses, por não terem coronéis com tanto poder de mobilização de homens em armas. Isso se dava devido ao fato de que no território catarinense, havia um perfil social ligado a pequenos lavradores e posseiros independentes. Frente a essa pouca resistência catarinense, seguido, havia investidas armadas no Vale do Timbó, fazendo Santa Catarina anular toda jurisdição provisória ali estabelecida.¹⁰⁵ Com a notícia da primeira vitória, em 1904, do estado vizinho, a situação se agravou e quaisquer movimentações por parte dos vencedores passaram a ser interpretadas como uma forma de executar, à força, a primeira sentença que ainda podia ser embargada.

Em 1905, o Juiz paranaense de União da Vitória, João de Morais Machado, organizou uma força de 400 policiais e civis, com pretexto de efetuar prisões de criminosos no Vale do Timbó, que estariam sendo protegidos pelos catarinenses. Na verdade, o objetivo da expedição foi verificar e combater o boato que o coronel Demétrio Ramos investiria contra cidade de União da Vitória, com um grupo de 500 homens armados aliados a comerciantes de erva-mate de Canoinhas e o próprio governador do estado de Santa Catarina. Tendo em vista as condições precárias de poder local que os catarinenses tinham na região, seria difícil que Demétrio Ramos, antigo federalista, reunisse tantos homens. Porém, a força paranaense partiu para o local incendiando casas e praticando violências contra população, Demétrio Ramos foi preso e logo após, desapareceu. Depois Vale do Timbó, dirigiram-se até a vila de Canoinhas, prendendo o juiz de paz catarinense Laurindo Cordeiro Bello e o escrivão local.¹⁰⁶ O governador catarinense, mesmo avisado com antecedência, não procurou apoiar os políticos locais do seu estado.

Com essa ação, ficava claro que o verdadeiro objetivo paranaense era manter sua jurisdição sobre o vale do rio Timbó, onde haviam criado o distrito policial provisório subordinado ao município de União da Vitória.¹⁰⁷ Após esse violento conflito, a força do exército nacional passou a permanecer naquele território. Também ficou uma força paranaense para fornecer proteção ao coronel Arthur de Paula que andava com intuitos de criar o município de Vila Nova do Timbó. Segundo Paulo Pinheiro Machado, “daí até o acordo definitivo, em 1916, o Timbó será considerado o ‘contestado do contestado’, pelo fato

¹⁰⁵ MACHADO, 2004, p.129.

¹⁰⁶ Ibidem, p.131.

¹⁰⁷ Sobre a criação do distrito policial na região do Timbó Cleto alega que o mesmo foi criado pelo decreto n.312, de 24 de agosto de 1901, ligado ao município de União da Vitória. Cf. SILVA, 1933, p.77.

de ali não existir um mínimo status quo de qual jurisdição deveria permanecer”¹⁰⁸. Em 1912, os paranaenses tentavam, novamente, estender sua jurisdição à força na região de Canoinhas, mas, dessa vez, encontraram forte resistência do Major Tomás Vieira, intendente municipal, que contou com auxílio do governador do estado.

A frequente ausência de mobilizações do governo catarinense contra as invasões paranaenses provocou um forte desgaste e desprestígio político das autoridades daquele estado. Em Canoinhas, o Major Vieira mesmo sendo protegido do coronel Albuquerque, com grande força em Curitiba e do governo catarinense não conseguia controlar algumas lideranças avulsas que circulavam para ali. O coronel Demétrio Ramos já citado e o capitão Aleixo Gonçalves, ambos oficiais da Guarda Nacional e antigos federalistas, eram dois exemplos. Demétrio Ramos já havia se envolvido em conflito em 1905 depois de ter fixado sua moradia no Timbó ao final da Revolução Federalista. Aleixo Gonçalves era paranaense, mas passou a viver perto de São Bento do Sul, defendendo os catarinenses contra as barreiras fiscais do Paraná, localizadas ao Sul do Rio Negro, com objetivo de barrar os tráfegos de lancha e vapores de Santa Catarina. Aleixo, em 1909, chegou até a liderar um ataque contra um posto fiscal em Rio Preto e depois passaria a apoiar os redutos sertanejos durante a Guerra do Contestado.¹⁰⁹

A guerra fiscal se dava devido à zona entre os vales dos rios Negros e Iguaçu possuírem a maior quantidade de riquezas naturais do Contestado, devido à concentração dos ervais nativos de mate, principalmente em terras devolutas, propícias para o domínio de grandes comerciantes e fazendeiros. Para Santa Catarina a erva-mate consistia no principal artigo de exploração durante o século XIX e início do século XX. Com medo de perder aquele território, o estado catarinense começou a investir cada vez mais pesado, para encontrar uma solução política que fizesse serem cumpridas as sentenças ganhas, enquanto os paranaenses faziam de tudo para interromper o andamento do processo de limites.¹¹⁰

1.5 A HISTORIOGRAFIA E O ESTADO DAS MISSÕES

Pouco se disse sobre o Estado das Missões na historiografia, a tentativa de criar o Estado era geralmente mencionada rapidamente em passagens sobre o conflito de limites

¹⁰⁸ MACHADO, 2004, p. 132.

¹⁰⁹ Ibidem, p.130.

¹¹⁰ Ibidem, p. 134.

entre Paraná e Santa Catarina. Ficava caracterizado pela atuação de coronéis influentes da região norte do contestado, trazendo informações sobre a Junta Governativa do Estado das Missões de 1910 e mencionando o fracasso do movimento em 1917. Oswaldo Rodrigues Cabral, em seu livro “A campanha do Contestado (1979)”, na primeira parte sobre a Geopolítica e a Questão de Limites, menciona que, como Santa Catarina obteve vitórias nas sentenças, em 1910 surgia, no Paraná, à ideia de criar o Estado das Missões, compreendendo toda a zona em litígio. A ideia procurava invalidar, por meio de um ato político-administrativo, as sentenças desfavoráveis ao estado paranaense. Caso fosse reconhecido esse novo Estado da Federação, mais tarde, seria incorporado ao Paraná por um plebiscito ou pela manifestação dos seus órgãos de governo, que pediam sua aprovação no Congresso Nacional.¹¹¹

Cabral menciona a criação da Junta Governativa instalada em União da Vitória com as representações dos municípios de Palmas, Rio Negro e União da Vitória. Comenta, também, sobre a ida de Afonso Camargo e sobre seu posicionamento de pedir para que a Junta Governativa esperasse a última decisão do Supremo Tribunal. O autor ainda traz informações e a transcrição da ata que foi assinada entre a Junta Governativa e Affonso Camargo. Finaliza afirmando que a petição pelo desmembramento prometida pelo governo paranaense foi somente apresentada em novembro de 1916, depois de assinado o acordo, não sendo objeto de deliberação.¹¹² Cabral não faz nenhuma menção a Cleto da Silva, ou à movimentação armada que ocorreu em meados de 1917, também não apresenta nenhuma fonte sobre sua informação de que o Paraná iria procurar agregar aquele estado por meio de plebiscito.

Licurgo Costa, em seu livro “Um Cambalacho Político – A VERDADE SOBRE O “ACORDO” DE LIMITES PARANÁ-SANTA CATARINA (1987)”, também faz uma rápida menção ao Estado das Missões, tendo como referência o estudo feito por Cabral. Costa afirma que, logo após a segunda vitória no Supremo por parte de Santa Catarina, em dezembro de 1909, a oligarquia paranaense, vendo a causa perdida no judiciário, procurou outros recursos para barrar a decisão do supremo. Assim, no início de 1910, reuniram-se em Porto União um grupo de elementos de projeção municipal e velhos cabos eleitorais, instalando uma Junta Governativa com propósito de criar o Estado das Missões. Menciona a ida de Affonso Camargo na região para pedir o aguardo da última decisão do Supremo e citando Cabral traz a mesma informação sobre a ata assinada, em que o governo se prontificava a prometer ajudar a Junta Governativa caso a causa fosse perdida no Supremo Tribunal e, também, sobre o

¹¹¹ OSWALDO, 1979, p. 59.

¹¹² Ibidem, p.60-61.

plebiscito para incorporar o estado ao Paraná. Finaliza afirmando que o movimento não deu frutos e ainda chega a acusar os membros da Junta Governamental fracassada do Estado das Missões de terem dado armamentos e caixa de cervejas aos redutos sertanejos durante a Guerra do Contestado.¹¹³ Licurgo também faz uma análise das cláusulas do Acordo de Limites, destacando a importância do art. XI para aceitação dos proprietários e fazendeiros paranaenses.

Outro autor que aborda a questão é Nilson Thomé, em seu livro “A Política no Contestado: Do Cural da Fazenda ao Pátio da Fábrica (2002)”. Nesse estudo, na parte em que se dedica “A política no Contestado Paranaense” o autor nomeia um dos subtítulos como “O Estado das Missões”. Thomé afirma que, com o fim da Guerra e assinatura e homologação do Acordo de Limites, ainda havia divergências na população regional paranaense. Uns aceitavam os termos e outros se revoltavam. Entre ervateiros e fazendeiros, para o autor, todos perdiam com a divisão do território. Menciona que, em 1910, discordando das decisões judiciais que davam o Contestado a Santa Catarina, um grupo da região proclamou o Estado das Missões, mas foi logo abafado pelo Paraná por não concordar com a separação do Contestado. Quando o acordo foi assinado, o autor afirma que a ideia voltou a ser apresentada por Cleto da Silva, por meio de um projeto no Congresso Legislativo do Paraná. Este, que havia recolhido assinaturas nos municípios da região, com objetivo de parar a negociação.¹¹⁴

Sobre o Acordo de Limites afirma que sofreu resistências no Sul e Sudoeste do Paraná, mas foi aprovado. Isso gerou um movimento de resistência com apoio nos municípios de Rio Negro, Porto União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Três Barras, Timbó, Valões, Xanxerê (no então Paraná) e em Curitiba, Campos Novos e Canoinhas (em Santa Catarina), dando início a uma insurreição armada por parte dos paranaenses descontentes. Sobre o levante de Cleto da Silva, especificamente, relata que ocorreu em 30 de julho de 1917 em União da Vitória, uma sublevação popular, contando com os irmãos Luiz Fabricio Vieira e Maurílio Vieira, filhos do coronel Manoel Fabricio Vieira. Sobre o andamento do movimento alega que o grupo rebelde partiu para Nova Galícia e, em três de agosto, lançaram manifesto convocando a população. Finaliza o assunto dizendo que no mesmo dia também foi promulgado o Acordo de Limites e, em 14 de agosto, depois de se avaliar o empreendimento foi decidida a dissolução do elemento revolucionário.¹¹⁵

¹¹³ COSTA, 1987, p. 40-4.

¹¹⁴ THOMÉ, 2002, p.112.

¹¹⁵ Ibidem, p.113-114.

Talvez o estudo mais dedicado sobre o Estado das Missões foi o de Ruy Christovan Wachowicz em seu livro “PARANÁ, SUDOESTE: OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO (1985)”. No capítulo VI de seu livro, o autor dedica um estudo sobre “A Monarquia Sul Brasileira e o Estado das Missões”. Para o autor, as derrotas no Superior Tribunal e a passagem da região do Contestado para administração catarinense fariam com que as lideranças do Contestado perdessem toda sua influência política. Por isso, se uniram escolhendo o nome do novo estado de Missões, confeccionando uma bandeira. Segundo o autor, o coronel Amazonas Marcondes, de União da Vitória, convocou para Clevelândia, Palmas e sua própria cidade comícios para atrair a população e em um inquérito instalado pelo governo do Paraná, para apurar esses fatos Amazonas Marcondes declarou:

Que desde o momento em que se foi conhecida a sentença do Tribunal Federal contrária ao Estado do Paraná, abraçou a ideia de um “ultima ratio” propugnar pela ideia de constituir esse território, em Estado da Comunhão Nacional; essa ideia foi a mesma apresentada em um grande “meeting” realizado em Porto União sob a direção dos Drs. Afonso Alves de Camargo, José Maria Pinheiro Lima e professor Dario Veloso; que não se recorda qual foi o primeiro propugnante dessa ideia, mas que pode assegurar que o povo abraçou-a delirantemente visando só e só evitar a jurisdição de Sta. Catarina e nunca fazer mal ao seu amado Estado do Paraná.¹¹⁶

Essa informação foi retirada de uma publicação de Josephat Porto Lona Cleto, em um estudo com nome “O Estado das Missões e sua efêmera existência”, publicado no Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, em Curitiba no ano de 1978. Infelizmente não foi possível ter acesso ao estudo de Josephat Cleto. Portanto, Wachowicz levanta a probabilidade da ideia do Estado das Missões ter partido do próprio Presidente do Estado Afonso Camargo.

O estudo de Ruy Christovam Wachowicz continua mencionando sobre a criação da Junta Governativa, a ida de Affonso Camargo e Jaime Reis para parlamentar sobre o ocorrido e ainda transcreve alguns trechos da ata que foi assinada. Passado esse momento, alega que depois de assinado o acordo, José Cleto da Silva, em nome da Junta Governativa, apresentou o projeto de criação do Estado das Missões, definindo os limites e a capital, União da Vitória. Para o autor, nesse momento, Santa Catarina entrou na defensiva pela primeira vez, visto que se fosse criado o Estado das Missões, o território catarinense seria reduzido a uma mera

¹¹⁶ WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Literotécnica, 1985. p. 134, apud CLETO, 1978, p.67.

expressão litorânea. O autor ainda traz um mapa referente ao Projeto do Estado das Missões, que será apresentado ao leitor no capítulo 2.¹¹⁷

Para o Wachowicz, foi a partir desse momento, junto com as pressões feitas por Wenceslau Braz, que Santa Catarina passou a admitir um possível acordo, resultando na assinatura do Acordo de Limites. Depois desse momento, José Cleto da Silva começou sua conspiração, organizando uma sublevação para criar o Estado das Missões. Fala sobre o abandono dos antigos membros da Junta Governativa e cita o livro de Cleto da Silva “O Contestado diante das Carabinas” onde o deputado afirmava ter ao seu lado Rio Negro, União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Três Barras, Timbó, Valões e Xanxerê e até Curitiba, Campos Novos e Canoinhas em seu apoio. Para o autor, o levante foi proclamado em 30 de junho de 1916 (talvez um erro de digitação), a base de operações seria em União da Vitória, e os soldados das guarnições de Valões haviam sido trabalhados pelos separatistas para passarem para seu lado.¹¹⁸

O autor também fala sobre a greve operária que se alastrava no país, tida como auxiliar para conflagrar o levante. Outra estratégia seria a de convencer os oficiais ao longo da linha férrea a passarem para seu lado. Quanto ao fracasso, afirmou que as adesões foram poucas saindo em número reduzido em União da Vitória. Assim, o sonhado Estado das Missões teve que ser abandonado pelos seus líderes, evacuando pela estrada estratégica para Palmas e Clevelândia para adentrar para a Argentina. A última informação prestada pelo autor e de grande importância é que não demorou muito para Wenceslau Braz conceder anistia aos elementos participantes.¹¹⁹

Por fim, Matheus Fernando Silveira em seu Trabalho de Conclusão de Curso “Nas bordas do Contestado - A questão de limites no Processo e no Acordo de 1916 (2015)”, também faz algumas menções ao Estado das Missões. Para o autor, o Estado das Missões aparecia em plena Guerra do Contestado como uma proposta apaziguadora da região, por meio da criação de um estado independente na região do Contestado. A instalação da Junta Governativa havia contado com lideranças coronelistas paranaenses e cogitava a ideia de uma anexação após o desmembramento pretendido, informação que retira de Cabral. Contudo, a ideia foi rejeitada na fase de negociação do acordo (1912-1916) por ambos os estados, pois, para o autor, é certo que o Paraná e Santa Catarina tinham grande interesse econômico e investimentos na região. Sendo que a pacificação por acordo traria frutos para os dois estados,

¹¹⁷ WACHOWICZ, 1985, p.132-4.

¹¹⁸ Ibidem, p.134-5.

¹¹⁹ Ibidem, p. 135.

enquanto a emancipação da região os deixava de fora. Sobre o levante, Silveira alega que a ideia tentou ser levada adiante pelo Coronel Amazonas Marcondes com forças em União da Vitória, mas foi logo abafada pelas tropas enviadas pelo governo Federal e a resistência promovida pelos dois estados.¹²⁰

Em seu estudo, o autor ainda recorre a Oswaldo Cabral para alegar que o Estado das Missões seria uma manobra política paranaense para frear as decisões que se davam no Supremo Tribunal federal e que, também, passou pela cúpula paranaense a possibilidade de apoiar o germe do Estado das Missões, sendo esse um fator novo que poderia até mesmo promover uma reviravolta no Processo de Execução de Limites, juridicamente possível de ser revertida a decisão vantajosa para Santa Catarina. Finaliza alegando que a ideia não foi levada adiante.¹²¹

Esses foram os estudos aos quais teve-se acesso durante a pesquisa sobre o Estado das Missões. Como é possível perceber, as pesquisas inserem o movimento dentro do quadro geral da questão de limites, atentando principalmente na criação da Junta Governativa, no posicionamento do Governo do Paraná e como aquele movimento podia influir nas negociações. Apenas os estudos de Nilson Thomé, Matheus Fernando Silveira e Ruy Christovam Wachowicz mencionam sobre a movimentação armada feita por Cleto da Silva. Os dois primeiros se resumindo apenas a uma ou duas páginas sobre o ocorrido. Já Ruy Christovam Wachowicz, é o único que parece dar um pouco mais de atenção ao caso, procurando informar-se sobre os comícios em Palmas, trazer declarações dos envolvidos como o coronel Amazonas Marcondes, apresentar quem era os participantes da Junta Governativa e um mapa sobre a região que ocuparia o estado, mencionando ainda aspectos dos planos dos revoltosos e também a informação importante sobre a anistia dos envolvidos.

Nenhum dos estudos acima se dedicou a estudar as especificidades de toda a movimentação que se deu em torno do Estado das Missões. Desta forma, essa é a intenção deste trabalho, centrando a pesquisa na figura de Cleto da Silva, presente, do início ao fim do movimento. Dessa maneira, buscou-se identificar as redes de relações que Cleto tinha criado com os demais poderes locais e estaduais da região, para promover um maior conhecimento da atuação e movimentação das lideranças coronelistas da região norte do Contestado, sobre as negociações em torno do Acordo de Limites e sobre o desfecho da contenda pelo Contestado que durou quase um século entre os dois Estados. Esses e outros aspectos só puderam ser revelados através do jogo de escalas entre o micro e o macro, utilizado para fazer

¹²⁰ SILVEIRA, 2015, p. 38.

¹²¹ Ibidem, p.52 e 76.

a análise, revelando peculiaridades, novas questões, interpretações e contribuindo para História do Contestado.

CAPÍTULO 2

2 DO ESTADO DAS MISSÕES AO ACORDO DE LIMIES (1916)

2.1 UM COMÍCIO EM PALMAS

Um Novo Estado

Comício em Palmas

O Contestado

Hontem á noite recebemos o seguinte telegramma de Palmas:

<Povo em grande comício na praça pública, resolveu constituir a zona contestada em estado Federação Brasileira, afim de evitar o domínio de Santa Catatharina, confiante no inexpugnável valor da imprensa, defensora da soberania popular e em vosso patriotismo não recusareis prestígios á causa liberdade! Aclamada a comissão popular representantes municípios, dirigido apello poderes constituídos. Viva a Republica! Pela comissão popular.

Amazonas de Araujo Marcondes, dr. Bernardo Ribeiro Vianna, José Julio Cleto da Silva, Antonio Marcellino Pontes.¹²²

No dia 21 de Maio de 1909, o jornal DIÁRIO DA TARDE, de grande circulação na capital do Paraná, publicava, em meio a outras notícias, o telegrama acima recebido do Contestado. Não fazia muito tempo que Cleto da Silva havia se tornado prefeito de Bella Vista de Palmas, logo transformada em Clevelândia em homenagem ao presidente norte-americano que garantiu a compra de terras onde foi criado o município. Cleto da Silva já residia, há algum tempo, naquela zona, mantendo contato próximo com o coronel Amazonas Marcondes - também citado no telegrama. As outras duas figuras mencionadas são o doutor Bernardino Ribeiro Vianna, vindo para União da Vitória junto com Cleto, e que depois se dirigiu à cidade de Palmas, onde se estabeleceu como médico e, o major Antônio Marcelino Pontes, nomeado terceiro suplente de juiz municipal, na mesma época em que Cleto foi eleito prefeito de Clevelândia.

Toda essa movimentação ocorria um pouco antes da segunda vitória de Santa Catarina no processo de limites movido contra o Paraná. É bem provável que esses nomes estivessem exercendo grande influência nas decisões dos partidos republicanos dos municípios. O poder local da zona contestada já contava com uma grande propriedade fundiária, com o controle de eleições, prestígio político, relações com a imprensa local e estadual e, também, já havia

¹²² JUNIOR, Celestino. **Um Novo Estado**: Comício em Palmas, O contestado. DIARIO DA TARDE, N° 3106, p.1. Curitiba 21 de Maio de 1909. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/11528> acessado dia 20/06/2017.

demonstrado seu poder bélico quando apoiou a investida federalista na região. Essas eram algumas das formas de dominação que aquele coronelismo apresentava.

Passados dois meses do comício noticiado, novamente, o DIÁRIO DA TARDE publicou uma notícia sobre manifestações na região de Palmas. A notícia é datada de 3 de junho de 1909, contendo um apelo ao Presidente do Estado e aos membros do Congresso Estadual, para constituírem ali um novo Estado independente.¹²³ A mensagem começava com uma citação de Rui Barboza, atuante na causa paranaense, que apelava para o patriotismo das autoridades da capital. Os manifestantes afirmavam estar claro para os membros da tribuna, como as populações paranaenses se colocaram contra a sentença ganha por Santa Catarina em julho de 1904. Desde esse período a ideia de emancipação já existia, ganhando cada vez mais forma e chegando, agora, o momento de sua eclosão. O primeiro passo já havia sido dado: definiu-se uma liderança para o movimento, escolhida no comício realizado no dia 21 de maio, no qual foi decidido que seriam dirigidos por meio de uma “comissão popular”. Desta maneira, seu apelo estava calcado no artigo 4º da constituição republicana, que previa:

Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para anexar a outros ou tornar novos Estados, mediante a acquiescencia das respectivas assembleas legislativas em duas sessões annuaes sucessivas e aprovação do Congresso Nacional.¹²⁴

Os membros daquela comissão afirmavam possuir recursos suficientes para manter o novo Estado, pois era de conhecimento das autoridades o potencial das riquezas naturais encontradas na zona Contestada, sendo suficiente para o novo Estado exercer grande influência dentro da Federação. Para os membros da “comissão popular” esta era a única solução capaz de estabelecer novamente os laços entre catarinenses e paranaenses, em litígio por quase um século. Assinavam a mensagem os seguintes:

Amazonas Marcondes, dr. Bernardo Ribeiro Vianna, tenente-coronel Jahyr d’Avelin, José Julio Cleto da Silva, capitão Izidoro da Costa Pinto, coronel João Antônio de Araujo Pimpão, capitão Felipe Schell Loureiro, dr. João Bley, major José Antonio Guerius, Francisco Cleve, capitão Francisco O. Almeida Pimpão, major Antonio Marcelino Pontes, tenente Manoel Ignacio de Loya, major João Simões Cavalheiro, coronel Pedro Ferreira Pacheco.¹²⁵

A partir desta notícia ficaram identificadas as raízes do movimento que procurava a emancipação da zona contestada. Embora não contasse com a participação de toda a população e políticos influentes do Contestado, é possível identificar como precursores do

¹²³ CELESTINO, Junior. **Palmas Independente**. DIÁRIO DA TARDE, N° 3117, p.1. Curitiba, 3 de junho de 1909. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/11572> acessado dia 20/06/2017.

¹²⁴ SILVA, 1920, p.111.

¹²⁵ CELESTINO, op. cit., p. 1.

movimento, principalmente, as lideranças coronelistas estabelecidas em União da Vitória, Palmas, Rio Negro, Clevelândia, Três Barras, Vale do Timbó e demais municípios que abrangem o Sul e o Sudoeste do Paraná. No meio a esses líderes locais, sendo o principal representante de Clevelândia, estava Cleto da Silva que, após essa reunião, partiria para União da Vitória, nos meses finais de 1909, onde se dedicaria exclusivamente à questão dos limites.

Outro acontecimento ocorrido em 1909 foi a rejeição pelo Supremo Tribunal Federal dos Embargos promovidos pelos paranaenses. O Paraná ainda entrou com Embargos Declaratórios em 1910, mas, novamente, foi derrotado no STF. Essa sentença definia os limites catarinenses - os rios Negro e Iguaçu - promovendo grande agitação no estado vizinho. Frente a essa situação, o governo paranaense passou a investir em campanhas jornalísticas, contando com apoiadores até no Rio de Janeiro. O Presidente do Paraná, na época, Carlos Cavalcanti, sabia que sem uma lei ordinária que regulasse a execução da sentença, Santa Catarina não teria como colocar as mãos sobre o Contestado.¹²⁶ Assim, foi a partir da terceira vitória de Santa Catarina, em 1910, que os paranaenses começaram a defender a resolução da questão por meio de uma arbitragem independente, um acordo direto entre os dois lados. Paralelo a essa situação, organizaram comitês de limites em municípios contestados, ditos serem para fins cívicos “mas que, na prática, recebiam armas do comitê central de limites de Curitiba chefiado pelo historiador e coronel Romário Martins”¹²⁷.

No interior, as lideranças locais paranaenses também procuravam se posicionar frente às sentenças proferidas em favor de Santa Catarina. Antes mesmo de serem negados os Embargos Declaratórios promovidos pelo Paraná, aqueles líderes políticos davam mais um passo em direção ao que lhes parecia mais conveniente para resolução do conflito. Em 1º de Janeiro de 1910 era instalada, na cidade de União da Vitória, a Junta Governativa do Estado das Missões, em um dos edifícios públicos, hasteando uma bandeira do novo Estado. A Junta estava composta por alguns dos membros da “comissão popular” estabelecida em Palmas, aparecendo, agora, divididos por sub-regiões, eram eles:

Dr. Bernardo Viana e o coronel Domingos Soares pelo município de Palmas; Jose Julio Cleto da Silva, pelo município de Clevelândia; Major Pedro Alexandre Franklin, pelo município de Rio Negro; coronel Amazonas Marcondes e coronel Francisco Cleve; pelo município de União da Vitória.¹²⁸

O fato foi logo comunicado, por telégrafos, às autoridades paranaenses que enviaram dois representantes para apurar os acontecimentos. Vieram o vice-presidente do Estado do

¹²⁶ MACHADO, 2004, p. 136.

¹²⁷ Ibidem, p.136-7.

¹²⁸ SILVA, 1933, p. 98.

Paraná e amigo de Cleto da Silva, Affonso Camargo e, como representante do Comitê Geral de Limites de Curitiba, Jaime Reis. Os representantes do governo do Estado aplaudiram o gesto dos líderes locais, afirmando que não poderiam se deixar abater por uma ou mais sentenças de um tribunal de juízes apaixonados. Contudo, alegavam caber recurso ao Paraná, pedindo para aguardarem o final do andamento do processo. Caso a sentença continuasse em favor de Santa Catarina, não só o Comitê de Limites, mas também o governo paranaense, daria apoio a causa, fazendo deste território um novo departamento de Federação, proclamando no final do documento “Paraná íntegro ou independência”¹²⁹.

Com a argumentação desenvolvida pelos representantes do governo paranaense a Junta Governativa se comprometeu a aguardar a decisão do Supremo Tribunal. Foi estabelecido um pacto de honra que garantia a atuação conjunta do Comitê de Limites e da Junta em defesa dos direitos paranaenses. Os representantes do Estado, também se comprometiam a apresentar no Congresso Estadual uma petição prevendo o desmembramento do território Contestado e, provavelmente por pressão dos membros do poder local, se comprometiam a, de maneira alguma, promover um acordo como solução para o conflito entre os dois Estados.¹³⁰ Desta forma, ficava claro que desde o princípio da organização da Junta Governativa do Estado das Missões uma resolução via acordo era descartada por seus membros.

Nesse mesmo ano Cleto da Silva assumiu a redação do semanário MISSÕES, substituindo Djalma Coelho. Esse jornal buscou defender, principalmente, os interesses do Paraná e os do Comitê Geral de Limites, sendo bem recebido, segundo Cleto da Silva, por órgãos da imprensa oficial, como o jornal A REPÚBLICA (PR) e, também, pelos independentes, como o A TRIBUNA e CORREIO DO PARANÁ.¹³¹ A seguir é apresentada a primeira notícia publicada, tendo Cleto da Silva como redator:

O primeiro artigo – Missões 25 de agosto de 1910

Ao assumirmos nesta data a direcção e redacção do “Missões”, órgão creado para defender os nossos direitos na questão de limites com Santa Catarina, não trouxemos mais do que a boa vontade unida ao patriotismo, e a convicção de que pugnamos por uma causa nobre pela qual iremos a sacrificio [...] Desprezemos, pois, as offeras miseráveis; zombemos com ironia desses pretensos mandões de aldeia. Acaso meia dúzia de políticos poderá subjugar-nos, como se fôramos um punhado de párias? [...] A lucta é segura: o visinho é audacioso e empregará as artimanhas costumeiras; e a politicagem para isso será um incentivo [...] Eis, Portando, dileneada a nossa missão.¹³²

¹²⁹ SILVA, 1920, p.12.

¹³⁰ Ibidem, p.13-4.

¹³¹ Ibidem, p. 15.

¹³² Ibidem, 21-2.

Na primeira notícia publicada, o novo redator esclarece para seus leitores qual será a missão do semanário. Aponta, também, como as lideranças locais paranaenses do contestado se mostravam dispostas a enfrentar a “meia dúzia de políticos” que tentariam subjugar-los. Revelando não apenas não serem submissos aos poderes institucionais constituídos, mas sim, lutarem a favor da sua causa, contra a “politicagem” que viria pela frente. Uma semana depois, a próxima notícia publicada, acusava o Supremo Tribunal de ter dado ao estado catarinense um “verdadeiro presente” com a última vitória e ainda zombava de um dos ministros que votou a favor de Santa Catarina, por este ser um estado menor. Assim, nas próximas notícias, o semanário buscou deixar claro que as decisões do STF não abalariam os direitos que defendiam sobre aquelas terras, alegando que, jamais, o Contestado passaria para a tutela catarinense.¹³³

Em 1910 Cleto fundava uma livraria em União da Vitória por meio da Firma Ferreira Pacheco. Nesse período, seu pai tenente-coronel José Cleto da Silva exercia o cargo de 2º Tabelionato, Registro Geral e Escrivão de Órfãos e Ausentes da comarca de União da Vitória, sendo afastado no ano seguinte por motivos de saúde, assumindo em seu lugar José Júlio Cleto da Silva como suplente.¹³⁴ Em 1912 Cleto da Silva já aparecia com o título de capitão e como membro do diretório local do partido republicano de União da Vitória - o presidente era o coronel Amazonas Marcondes.¹³⁵

Ainda em 1912, Cleto foi habilitado e promovido vitaliciamente para o cargo de 2º Tabelião de Notas, Escrivão de Órfãos de Registro Geral de Hypotecas do termo e comarca de União da Vitória. Esse cargo era de grande importância na época, e permitia atuar no processo de legitimação de terras de grandes fazendeiros. Com o afastamento seguido da morte de seu pai, tenente-coronel José Cleto da Silva, naquele ano, Cleto começou a assumir um prestígio cada vez maior em União da Vitória. Até mesmo na área da educação, chegando a fazer parte de bancas examinadoras do ensino público de União da Vitória, junto a Carlos Cavalcanti, Presidente do Estado e outros membros.¹³⁶

Enquanto Cleto da Silva ascendia social e politicamente em União da Vitória, nesse período, Santa Catarina buscava dar início à fase de Execução do processo de limites em 1º de janeiro de 1911, para o cumprimento das sentenças ganhas no STF, exigindo que fossem

¹³³ Ibidem, p.22-4.

¹³⁴ SILVA, 1933, p.104.

¹³⁵ FREITAS, Alfredo Aurelio. **Directorios Locaes.** A REPUBLICA (PR), N° 49, p.2. Curitiba, 28 de fevereiro de 1912. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/25453> acessado dia 20/06/2017.

¹³⁶ A. FREITAS. **VIDA ESCOLAR, Os Exames.** A REPUBLICA (PR), N° 290, p.1. Curitiba, 12 de dezembro de 1912. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/26453> acessado dia 20/06/2017.

demarcados os limites pelo Paraná. O juiz seccional do Paraná, João Batista da Costa Carvalho Filho, recusando-se a fazer esta tarefa, foi acusado de crime de responsabilidade por não ter cumprido o Mandado Executório emitido pelo STF, interrompendo o andamento do processo até seu julgamento, ocorrido somente em 1913. Mesmo após o julgamento do caso, durante os anos de 1913 e 1915, o processo quase não teve andamento, período que coincide com a Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916) desencadeada na região, exigindo a participação e colaboração dos dois Estados.¹³⁷

Sobre o conflito que se iniciava no Contestado, Paulo Pinheiro Machado afirmou que o monge José Maria, no ano de 1912, começou a atrair grande prestígio da população local de pequenos lavradores e posseiros independentes. Isso se deu pelas curas praticadas no Espinilho, ao norte de Campos Novos, se dirigindo posteriormente para os faxinais de Irani, onde reuniu um grande número de pessoas em sua volta. A aglomeração foi suficiente para alarmar e mobilizar tropas do Regimento de Segurança do Paraná para combater os sertanejos, resultando na partida do comandante João Gualberto de União da Vitória. No combate o comandante paranaense faleceu junto a alguns de seus oficiais e também o monge José Maria. A partir deste período, o movimento passou por um processo de ressignificação, até dezembro de 1913, com a formação do 2º reduto de Taquaruçu.¹³⁸

Enquanto a guerra tinha o seu andamento, no cenário da política nacional, os paranaenses pressionavam para o não cumprimento da sentença de limites por meio do Presidente do Estado Carlos Cavalcanti. Os paranaenses demonstravam cordialidade ao governo catarinense, defendendo abertamente a solução por arbitramento, alegando ter apoio do Presidente da República, Hermes da Fonseca e do senador catarinense Lauro Muller, também Ministro das Relações Exteriores.¹³⁹ Juntando-se ao senador do Rio Grande do Sul e chefe do partido republicano nacional, Pinheiro Machado, passaram a pressionar o governador de Santa Catarina, Vidal Ramos (1910-1914), a aceitar a ideia do acordo. Lauro Muller e senador rio-grandense procuravam mostrar as vantagens da resolução pelo arbitramento e as dificuldades encontradas para executar as sentenças. Vidal Ramos, não aceitou a ideia, apoiava-se nos pareceres do advogado de defesa de Santa Catarina e se recusava a convocar

¹³⁷ SILVEIRA, 2015, p.66-7.

¹³⁸ MACHADO, 2004, passim.

¹³⁹ PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBULQUERQUE. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de fevereiro de 1913**. Curitiba. Tipografia, Diário Oficial, Rua 15 de Novembro n.24. 1913.p. 6-7. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u612/> acessado dia 20/06/2017.

uma sessão extraordinária, exigida por Lauro Muller, para saber a opinião do congresso catarinense sobre o assunto.¹⁴⁰

Como alternativa à sessão, Vidal Ramos se prontificou a fazer uma consulta reservada aos deputados estaduais e membros do partido catarinense, referente à minuta enviada por carta de Lauro Muller. Esta carta apontava as regras para estabelecer um possível acordo entre Paraná e Santa Catarina. Ambos os Estados concordariam num árbitro comum, tendo um prazo de 60 dias para isso. Definido o árbitro, teriam até seis meses para escolher seus advogados e os limites que pretendiam. Se o litígio fosse resolvido ambos deveriam aceitar, podendo o governo federal fazer a execução dessa decisão como se tratasse de uma sentença federal, e não podendo, nenhum dos estados, buscar outros meios jurídicos para resolver a questão. A consulta ao congresso catarinense revelou uma predominância contrária às ideias de Lauro Muller. Junto ao senador catarinense, Pinheiro Machado também trocava cartas com o governador, alegando que Vidal Ramos deveria aceitar a decisão, por já contar com vitórias no STF, garantindo-lhe um bom adiantamento nas negociações.¹⁴¹ O governo de Vidal Ramos resistiu até o final de seu mandato em 1914.

Do lado Paranaense, entre os anos de 1913-1914, o Presidente do Paraná, Carlos Cavalcanti, colocava a questão do litígio de limites inaceitável para ambos os Estados, se prontificando a continuar a resolver a questão. O mesmo em sua mensagem a assembleia do Paraná afirmou que:

o arbitramento, cuja aceitação pelos catharinenses será o remate dessa tarefa, é o instrumento próprio, o meio eficiente para atingir-se aquelle escopo, resolvendo definitiva e constitucionalmente a questão dos limites do sueste.¹⁴²

Na mesma mensagem Carlos Cavalcanti também mencionava a informação de que os “bandidos” haviam se reunido em um novo Taquaruçu, como ao do ano de 1912. Enviando um telegrama ao governador catarinense Vidal Ramos, perguntou sua opinião a respeito dos dois estados chamarem a intervenção do Exército Nacional e deixou claro que a não resolução do conflito de limites era o fator que propiciava a reunião desses bandos, provocando estragos para ambos os estados. Em resposta, Vidal Ramos se mostrava disposto a combater os redutos

¹⁴⁰ COSTA, 1987, p. 46-8.

¹⁴¹ Ibidem, 51-4.

¹⁴² PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBULQUERQUE. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de fevereiro de 1914**. Curitiba. Tipografia, Diário Oficial, Rua 15 de Novembro n.28. 1914. p. 6. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u613/000006.html> acessado dia 20/06/2017.

que se formavam, mas alegava que era sabido por Carlos Cavalcanti, que o mesmo não tinha interesse em resolver a questão pelas vias do arbitramento.¹⁴³

Enquanto isso, seu vice, Affonso Camargo, servia de advogado para empresa do norte-americano Farquhar, dono da Brazil Railway, junto a capitais ingleses e franceses.¹⁴⁴ A empresa Brazil Railway ficou responsável pela construção dos ramais da Estrada de Ferro Rio Grande – São Paulo na região norte do planalto Contestado, concluindo o ramal até Rio Negro no ano de 1913, explorando até 15 km de cada margem ao longo do caminho da linha.¹⁴⁵ Tendo como subsidiária a Southern Brazil Lumber and Colonization Company, Affonso Camargo também servia de intermediário para a compra de terras na região. A concessão de terras a essas empresas estrangeiras servia de método para definir o próprio domínio do Contestado por parte da venda e legitimação de posses para seu estado. Desta maneira, o Paraná ia organizando suas estratégias para garantir um maior território no Contestado.

Com a sucessão do governo de Vidal Ramos em Santa Catarina e a vitória de Felipe Schmidt (1914-1918), as pressões exercidas por seu primo, Lauro Muller, e Carlos Cavalcanti começaram a surtir mais efeito para este novo líder político. A mudança do Presidente da República no final de 1914, passando a assumir o político mineiro Wenceslau Braz Pereira Gomes, trouxe à frente da República um presidente disposto a tomar para si a responsabilidade de resolver o litígio de limites.¹⁴⁶ Com isso, o ano de 1915 ficou marcado por pressões feitas por Wenceslau Braz, tanto no governo paranaense, quanto no catarinense, para que o conflito fosse resolvido por meio de um acordo.

Em meio ao desenrolar da resolução do conflito dos limites, a Guerra Sertaneja do Contestado marcou a primeira metade de 1914. Segundo Paulo Pinheiro Machado, essa etapa do movimento pode ser caracterizada: pela ascensão das Lideranças de Briga; o combate e destruição do 2º reduto de Taquaruçu; a construção do projeto sertanejo com organização das cidades Santas; os Pares de França e o “comunismo caboclo” proporcionando alimentos e viveres de subsistência para todos do reduto. Já na segunda metade deste ano, Machado identificou o período como o da “ofensiva rebelde generalizada”, com a multiplicação das cidades santas; criação de um comando-geral do movimento liderado por Chiquinho Alonso e expansão do mesmo para o norte do planalto Contestado, na região de Canoinhas, Itaiópolis e

¹⁴³ Ibidem, p. 7-9.

¹⁴⁴ COSTA, 1987, p.71-73.

¹⁴⁵ MACHADO, 2004, p.143.

¹⁴⁶ COSTA, op. cit., p.55.

Papanduva, as duas últimas dentro da administração paranaense e também ao sul e ao oeste do município de Lages e oeste de Campos Novos.¹⁴⁷

A ofensiva dos sertanejos alarmou os dois estados, os quais dispuseram a cooperar para suas terras não ficarem com os denominados “fanáticos”¹⁴⁸, seguidores do monge José Maria. Na mensagem de 1º de fevereiro de 1915 ao Congresso Estadual, referente ao ano de 1914, Carlos Cavalcanti seguia alegando que o conflito do Contestado continuava por ainda não terem sido definidos os limites na zona, e mantinha seu compromisso em resolver a questão por vias do arbitramento, culpando os catarinenses por não aceitarem. O mesmo chegou a enviar uma carta a Lauro Muller, ressaltando a incompetência técnica do Supremo Tribunal em julgar o caso e o apoio que recebia da imprensa nacional brasileira. Em resposta, Lauro Muller afirmava que a ideia ainda tinha contrários em Santa Catarina, mas achou prudente estudar os termos para um possível acordo entre os dois Estados, seguindo as instruções fornecidas pelo senador paranaense Generoso Marques, e o vice-presidente do Estado, Affonso Camargo, devendo o acordo passar pelas Assembleias Estaduais.¹⁴⁹ No final de sua resposta, Lauro Muller demonstrava seu apreço e dedicação a Carlos Cavalcanti.

se me for dado oferecer-lhes o teor do compromisso que deveria concretizar a ideia do arbitramento, que aceitei em principio, terei chegado ao termo da missão que me coube desempenhar pela iniciativa de V. Exa., a quem mais uma vez agradeço a prova de consideração e confiança com quem tão espontânea e generosamente me distinguiu.
(assignado Lauro Muller).¹⁵⁰

Enquanto a questão dos limites era permeada pelos acontecimentos da guerra, as regiões próximas a União da Vitória também sofriam consequências. Os ataques às estações de Calmon, São João, entre outras da Brazil Railway e da Lumber Company, promovidos

¹⁴⁷ MACHADO, 2004, passim.

¹⁴⁸ A utilização dos termos “fanáticos”, “jagunços” ou “bandidos” entre aspas, tem por objetivo problematizar esses bordões repetidos pela primeira geração da historiografia do Contestado, que, se detendo a superfície do problema, continuaram a utilizar nomenclaturas pejorativas para descrever os rebeldes e suas ações. Muitos desses termos adivinham de fontes da época que percebiam os rebeldes de forma preconceituosa. O avanço dos estudos sobre o Contestado a partir dos anos 1960, não só pela História, mas, pelas ciências humanas em geral promoveram uma evolução interpretativa do episódio, contudo, essas denominações ainda persistiam. Somente a partir década de 1980 esse linguajar será varrido dos trabalhos acadêmicos. E nas discussões feitas no ano do centenário do Contestado, optou-se pela utilização entre aspas, lembrando assim, a linguagem já superada da época. O livro publicado nessa ocasião recebeu o título de “Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-1916)” procurando trazer um debate completo sobre essa problematização. Cf. VALENTINI, Delmir José, EPIG, Marcia Janete, MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado**. Pelotas: Editora da Universidade federal de Pelotas, 2012. p. 9-12.

¹⁴⁹ PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de Fevereiro de 1915**. Tipografia da Republica, Rua 15 de Novembro, nº28. 1915. p. 7-12. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u614/> acessado dia 21/06/2017.

¹⁵⁰ Ibidem, p. 12.

durante a ofensiva dos rebeldes, resultaram na morte do capitão Matos Costa, gerando consequências para o município de União da Vitória, que segundo Cleto da Silva:

Diante de tudo quanto vinha de suceder, União da Vitória ficava deserta: nem escolas, nem oficinas, nem comercio, nem lavoura! Tudo foi abandonado. Apenas sentinelas vigilantes guardavam as esquinas e nos postos avançados permaneciam soldados e paisanos tresnoitados.¹⁵¹

Segundo Paulo Pinheiro Machado a situação só se normalizou na região norte do planalto Contestado, quando o movimento dos sertanejos passou por uma crise com a morte de Chiquinho Alonso em novembro de 1914. Sua morte resultou na divisão do movimento em duas facções e no estancamento do movimento de expansão dos rebeldes. O escolhido para suceder a direção do movimento foi Adeodato, conhecido como Leodato, procurando concentrar os rebeldes no reduto de Santa Maria. Também contribuiu para o fim da expansão do movimento a chegada e atuação do general Setembrino de Carvalho no final de 1914, comandando cerca de seis mil soldados do exército. Setembrino procurou outras estratégias, além da luta direta, para dar fim ao conflito, visto que o exército ficou mal visto depois do massacre promovido nos sertões do nordeste brasileiro, em Canudos.¹⁵²

Entre as medidas adotadas por Setembrino estava o lançamento de um manifesto pedindo que os sertanejos abandonassem os redutos e passassem para o lado do exército, tendo trabalho e terras garantidas, depois alegou somente trabalho. Também afastou o Coronel Albuquerque, principal adversário dos sertanejos, da chefia de Curitiba e cortou o fornecimento de alimentos e artigos de subsistência dos rebeldes. A centralização dos sertanejos em Santa Maria, em conjunto com as medidas adotadas pelo general Setembrino, promoveram uma redução nos redutos da região norte do Contestado, resultando na rendição de Bonifácio Papudo, Carneirinho, Alemãozinho, Inácio de Lima e outros que se apresentaram ao Tenente Coronel Onofre e ao general Setembrino Carvalho. Ficando assim finalizados, em meados de fevereiro de 1915, os conflitos no Sul e Sudeste paranaense.¹⁵³

É importante salientar que os chefes locais da zona contestada atuaram com diversos piquetes civis, em apoio ao exército, durante esse período, envolviam-se os coronéis da força paranaenses já citados no capítulo 1 (Juca Pimpão, Domingos Soares, Amazonas Marcondes, Cleto Silva, Arthur de Paula, Agostinho Ribeiro, Fabricio Vieira, Nicolay Bley e a família Pacheco), deixando de lado a resolução do conflito de limites, para não perderem suas terras para os sertanejos.

¹⁵¹ SILVA, 1933, p. 118.

¹⁵² MACHADO, 2004, p.243 et. seq.

¹⁵³ Idem, 2004.

Somente após o período da ofensiva rebelde, os coronéis voltaram a se preocupar com a discussão do acordo entre Paraná e Santa Catarina. Em julho de 1915, o semanário *MISSÕES* voltou à ativa, tendo à frente, novamente, o redator Cleto da Silva. Em sua primeira publicação afirmou:

De novo aparece este semanário, tendo a mesma divisa de outros tempos: a defeza dos nossos direitos nessa questão que, a contra gosto, vimos mantendo com o visinho Estado de Santa Carina [...] Depois da viagem á Capital Federal, de S. Ex. o Sr. Dr. Cavalcanti, benemérito Presidente do Estado, bem orientado ficou o Sr. Presidente da República de que lado está a rasão. Três propostas, para a solução da questão, foram feitas pelo digno representante do povo paranaense; mas nenhuma delas acyueceu o Governador de Santa Catarina, Sr. Felipe Schmidt. Entretanto, não devemos dormir na sentinella. Foi, por isso, que o reaparecimento do “Missões” se tornou necessário; ele deixará não deixará passar impunemente as manobras desses aventureiros.¹⁵⁴

Na volta do semanário *MISSÕES* Cleto da Silva parecia bem informado sobre as idas de Carlos Cavalcanti ao encontro do Presidente da República, na tentativa de fechar um acordo direto com Santa Catarina. Esse fato ainda não o incomodava, pois o Paraná ainda reivindicava a posse total do Contestado, sem desanexação, nem divisões das regiões Sul e Sudoeste do Estado paranaense. Fica visível, também, uma aproximação com a política dominante no momento em que começavam a ocorrer os preparativos para as eleições ocorridas nos meses finais de 1915. Nesse mesmo ano, eram membros do diretório do partido republicano em União da Vitória, o coronel Amazonas de Araújo Marcondes (Presidente), Jose Júlio Cleto da Silva, Domingos Pimpão, Mathias Pimpão, entre outros. O Comitê de limites local também contava com Clotario de Marcedo Portugal (Presidente), coronel Amazonas Marcondes (Presidente honorário), Domingos Pimpão, José Júlio Cleto da Silva e Duarte Catta Preta.¹⁵⁵

Na época de indicação de candidatos, os representantes do comitê e do diretório do partido republicano de União da Vitória comunicavam por meio de telegrama ao secretário da Comissão de Limites de Curitiba que haviam escolhido por decisão unanime José Júlio Cleto da Silva como candidato a deputado Estadual.¹⁵⁶ O *DIÁRIO DA TARDE*, sobre a candidatura de Cleto da Silva, publicou no dia 17 de agosto de 1915 uma notícia se mostrando surpreendido com a indicação do candidato ao invés do coronel Amazonas. Mas, ao mesmo tempo, tinham simpatia com o “conhecedor da região do Contestado”. O jornal também falava

¹⁵⁴ SILVA, 1920, p. 25-6.

¹⁵⁵ SILVA, 1933, p.129-130.

¹⁵⁶ BORGES, Generoso. *VARIAS. DIÁRIO DA TARDE*, Nº 5171, p.1. Curitiba, 16 de agosto de 1915. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/21219> acessado dia 21/06/2017.

da indicação de Palmas do coronel Domingos Soares como segundo representante dos interesses das lideranças do contestado no Congresso Estadual.¹⁵⁷

O redator Hugo Reis, do jornal DIÁRIO DOS CAMPOS, de Ponta Grossa, também publicou uma série de artigos sobre a candidatura de Cleto da Silva. Entre as informações prestadas, afirmou ter se dado à margem do Partido Republicano Paranaense a candidatura de Cleto da Silva, mas graças ao convite da chapa da Associação Comercial o mesmo pôde disputar o sufrágio eleitoral, comprometendo-se a trabalhar pela questão de limites.¹⁵⁸

Passado o período de campanha, tanto o coronel Domingos Soares, com 13.200 votos e José Júlio Cleto da Silva, com 9.911, segundo a apuração oficial publicada do jornal A REPÚBLICA (PR), foram eleitos para exercer o cargo de deputados estaduais do Paraná.¹⁵⁹ A eleição desses indivíduos da região do Contestado revela as articulações políticas promovidas pelos coronéis para poder ter um maior poder de atuação nas esferas regionais e, também, influir nas decisões que competem ao Estado. Sabendo da trajetória de Cleto da Silva até o momento, os políticos regionais agora poderiam apresentar seu projeto de emancipação do Contestado, por meio de seus próprios representantes, pois os membros do governo visitantes da Junta Governativa, comprometidos com essa tarefa em 1910, não o fizeram. Desta forma, o ano seguinte ficará marcado pela atuação de Cleto da Silva como deputado estadual e sua oposição frente ao Acordo de Limites (1916).

2.2 O ACORDO DE LIMITES (1916)

Matheus Fernando Silveira, ao analisar o discurso presente nos representantes políticos envolvidos nas negociações do acordo, tanto no emissário de Wenceslau Braz, Thiers Fleming, capitão de fragata, quanto no parecer da Assembleia Estadual do Paraná, percebeu um tom de patriotismo relacionado ao contexto que ele denomina “teatro oligárquico” da Primeira República, pautado nos estudos de Claudia Maria Ribeiro Viscardi. A presença popular na política durante esse período era, certamente, muito limitada e a descentralização do Império não modificou essa situação. O que ocorreu com o final do antigo tipo de regime foi a abertura para um novo espaço de negociações entre diferentes Estados,

¹⁵⁷ BORGES, Generoso. **O futuro pleito, O Contestado no Congresso e no Governo**. DIÁRIO DA TARDE, Nº 5172, p. 1. Curitiba, 17 de Agosto de 1915. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/21223> acessado dia 21/06/2017.

¹⁵⁸ SILVA, 1920,70-2.

¹⁵⁹ A. FREITAS. **Reconhecimento dos deputados**. A REPÚBLICA (PR). Nº 25, p. 1. Curitiba, 31 de Janeiro de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/30278> acessado dia 21/06/2017.

favorecendo uma “política dos governadores”¹⁶⁰, uma política de apoio mútuo entre os poderes federais e estaduais. A esfera federal dava apoio à oligarquia estadual, não se metendo em assuntos locais, em contrapartida, esse governo iria lhe dar apoio num contexto federativo.

Entretanto, nem tudo corria perfeitamente e a instabilidade entre as alianças dos estados da federação ocorria com frequência. Por isso, para compreender esses aspectos, deve-se procurar ver o contexto de maneira microscópica e relativizada.¹⁶¹ Desta maneira, é possível perceber que a política acontecia por um constante acordo entre as lideranças políticas, na qual a maior incerteza era em torno da sucessão da presidência da República, servindo de instabilidade e pretexto para manter um equilíbrio do cenário oligárquico.

O plano desenvolvido pelo poder executivo de cada estado no âmbito federal tinha grande importância para desenvolver negociações sobre a ótica de um patriotismo republicano. Os principais representantes, neste contexto, eram hierarquizados e ocupavam espaços desiguais entre si: os estados com maior poder econômico, os cafeeiros exportadores (Minas e São Paulo) e os voltados para um mercado interno (Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco), além da capital federal, eram considerados estados “grandes”, enquanto os demais estados eram vistos como “pequenos” ou “satélites”.¹⁶² Dentro deste cenário, a discussão sobre os limites era feita por dois estados satélites: Paraná e Santa Catarina, ambos buscando demonstrar sua importância no contexto de consolidação da República.

Tanto os paranaenses como os catarinenses possuíam situação semelhante, com a presença de coronéis-intervencionistas e de um coronelismo interiorano clássico, contando com lideranças urbanas formadas por bacharéis e apoiadas na burocracia estadual.

Assim, se na região contestada temos um tipo de força política – o coronel latifundiário – as disputas territoriais “oficiais” acerca destas regiões, inclusive a querela judiciária e um possível acordo arbitral, ocorrem com outro tipo de protagonista, o político republicano urbano. O “federalismo brasileiro” da República Velha dava grande margem para a personalidade oligárquica na administração pública, através da apropriação – hoje considerada indevida – do Princípio de Autonomia das entidades estaduais na federação frente à União.¹⁶³

Na passagem acima, fica clara a dicotomia que procura-se demonstrar neste trabalho, quanto aos posicionamentos e a maneira de influir nas decisões políticas por parte dos coronéis com grandes propriedades latifundiárias do Contestado, e os políticos da oligarquia

¹⁶⁰ SILVEIRA, 2015, p. 30, apud CARONE, 1975, p. 305.

¹⁶¹ Ibidem, p. 31, apud VISCARDI, 2001, p. 34.

¹⁶² Ibidem, p. 31.

¹⁶³ Ibidem, p. 32.

urbana da Capital. Os coronéis do interior procuravam exercer sua influência por meio de pressão às oligarquias comandantes, através de atuações nos comitês de limites regionais, no diretório do partido republicano local, na imprensa – como o semanário MISSÕES - com apresentação de outra solução para a resolução da questão de limites - como a Junta Governativa do Estado das Missões - com o apoio e lançamentos de candidatos próprios para serem representantes no Congresso Estadual - como Cleto da Silva e o coronel Domingos Soares - entre outras estratégias já mencionadas.

Do outro lado, além de usar os mesmos meios dos coronéis do Contestado, como a representação no Congresso Estadual - em maior escala -, a imprensa através dos grandes jornais de circulação como - A REPÚBLICA e o DIÁRIO DA TARDE -, o fechamento dos jornais de oposição, a frequente negociação com as elites locais. Esses coronéis da Capital procuravam, também, ingressar no âmbito da política federal se aproximando da oligarquia dominante, mantendo uma relação de ajuda mútua, característica da política de governadores discutida anteriormente. Relação que garantia a esses políticos um maior controle sobre seu Estado, visto que a mobilização de homens e armas promovida com a ajuda federal era muito superior à do poder local – principal força política dos coronéis na época.

Dentro deste contexto, enquanto o poder local de União da Vitória tomava suas atitudes para emancipar a região, no Congresso Nacional, o Paraná buscava ingressar ao lado da política dominante, contando com uma bancada menor e também maior dependência aos cofres da União em relação a outros estados “grandes” da Federação. Pelo menos frente a Santa Catarina, com representação apenas de Lauro Muller na esfera federal e Hercílio Luz no âmbito estadual, os paranaenses tinham uma população de eleitores muito mais expressiva e um maior poderio econômico, dando-lhes um pouco mais de peso nas decisões tomadas naquele cenário republicano.¹⁶⁴

Os representantes catarinenses, em contrapartida, buscavam uma proximidade ainda maior com a oligarquia dominante, para tentar exercer algum peso sobre as influências na esfera federal. Lauro Muller exerceu cargos de deputado federal (1891-1899), senador (1900-1902; 1906-1914; 1917-1926), Ministro do Estado (1902-1906) sob o governo de Campos Sales, e 1912-1917 como Ministro das Relações Exteriores, sob o governo de Hermes da Fonseca (1910-1914) e Wenceslau Braz (1914-1918). É no período de 1912 que, como já foi visto, o senador catarinense começa a pender para a resolução da questão por meio do arbitramento, fazendo pressões ao governo de Vidal Ramos e tendendo para o lado dos

¹⁶⁴ SILVEIRA, 2015, p. 32.

paranaenses.¹⁶⁵ Com a mudança de governador para Felipe Schmidt, primo de Lauro Muller, após algumas reuniões e pressões feitas, pelo capitão de fragata Thiers Fleming, Carlos Cavalcanti, Affonso Camargo, Lauro Muller, Hercílio da Luz e pelo próprio Wenceslau Braz, o mesmo acabou cedendo à ideia.

Outro aspecto levantado por Matheus Fernando Silveira sobre as negociações do Acordo é sobre um discurso com ares de patriotismo que emergia nesse cenário abarcando aspectos de um regionalismo, envolvendo intelectuais e lideranças locais que se apoiavam em dispositivos da constituição, tais como os artigos 4º da Constituição Federal de 1891.

Nesse âmbito de interpretação da Constituição, as posições do berço da República, refletem ora um interesse mais oligarca (defendendo a autonomia estadual), ora vinculação ao Governo Federal (em prol da união, da ordem e do patriotismo). É uma polarização que dependia, além da origem do interlocutor, da práxis política.¹⁶⁶

Para ilustrar essa colocação, Matheus Silveira demonstra como o advogado de defesa de Santa Catarina, Epitácio Pessoa, defendia uma posição de intervenção do governo federal e, de apoio à força política do Superior Tribunal Federal para executar a sentença. Enquanto Rui Barbosa, defensor paranaense, preferia uma não intervenção federal na execução da sentença, utilizando o judiciário apenas para consulta, cabendo às assembleias legislativas selar o acordo para depois se dirigir ao Congresso Nacional. Essa diferenciação entre os discursos e a utilização do art. 4º da constituição também pode ser vista na própria briga política entre os que apoiavam o Acordo de Limites e os defensores do Estado das Missões.

O Presidente do Estado, Carlos Cavalcanti, e seu vice Affonso Camargo, buscaram entrar no jogo das negociações junto a Wenceslau Braz para garantir um pedaço valioso do Contestado para o seu estado, pois já haviam perdido três sentenças no campo judicial. Logo, a intervenção federal, se apresentava como uma boa alternativa. Já os coronéis das regiões Sul e Sudoeste paranaense, embora até apoiassem um acordo que garantisse a totalidade das posses do Contestado para o Paraná, não aceitavam uma solução que dividisse e desincorporasse populações sobre a jurisdição provisória paranaense, como União da Vitória, Rio Negro, Timbó, Clevelândia, Três Barras e outros municípios. Em defesa do seu ponto de vista, utilizavam o princípio da autonomia estadual frente ao poder federal, colocando como alternativa o estado das Missões, pautadas no artigo 4º da Constituição Federal, e disparavam duras críticas à intervenção de Wenceslau Braz.

¹⁶⁵ SILVEIRA, 2015, p. 33.

¹⁶⁶ Ibidem, p. 35.

Voltando ao litígio entre os dois estados, sobre a resolução do conflito, é importante lembrar a mudança no discurso proferido pelos catarinenses e paranaenses durante o conflito no Contestado. Matheus Fernando Silveira apontou que:

A fronteira ou a questão de limites no que toca à subjetividade identitária, num primeiro momento opôs um Estado contra o outro, mas, após o desenvolvimento do conflito do Contestado, fundamentalmente os discursos oficiais uniram-se contra os “fanáticos” do contestado.¹⁶⁷

A identificação da população da zona contestada, com algum dos discursos regionalistas, seja paranaense ou catarinense, era importante para os dois estados, mas se tornou ainda mais importante a população não se identificar com o discurso dos sertanejos. Desta forma, a intervenção federal para a realização do Acordo de Limites só pôde acontecer “pela quebra do clima de beligerância direta entre os dois Estados na questão lindeira durante a Guerra do Contestado”¹⁶⁸.

Enquanto o Superior Tribunal Federal dava vitórias para Santa Catarina, ambos Estados procuravam atacar um ao outro. Com o começo da Guerra, em 1912, esses ataques param de acontecer, dirigindo-se a um inimigo em comum: os “fanáticos” do monge José Maria e os redutos organizados no Contestado. É nesse mesmo período, que a ideia do arbitramento, defendida pelos paranaenses, vai ganhar força e a adesão de Lauro Muller. A união entre os dois Estados para combater os sertanejos, ficou evidenciada no próprio chamado em conjunto das forças do exército nacional, em setembro de 1914, e na mensagem de Carlos Cavalcanti naquele mesmo ano, na qual defendeu que:

a situação creada pela questão de limites, entre os dous Estados, [...] torna incerta, hesitante, precária, a acção dos respectivos governos, especialmente em certos pontos do contestado, onde entretanto, deve ser prompta, enérgica e decisiva, de modo a manter intangível e eficaz o império da lei [...] o remédio para esta situação que tantos males causa aos nossos Estados, está indicado frisantemente pela força das circunstancias. Adoptemos o arbitramento para dirimir a nossa contenda, convencionando um regimen provisório de escrupuloso respeito ao *status-quo* existente no contestado e conjuguemos os esforços dos dous governos numa acção conjunta nobre e enérgica, com auxilio ou não da União, para que em toda extensão do território, tanto catharinense como paranaense, haja ordem inalterável, segurança de vida e de propriedade.¹⁶⁹

¹⁶⁷ SIVEIRA, 2015, p. 36.

¹⁶⁸ Ibidem, p. 37.

¹⁶⁹ PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBULQUERQUE. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de fevereiro de 1914**. Curitiba. Tipografia, Diário Oficial, Rua 15 de Novembro n.28. 1914. p. 7. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u613/000007.html> acessado dia 21/06/2017.

Carlos Cavalcanti seguiu durante o ano de 1915 defendendo a solução do arbitramento, colocando-se na defensiva quanto às decisões no campo judiciário. Neste período, foi visto a força do movimento rebelde começava a decair bruscamente. Com a aquietação, o Presidente da República Wenceslau Braz convocou Carlos Cavalcanti para se dirigir até a capital Federal e discutir um possível acordo entre os dois Estados. Ao se dirigir à capital, o Presidente paranaense afirmou sua opinião a favor do arbitramento e a escolha do Presidente da República como árbitro, sendo contrário a uma proposta seguindo as linhas dos limites estabelecidos nas sentenças.¹⁷⁰

Mesmo sabendo que Felipe Schmidt recusou a proposta, Carlos Cavalcanti continuou disposto a estabelecer um acordo para resolver o conflito, pois era claro que para o Paraná a execução da sentença não era opção. A premissa imposta pelo líder paranaense era manter seu estado com a jurisdição provisória atual que exercia no Contestado, entregando da mesma maneira de quando assumiu, mantendo-se firme sobre sua jurisdição do Timbó – ponto de principal discórdia entre os dois estados.¹⁷¹ Impossibilitado de resolver o conflito durante as conferências do ano de 1915, Wenceslau Braz declarou que não foi possível estabelecer um acordo entre os dois estados, mas que:

É certo que se sentira no dever de pedir-lhes a sua vinda a esta Capital, mas somente para ouvi-los a respeito de perturbação que se tem dado a ameaçam continuar na zona contestada e ás quaes, por sua gravidade, o governo nacional não pode assistir indiferente.¹⁷²

Percebe-se que para dar fim ao movimento rebelde que se alastrava na zona contestada, tornava-se importante, para as autoridades estaduais e nacionais, definir uma administração concreta no Contestado, que não abrisse brechas para outro possível levante sertanejo. Por isso, ambos os estados, deveriam chegar a um consenso, mesmo fazendo algumas concessões a contragosto. A guerra também influenciou o Rio Grande do Sul, com grande peso político na primeira república, buscando pressionar os catarinenses a aceitarem a solução via acordo. O encarregado era o senador Pinheiro Machado, que temia o alastramento dos rebeldes para o norte de seu estado.¹⁷³ Portanto, o foco principal naquele momento era o

¹⁷⁰ PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. **Mensagem ao Congresso Estadual em 1º de Fevereiro de 1916**. p. 7. Tipografia do Diário Oficial, Rua 15 de Novembro n° 28. 1916. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u615/000007.html> acessado dia 21/06/2017.

¹⁷¹ Ibidem, p. 8.

¹⁷² Ibidem, p. 11.

¹⁷³ SILEIRA, 2015, p. 38.

fim do conflito de limites para que os estados brasileiros não vivenciassem mais uma experiência de movimento de cunho popular contrário à República.

A criação do estado das Missões, na análise de Matheus Fernando Silveira, também é vista como maneira de apaziguar o Contestado. Para ele, o Paraná tinha planos de anexar a região ao seu estado após sua emancipação – essa informação não possui registros.¹⁷⁴ A ideia foi rejeitada durante a fase de negociação do acordo por ambos estados, entre 1912 e 1916, pois certamente tinham grande interesse econômico na região e, porque, durante a criação da Junta Governativa, as decisões do Superior Tribunal Federal não estavam encerradas. Desta forma, ceder o comando do Contestado para vontade dos chefes locais, não se tornava interessante para os estados com grandes investimentos e terras compradas no Contestado.¹⁷⁵

Em vista disso, o Acordo de Limites se tornou a única solução para todos os governadores envolvidos na negociação, consistindo numa vitória da política de alianças feitas no cerne do cenário nacional da Primeira República. Mesmo Santa Catarina tendo a seu favor as decisões judiciais, foi obrigada a se aliar em maior escala à política dominante, por ser um estado menor e menos populoso. Só assim pôde exercer peso nas negociações acontecidas na capital federal.¹⁷⁶ Matheus Fernando Silveira também afirma que “não havia melhor momento para a derradeira solução da questão lindeira, inclusive no âmbito legal (com o *vacatio legis* do Código Civil de 1916)”¹⁷⁷ e econômico, pois efetivaria as negociações de terras feitas pelos estados com as empresas estrangeiras durante os anos que precedem o Acordo de Limites.

Por fim, em 20 de outubro de 1916 era assinado o Acordo de Limites entre os dois estados, ambos fazendo concessões contra sua vontade. O texto contava com uma introdução e dez artigos. O Artigo I continha os novos limites definidos para os dois Estados. Segundo Paulo Pinheiro Machado, sobre a nova divisão:

Santa Catarina ficou com toda faixa norte do Contestado, sendo reconhecidos os rios Negro e Iguazu (até União da Vitória) como divisa entre os dois Estados; a faixa oeste, de União da Vitória até a fronteira Argentina, ficou dividida ao meio pelos litigantes. [...] a cidade de Rio Negro foi desmembrada, mantendo este nome do lado paranaense, na margem direita do rio Negro. A parte desta cidade que ficava à margem esquerda passou a ser o município catarinense de Mafra. A antiga saliência

¹⁷⁴ A afirmação consta no livro de Oswaldo Cabral em seu estudo feito sobre a guerra do Contestado, contudo o mesmo não indica nenhuma referência ou fonte que retirou tal ideia. Cf. CABRAL, 1979, p. 59.

¹⁷⁵ SILVEIRA, 2015, p. 38.

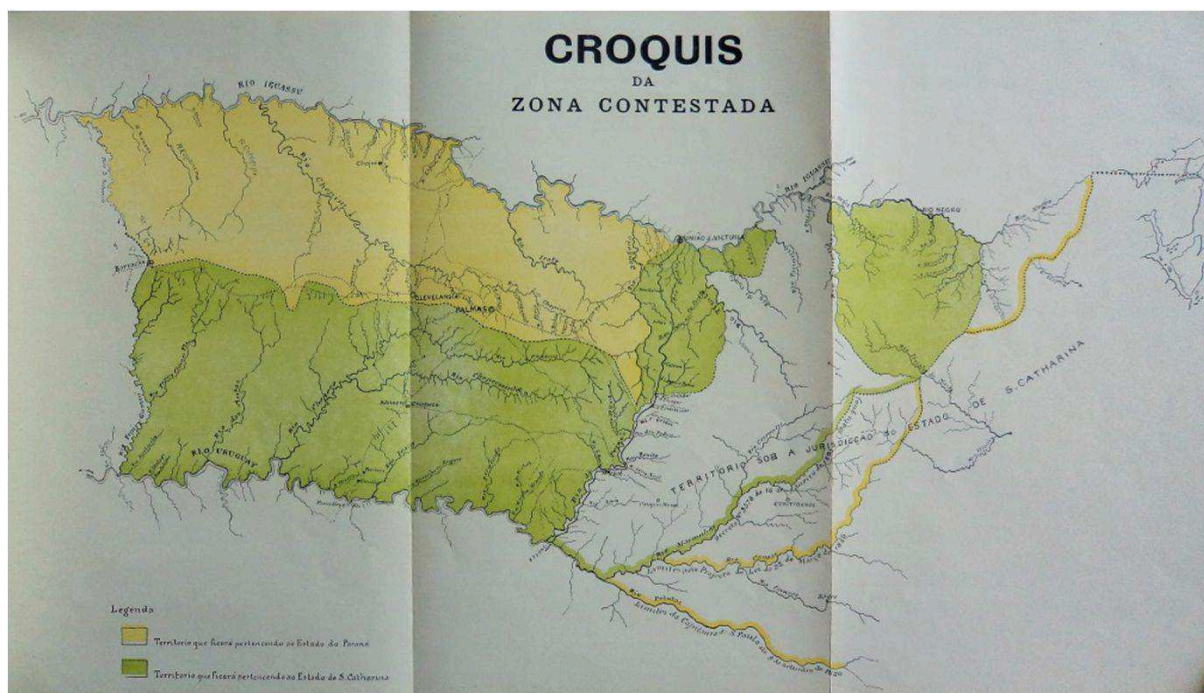
¹⁷⁶ *Ibidem*, p.39 apud MACHADO, 2004, p.123.

¹⁷⁷ Matheus Silveira vai afirmar que nesse período, antes da entrada em vigor do “código civil” em 1917, não havia propriamente uma legislação que definisse as maneiras que deveriam seguir um acordo desenvolvido entre os Estados da Federação, abrindo margem para que os próprios políticos definirem a sua maneira. Cf. SILVEIRA, 2015, p.13-4.

paranaense formada pelas vilas de Três Barras, Papanduva e Itaiópolis [e Timbó] foi entregue integralmente para Santa Catarina, o mesmo acontecendo com os vales do Timbó e Paciência. A cidade de União da Vitória ficou dividida pelo leito da estrada de ferro, tendo o lado norte conservado seu antigo nome, passando sua fração catarinense, ao sul, a denominar-se Porto União. Os municípios de Palmas e Clevelândia foram divididos, surgindo ao sul da região oeste o município catarinense de Chapecó.¹⁷⁸

Como percebemos a zona mais reivindicada defendida pelos coronéis da região Sul e Sudeste do Paraná acabou sofrendo perdas enormes. Foram entregues para os catarinenses os municípios de Três Barras, Papanduva e Itaiópolis, e ainda sofreram divisão Rio Negro, União da Vitória e Palmas, despertando a resistência armada ao Acordo de Limites, sendo Cleto da Silva o principal líder. Um croquis feito pelo Presidente do Paraná Affonso Camargo, exposto na mensagem de 1916 ao Congresso Estadual, demonstra bem como ficou a divisão após o Acordo de Limites. A parte mais clara ficou para o Paraná e parte mais escura para Santa Catarina. A direita é possível perceber a região da saliência de Timbó, Três Barras, Itaiópolis e demais municípios.

Imagem 4: Croquis da Zona Contestada.¹⁷⁹



¹⁷⁸ MACHADO, 2004, p. 137.

¹⁷⁹ SILVA, Carlos Luiz. **Museu do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e esquecer o Movimento do Contestado (1946-1988)**. Relatório apresentado no programa de pós-graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016. p. 72.

Os artigos II e III eram relativos aos aspectos formais do acordo até sua efetivação em Lei. O art. II exigia a convocação para novembro daquele ano das respectivas assembleias de cada Estado para avaliarem e se manifestarem sobre o acordo. Já o Art. III fala sobre a segunda etapa, dando continuidade ao processo com a convocação para fevereiro de 1917, no qual novamente as assembleias estaduais emitiriam um segundo parecer sobre o acordo.¹⁸⁰ O Art. IV definia que após a aprovação nas assembleias, o acordo deveria ser aprovado no Congresso Nacional para ser transformado em lei federal, podendo Santa Catarina, tomar posse da jurisdição da zona, trinta dias depois de aprovado.¹⁸¹

No art. V os dois Estados deveriam abrir mão do Processo de Limites. O Art. VI definia a eleição de uma comissão para estabelecer os limites, com um delegado especial como representante federal e mais dois provindos de cada Estado para dar assistência, tendo um prazo de 90 dias para levantar marcos. Os artigos VII e VIII definiam aspectos referentes ao não cumprimento do acordo e também sobre os fiscos na zona de jurisdição provisória paranaense, podendo ser recolhidos por Santa Catarina somente depois de homologado o Acordo de Limites, ocorrido apenas em 3 de agosto de 1917.¹⁸²

O art. IX previa que todos os direitos políticos e administrativos privados obtidos por via jurídica pelo Paraná, deveriam ser respeitados por Santa Catarina, essa cláusula servia para garantir aceitação do acordo por parte dos grandes latifundiários paranaenses que, vivendo na região, passariam para jurisdição catarinense, mas teriam garantidas e validadas suas certidões civis e de propriedade registradas em cartório do Paraná.¹⁸³ O artigo X definia que as disputas judiciais dentro da região contestada seguiriam a primeira instância jurídica da qual eram originárias.

Essas duas últimas cláusulas tiveram impactos importantes, tanto para os apoiadores do acordo, quanto para os contrários no estado do Paraná. Desde a passagem das terras devolutas para a legislação estadual o Estado passou a tomar grandes áreas não legitimadas e vender para grandes fazendeiros, comerciantes e empresas estrangeiras. Legitimar a terra permitia tornar a área uma propriedade privada daquele que adquiriu, portanto, para os fazendeiros e grandes proprietários, não havia porque se preocupar com a passagem para a jurisdição catarinense, visto que suas propriedades privadas continuariam sobre seu domínio. Essa cláusula também ganhou o apoio das empresas estrangeiras, pois antes de ser Presidente

¹⁸⁰ Ambas as assembleias aprovaram o acordo, o Paraná pela Lei nº 1653 em 23/02/1917, e Santa Catarina pela Lei nº 1146 de 06/03/1917 Cf. SILVEIRA, 2015, p. 16, apud PIAZZA, Walter, IN: Contestado, 2002, p.100.

¹⁸¹ SILVEIRA, 2015, p. 17.

¹⁸² Ibidem, p. 19-21.

¹⁸³ SILVEIRA, 2015, p. 23, apud MACHADO, 2004, p. 137.

do Paraná, Affonso Camargo com objetivo de tornar privada e parte de seu Estado às terras do Contestado, estabeleceu contratos significativos com a empresa colonizadora Lumber Company, subsidiária da Brazil Railway.

Em contrapartida, para os contrários ao acordo, essa cláusula significou um grande enfraquecimento do movimento, visto que a posse da terra fez com que muitos coronéis e políticos passassem a apoiar o acordo e resolver logo o litígio. O coronel Domingos Soares, eleito deputado estadual em nome do município de Palmas, adepto do Estado das Missões, no início, chegando a fazer parte da Junta, acabou aceitando o acordo. Os motivos não ficaram claros, mas é possível supor que ficando a metade do município de Palmas para o Paraná e tendo a cláusula nove para garantir suas outras posses, o mesmo preferiu não entrar em choque com o poder estadual.

2.3 “A UM ACORDO DESHONROSO, MIL VEZES A INDEPENDÊNCIA, O ESTADO DAS MISSÕES”¹⁸⁴

No início do ano de 1916, Cleto da Silva assumiu o cargo de deputado estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, voltando a fazer publicações no seu jornal local de União da Vitória. No mês de janeiro, o semanário se concentrava principalmente em lutar pela manutenção da jurisdição do Timbó, acusando os catarinenses de querer impor ali sua jurisdição por meio de armas.

Há poucos dias apareceu em Vallões, o capitão Euclides de Castro, da polícia catarinense, acompanhado de um numeroso bando de civis armados e municados, dali partindo em direção a Poço-Preto, de onde seguiram até a Villa Nova do Timbó, afim de reunir-se a uma força catarinense, segundo fidedignas informações. [...], afim de serem postos em praticas os planos de conquista á mão armada, daquela faixa de território paranaense. [...] O Snr. Felipe Schmidt, criminosamente, manda sua gente invadir essas terras que não pertencem e jamais pertenceram ao seu Estado, como quem manda na casa da sogra.¹⁸⁵

Era pouco provável que, no ano em que se desenrolavam os desdobramentos da solução do litígio de limites entre os dois Estados, Santa Catarina estivesse procurando por meio de força impor sua jurisdição naquela região. Ademais, como já foi visto no capítulo 1, não era frequente que as forças catarinenses entrassem em conflitos diretos com os

¹⁸⁴ Título da notícia publicada no semanário MISSÕES no dia 24 de junho de 1916. Cf. SILVA, 1920, p.36.

¹⁸⁵ SILVA, 1920, p.31-33.

paranaenses. A notícia do semanário parecia mais um pretexto para que os paranaenses ocupassem militarmente o local, esses sim, tinham um histórico de tentativas de impor sua jurisdição por meio de homens armados. Neste contexto, o Timbó se tornou um dos pontos de maior conflito entre os Estados litigantes e a cogitação de sua perda por parte do Paraná alimentou, consideravelmente, os argumentos da oposição ao Acordo de Limites.

Em telegrama enviado a Celso Bayma (deputado estadual e depois senador catarinense) por Felipe Schmidt, o governador catarinense informava que o capitão Euclides de Castro se dirigiu até o Timbó, por ter recebido uma mensagem de Curitiba, acusando as forças catarinenses de cometer depredações e assassinatos na região. Entretanto, o capitão catarinense alegou que, chegando àquele território, percebeu serem as forças paranaenses que estavam reunindo “jagunços perigosos, fugitivos de reductos, fornecendo-lhe armas” logo comunicando a Schmidt. Tudo isso era contado no telegrama do governador catarinense, no qual também acusava o governo paranaense de negociar a venda de 14 mil alqueires de terras ao comerciante Henrich Hacker.¹⁸⁶ O chefe do Estado vizinho ainda comunicou ao presidente da República sobre Curitiba ter planos de assalto naquelas terras, sendo obrigado a oferecer resistência.¹⁸⁷

Este telegrama foi lido por Cleto da Silva durante a sessão de 5 de fevereiro, no Congresso Estadual do Paraná, quando iniciava seus trabalhos. Após a leitura, Cleto iniciou uma defesa dos direitos paranaenses, colocando-se como o grande conhecedor do Contestado, afirmando:

as autoridades, desde Timbó a União da Victória, são todas paranaenses, o telegrama lido, subscripto pelo coronel Schmidt não demonstra mais do que das suas manobras, procurando, por essa maneira, implantar, a desahrmônia, não só dentro da zona contestada, senão também entre todos os brasileiros (apoiados).¹⁸⁸

Sobre a possível venda de terras, Cleto afirmou ter conversado com Henrich Hacker e deixado bem claro que o Paraná não venderia nenhum pedaço de terra no Timbó. Destacando, ainda, que o Paraná não estava armando gente na região, finalizando sua intervenção naquela sessão. Cleto da Silva é muito cumprimentado pelos deputados presentes, por defender

¹⁸⁶ Sobre as medidas da época, um alqueire de terra equivalia a 2,72 hectares ou 27.200 m², portando, uma região de 14 mil alqueires consistia numa região 38.080 hectares ou 380.800.000 m² de terras, tratando-se de um enorme latifúndio. É possível relacionar essa prática de venda de terras, às já mencionadas do governo paranaense, quando procurou vender terras devolutas e legitimar suas posses na zona contestada, estabelecendo contratos com grandes comerciantes, fazendeiros e empresas estrangeiras. Sobre as medidas Cf. **Tabela de Medidas Agrárias não Decimais.** Disponível em http://sistemas.mda.gov.br/arquivos/TABELA_MEDIDA_AGRARIA_NAO_DECIMAL.pdf acessado dia 22/06/2017.

¹⁸⁷ SILVA, 1920, p.85.

¹⁸⁸ Ibidem, p. 86.

ardorosamente os interesses do Paraná. No início do ano de 1916, ainda não se sabia qual seria o destino da região norte do planalto Contestado, onde ficava o município do Timbó. Os paranaenses não defendiam a possibilidade de abrir mão daquela faixa territorial e Cleto da Silva ainda prestava homenagens ao Presidente do Estado Affonso Camargo.¹⁸⁹

A questão do Timbó vinha sendo discutida entre os paranaenses desde o governo de Carlos Cavalcanti, em 1915. Nas tentativas de negociações promovidas durante aquele ano, o Timbó se tornou um dos maiores pontos de discórdia. Dentre as soluções para a questão, estava a possibilidade de tornar aquela zona neutra entre os dois estados. Entretanto, o Presidente do Paraná preferiu afirmar com documentos à administração paranaense, não cedendo a essa ideia. Carlos Cavalcanti afirmava que, em 24 de agosto de 1901, o Paraná instalou, a partir da comarca de União da Vitória, o distrito policial com denominação Timbó, e lá procuraram fazer a legitimação de posses nos cartórios do estado paranaense.¹⁹⁰

Em contrapartida, os catarinenses criaram em julho de 1902, o distrito de Canoinhas, ligado a Curitiba, dentro da comarca provisória paranaense do Rio Negro, desafiando os limites dos dois estados. Esse distrito veio a ser elevado a município em 1911, dilatando seus limites até o rio Timbó, agravando ainda mais a situação.¹⁹¹ O conflito no final das contas ficava resumido a uma briga de decretos e leis, sem ter andamento concreto, sendo em 1915 o principal entrave para estabelecer um acordo no Contestado. A situação só seria resolvida no governo de Affonso Camargo, o qual cedeu às pressões catarinenses.

Em junho de 1916, Cleto da Silva, foi convidado para uma reunião pelo Presidente do Paraná, Affonso Camargo, com objetivos de deliberar sobre o acordo que havia avançado nas negociações na capital federal. Affonso Camargo acabará de assumir o cargo e convocava a assembleia para relatar sobre as idas à capital federal para resolver o conflito de limites. Durante a reunião, falou sobre a situação complicada do processo no STF contra os paranaenses e, que contava com o apoio de Wenceslau Braz para resolver aquele litígio. Entretanto, antes gostaria de conversar com o Judiciário e a Assembleia do Estado para, somente depois, dar retorno ao Presidente da República. Faziam-se presentes nesta reunião pessoas do Comitê Central de Limites, deputados, senadores e membros do judiciário.¹⁹²

Alguns deputados se posicionaram contrários àquela solução, os desembargadores viam como boa opção, enquanto a maioria passava o poder da decisão para Affonso Camargo.

¹⁸⁹ Ibidem, p.86-7.

¹⁹⁰ PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. **Mensagem ao Congresso Estadual em 1º de Fevereiro de 1916**. p. 9-10. Tipografia do Diário Oficial, Rua 15 de Novembro nº 28. 1916. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u615/> acessado dia 21/06/2017.

¹⁹¹ Idem.

¹⁹² SILVA, 1920, p.134-5.

Dentre os que se colocaram contrários ao acordo, estava o antigo maragato coronel João Menezes Doria, sendo porta voz da ideia de constituir no Contestado um novo Estado.¹⁹³

A questão se tornou difícil de resolver, deu-se, então, a retirada dos membros do Comitê Central de Limites e alguns deputados, permanecendo somente 18 representantes do poder legislativo. Assim, foi possível estabelecer uma ata na qual a maioria parecia se conformar, a maior divergência ficava na linha do Rio da Areia como limites entre os dois Estados e também sobre a possibilidade da desagregação de povoações já pertencentes à jurisdição paranaense.¹⁹⁴ Abaixo a transcrição da ata:

O Congresso Legislativo do Estado do Paraná, em reunião reservada, convoca pelo Snr. Dr. Presidente do Estado, para ter conhecimento das negociações promovidas por S. Exa. o Dr. Presidente Da República, de um acordo para derimir a questão de limites entre os Estados do Paraná e Santa Catarina, por unanimidade dos seus membros presentes, constituindo a maioria d'aquella corporação legislativa, por mais de dois terços, resolve o seguinte:

1. Que louva a acção patriótica do honrado Snr. Presidente da República, promovendo a solução amigável da questão de limites entre os dois Estados litigantes;
2. O congresso se sentia constrangido em aceitar a linha do Rio da Areia, como doloroso lhe seria aceitar previamente qualquer outra divisa que trouxesse a desagregação de possessões paranaenses.¹⁹⁵

Cleto da Silva foi convencido com a exposição do Presidente do Estado sobre os paranaenses terem ampla vantagem na negociação do Acordo de Limites, acabando por assinar o documento. Era uma vitória para política do Presidente do Paraná. Agora, o Congresso do Estado estava ciente do acordo, mesmo não concordando com a desagregação de populações paranaenses. Ao regressar a União da Vitória o deputado afirmou um arrependimento de seus atos, por ser informado por jornais da imprensa que o acordo que seria assinado teria as linhas do Rio da Areia como limites.¹⁹⁶ Outro fato que deixou Cleto descontente foi que a ata contava com assinaturas dos outros poderes, sendo o legislativo o responsável por resolver aquele tipo de questão, pois era sobre ele que cairia a responsabilidade.¹⁹⁷ A partir daí, houve uma mudança no pensamento de Cleto:

¹⁹³ A FREITAS. **A questão de limites**. A REPÚBLICA (PR), N° 229, p. 1. Curitiba, 30 de setembro de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/31099> acessado dia 21/06/2017.

¹⁹⁴ SILVA, 1920, p.134-5.

¹⁹⁵ Ibidem, p. 136.

¹⁹⁶ Mal sabia Cleto da Silva que a divisa adotada no Acordo de Limites seria ainda pior para aquelas populações paranaenses. O Rio da Areia ficou com Santa Catarina resultando na passagem dos municípios paranaenses ao sul do Rio Negro, na região de Três Barras, Itaiópolis, Papanduva e metade do Rio Negro para Santa Catarina, onde mais tarde os catarinenses chamariam de Mafra. Cf. MACHADO, 2004, p. 137.

¹⁹⁷ SILVA, op. cit., p. 139.

Foi por tudo isso que entendemos de combater o acordo, e o fizemos lavrando o nosso protesto em telegrama, dirigido ao Comité Central de Limites; no semanário que dirigimos em União da Victória; no Congresso Legislativo do Estado, e, por último, nos campos do Contestado, de armas na mão. Cahiamos, é certo, perante o partido, mas erguimo-nos no conceito das populações patricias.¹⁹⁸

Assim, foi dado início à fase de resistência ao acordo, mesmo ainda não tendo sido assinado pelos dois Estados. Em 24 de junho, Cleto da Silva falava abertamente no semanário MISSÕES sobre sua preferência ao Estado das Missões do que a um acordo que desagregasse as populações já pertencentes à jurisdição paranaense.

A um acordo deshonroso, mil vezes a independência, o Estado das Missões

A um acordo que venha bipartir cidades e villas, construídas, preparadas e edificadas com o suor do nosso povo, mil vezes a independência, a formação do Estado das Missões [...] saberemos levantar esse novo Estado, nova estrela que fulgirá no pavilhão auri-verde da nossa nacionalidade [...] Maior em território de que os Estados do Rio Grande do Norte, Sergipe e Espírito Santo; como uma população calculada em cem mil habitantes; com vastos e exuberantes campos; enfim, com todos os meios de vida própria, terá o novo Estado, inevitavelmente, desenvolvimento e o seu progredir será de facto uma realidade.¹⁹⁹

É a partir deste momento, que a ideia do Estado das Missões volta a ganhar força na região do Contestado. Não apenas na cidade União da Vitória, onde estava residindo Cleto da Silva, mas nas regiões de Rio Negro e Timbó, de onde recebiam telegramas. Na cidade de Rio Negro a mensagem avisava que se reuniam Leopoldo Xavier de Almeida, José Bley, Joaquim Ferreira do Amaral, Joaquim Saboia e Virmond Lima, para protestar contra a anexação a Santa Catarina e contra acordo, preferindo formar um novo Estado “ainda mesmo com sacrifício de sangue”. Na região do Timbó, Rodolpho Rocha, Joaquim Cesar de Oliveira, Gabriel Risemberg, Luiz Reglia Junior, João Dantas, Floriano Moreira, João Heichen, Souza Machado e José Fortes enviavam telegrama ao Presidente do Estado, pedindo que fosse evitada a desanexação, preferindo a “independência do Contestado”.²⁰⁰

Os nomes em apoio à causa da emancipação estão ligados a políticos influentes antigos do Contestado. José Bley fazia parte da família Bley com grande prestígio no município de Rio Negro, o coronel Rodolpho Rocha foi juiz municipal do termo do Timbó e, por vezes, já havia tido conflito com os catarinenses, como quando o capitão Euclides de Castro se dirigiu até o local. Gabriel Risemberg havia sido nomeado terceiro suplente de delegado de polícia em União da Vitória, aparecendo agora no Timbó.²⁰¹ Desta forma, Cleto

¹⁹⁸ SILVA, 1920, p. 139.

¹⁹⁹ Ibidem, p. 36-37.

²⁰⁰ Ibidem, p. 37-8.

²⁰¹ SILVA, 1933, p.110 e 124 e 126.

da Silva foi agregando todas as chefias locais que não concordavam com acordo discutido na capital federal. Entretanto, o deputado conseguiu somente adeptos, e não barrar a negociação. O acordo foi assinado em 20 de outubro daquele ano, estabelecendo nos novos limites à desagregação de toda a região do Timbó, Três Barras, Papanduva e Itaiópolis, além de dividir União da Vitória, Rio Negro, Palmas e Clevelândia.

Mas, a luta de Cleto ainda não estava perdida, o Acordo de Limites ainda teria que ser aprovado em duas sessões na Assembleia Estadual do Paraná. Medidas foram tomadas, provavelmente, cogitando uma movimentação armada como último recurso. O primeiro requerimento feito por Cleto da Silva nas sessões que precediam a aceitação, ou não, do Acordo de Limites, foi o de questionar o motivo da movimentação de tropas do Exército Nacional na região do Contestado. Cleto indagava se havia sido feito um pedido do governo do Estado e, se houvesse sido feito, qual era o motivo. Ou, caso não houvesse sido feito, quais seriam as providências tomadas para que a União respeitasse o direito de autonomia dos Estados.²⁰² Ao fazer esse requerimento, o deputado não teve apoio de seus demais colegas de tribuna, ficando indignado por passar a ser considerado um inimigo político pelo fato de não concordar com o Acordo de Limites.

Nas suas falas na assembleia, Cleto tenta se justificar, afirmando ter somente dois caminhos a seguir: votando a favor do Acordo de Limites seria desgostado pelas populações que o elegeram, porém, fazendo oposição, poderia ficar tranquilo com sua decisão. Nesta mesma sessão, Cleto também procurou desfazer as intrigas formadas sobre suas andanças pelos municípios de Palmas e Clevelândia, apelando para o coronel e deputado Domingos Soares, morador da região, confirmar sua versão dos fatos. Os boatos diziam que o deputado estava andando com bandeira rio-grandense, pregando revolução e aliciando gente armada contra o Exército. Contrário a essa informação, Cleto afirmou que foi apenas buscar assinaturas para aqueles que queriam a emancipação do Contestado, para poder utilizar na Assembleia Estadual.²⁰³

Durante a sessão detalhou, também, informações sobre sua viagem para cidade de Palmas e Clevelândia. Partiu no dia 7 de novembro de União da Vitória, viajando de automóvel para Palmas, chegando lá no mesmo dia. Depois foi para Clevelândia onde permaneceu alguns dias, regressando novamente para Palmas. Quando chegava perto do rio Jangada foi informado que forças policiais estavam armadas em União da Vitória e, também, que o deputado não poderia ir até a Assembleia em Curitiba, pois poderia sofrer um atentado

²⁰² SILVA, 1920, p.90-91.

²⁰³ Ibidem, p. 94-6.

contra sua vida. Cleto não acreditou que o Presidente do Estado poderia promover qualquer atentado contra ele, telegrafando para Affonso Camargo, para esclarecer as informações, recebendo uma resposta do Chefe de Polícia de Curitiba, Lindolpho Pessoa que garantia sua integridade. No final de sua fala, o deputado parecia revoltado por ter sido alvo de tais ataques somente por ser contrário ao Acordo de Limites, direito que ele tinha garantido na constituição, e afirmava aos colegas da tribuna que qualquer atentado contra sua vida seria o Governo o responsável.²⁰⁴

Ainda durante essa sessão, destacou que os mesmos boatos de ele pregar revolução, também colocavam como chefe do movimento o coronel Fabricio Vieira, com quem mantinha relações de amizade. Sob suspeitas, o coronel Fabricio Vieira enviou um telegrama para Cleto da Silva, de Paulo Frontin, onde residia, pedindo que o defendesse no Congresso. O deputado fez a defesa do coronel e encerrou sua fala, buscando deixar claro que não havia motivos para alarmar os poderes públicos do Estado sobre uma agitação no Contestado, reclamando novamente da intervenção federal.²⁰⁵

Na próxima sessão, em 1º de dezembro, em resposta ao ofício do deputado Cleto da Silva sobre as forças da União, o governo do Estado declarou que desde a Guerra do Contestado, as forças federais permaneciam ali, não sendo, portanto, um requerimento direto. Na verdade, a mobilização das tropas do exército foi uma precaução tomada pelo emissário de Wenceslau Braz, após surgirem diversos ataques ao acordo na imprensa de Curitiba. O Capitão de Fragata, Thiers Flemming²⁰⁶, ao ser informado de boatos sobre uma possível movimentação da força policial, mandou o exército se dirigir para o Contestado novamente, falando com diversos comandantes e recebendo a comunicação do capitão Emydgio Ramalho, chefe da circunscrição militar do Paraná.²⁰⁷ Sobre isso, Cleto afirmou que a presença dos militares só serviria para acuar os contrários ao Acordo de Limites, que “só poderão aceitar

²⁰⁴ Ibidem, p. 96-8.

²⁰⁵ Ibidem, p. 98-102.

²⁰⁶ Durante a fase de negociação do Acordo de Limites o capitão de fragata, Thiers Fleming, foi emissário direto do presidente da República, Wenceslau Braz. Durante sua atuação fez diversas viagens para encontrar o Affonso Camargo e Felipe Schmidt e convencê-los a aceitar o acordo. Esse capitão também é apontado como responsável pela fórmula do acordo para que o conflito se resolvesse de forma diplomática. Após a homologação do Acordo de Limites, em 3 de agosto de 1917, o nome de Thiers Fleming se consolidou como conciliador. CF. SANTOS, Júlio Cesar Ferreira. **AS QUESTÕES DE LIMITES INTERSTADUAIS DO BRASIL: TRANSIÇÃO POLÍTICA E INSTABILIDADE DO TERRITÓRIO NACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930) - O CASO CONTESTADO**. Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, num. 217 (17), 1 de agosto de 2006.

²⁰⁷ COSTA, 1987, p.82.

semelhante acordo com as carabinas na boca, porque de outra forma, a repulsa daquelas populações se manifestará sempre contra esse ajuste”²⁰⁸.

Na Sessão de 4 de dezembro de 1916, começava a ser votada a proposta do Acordo de Limites. Tanto Cleto da Silva, quanto o deputado Ulysses Vieira, ambos membros da oposição, tentavam anular a decisão por considerar errônea a interpretação do artigo 4º da Constituição da República. Esse artigo definia que mudanças no território deveriam ser aprovadas nas “respectives assembleas legislativas em duas sessões annuaes”, como visto no início do capítulo. O argumento dos deputados consistia em alegar ser nula a votação do acordo naquela casa, pois se ocorresse entre o final de dezembro e o início de fevereiro do outro ano, num intervalo de três meses, não respeitava o tempo previsto na Constituição, porque no entendimento dos deputados “sessões anuais” seria um intervalo de, no mínimo, um ano.²⁰⁹

Ulysses Vieira acusou Wenceslau Braz de promover ameaças contra o Paraná, sobre dar andamento à sentença se não aceitasse o acordo. Mas, que mesmo assim, isso não seria motivo para aceitar, pois os juristas paranaenses já haviam provado que não era possível a execução, sendo precipitada a decisão do governo.²¹⁰ Na sessão de 5 de dezembro, Cleto da Silva, seguia expondo seus motivos por votar contra o Acordo de Limites, falando sobre uma grande manifestação dos habitantes do Contestado para emancipá-lo. Apresentou dois abaixo-assinados colhidos durante sua viagem a Palmas e Clevelândia. Os documentos eram dirigidos com as seguintes palavras:

Exmo. Snrs. Deputados do Congresso Paranaense.

Os abaixo assignados, habitantes da zona chamada “O Contestado” quase todos nascidos paranaenses, proprietários, agricultores, comerciantes, industriais, advogados, operários, médicos, engenheiros, etc., formando as populações que constituem os municípios de Palmas, Clevelândia, União da Victória, Três Barras, Timbó, Itayopolis e Rio Negro, [...], ameaçados como se encontram de [...] passarem a jurisdição catharinense [...] manifestados pelos mesmos abaixo assignados, em nome dos demais habitantes [...] vem apellar para [...] representantes no Congresso do Estado, [...] propugnar nos termos do art. 4 da Constituição da República e art 2. Da do Estado, pela autonomia política do aludido território, propondo a sua elevação a Estado da Federação Brasileira.

(Seguem-se as Assignaturas).²¹¹

De Trez Barras

Exmo. Snr. Presidente e mais membros do Congresso Legislativo do Estado do Paraná

²⁰⁸ SILVA, 1920, p. 107.

²⁰⁹ Ibidem, p.110-114.

²¹⁰ A FREITAS. **Congresso do Estado, acta da 7 sessão extraordinária de 4 de dezembro de 1916.** A REPÚBLICA (PR), N° 288, p.2. Curitiba, 9 de Dezembro de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/31338> acessado dia 21/06/2017.

²¹¹ SILVA, op. cit., p.117-8.

O povo de Trez Barras, [...] vem decalar-vos [...] que os actos de subdivisão, desmembramento e incorporação dos Estados não poderão ter lugar sem o consentimento dos habitantes deles, pois sem isso seria um ataque ao seu direito. Portando, se levardes a efeito o desmembramento do território paranaense, sem anuência dos seus habitantes, ultrapassareis o mandado que estes, confiantes e tranquilos [...] Mas o povo do Contestado não acredita que vós vos submettaes a tutoria do Cattete, do Itamaraty e de Florianópolis, e vos implora Justiça (Seguem-se as Assingturas).²¹²

Com esses dois documentos que, infelizmente, não contam com as assinaturas transcritas, Cleto tentou afirmar que uma mudança no território do Estado não poderia acontecer sem o consentimento das populações. Sendo, assim, novamente nula a votação do acordo no Congresso Estadual. Essas afirmações serviam para Cleto da Silva apresentar um projeto substitutivo ao Acordo de Limites, o substitutivo nº 2 com os seguintes termos:

Substitutivo ao Projecto n2.

Art 1º - E' desmembrado do Estado do Paraná para constituir uma nova unidade da Federação brasileira, com denominação "Estado das Missões", o território compreendido entre os Rios Iguassu e Negro, ao norte; a sueste a Serra do Mar, seus contrafortes e Rio das Canoas, ao sul Rio Uruguay e a oeste os Rios Pepery-Guassú e Santo Antonio.

§ - Único – A capital do novo Estado ficará sendo a cidade de União da Victória.

Art. 2º - Prehendida a formalidade da aprovação desta resolução pelo Congresso Legislativo do Estado, em duas sessões anuais ordinárias, sucessivas, nos termos dos Arts. 2 da Constituição do Estado, e do 4º da Constituição Federal, o Presidente do Estado, por meio de representação, a submeterá a aprovação do Congresso Nacional, de acordo com o disposto nos citados artigos.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

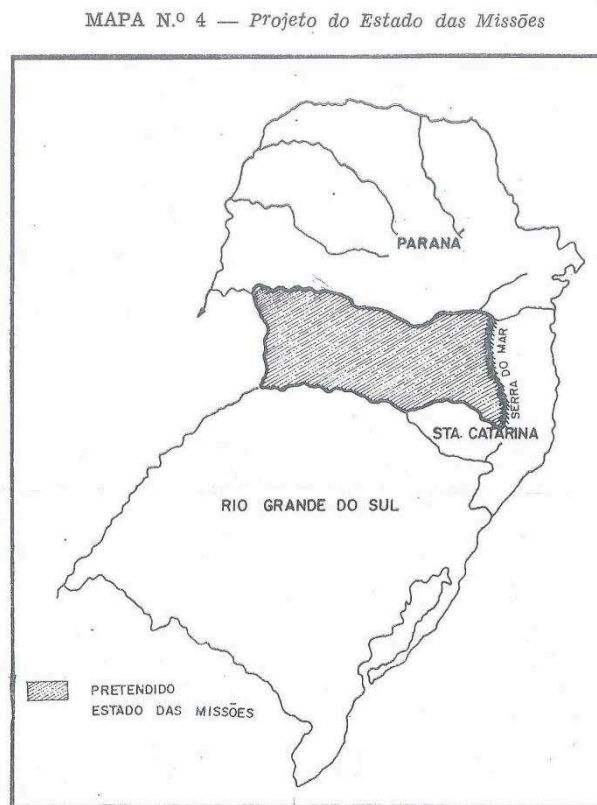
Sala de Sessões, 5 de dezembro de 1916 – Cleto da Silva.²¹³

Essa era a última cartada política de Cleto da Silva para tentar mudar os rumos seguidos durante a resolução do litígio de limites. Contudo, seu projeto não foi nem ao menos debatido pelos seus colegas da tribuna, por não ter sido nunca apresentado naquela casa. O projeto também sofreu críticas na imprensa.²¹⁴ Dessa forma, com apenas dois votos contrários de Ulysses Vieira e Cleto da Silva, o projeto do Acordo de Limites foi aprovado no primeiro turno do Congresso do Paraná na sessão de 7 de dezembro de 1916. No estudo feito por Ruy Christovam Wachowicz ao mencionar o projeto apresentado por Cleto da Silva, ele também traz um mapa do pretendido Estado das Missões, como foi afirmado no capítulo um. Buscando elucidar a compreensão do leitor do território do Estado das Missões, a seguir apresentamos o mapa presente no estudo do pesquisador.

²¹² SILVA, 1920, p. 119.

²¹³ Ibidem, 120-1.

²¹⁴ D'OLIVEIRA, Ernesto Luiz. **A maioria do Congresso e o substitutivo Cleto Silva**. DIÁRIO DA TARDE, Nº 5571, p. 1. Curitiba, 6 de dezembro de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/22863> acessado dia 21/06/2017.

Imagem 5: O Pretendido Estado das Missões.²¹⁵

Mesmo Cleto não conseguindo barrar o Acordo, pelo menos, foi recebido com honras na cidade de União da Vitória pela oposição na Assembleia Estadual, sendo feita uma manifestação na cidade em sua volta, publicada em 16 de dezembro no semanário MISSÕES:

As 8 horas da noite, centenares de patrícios, amigos e admiradores de Cleto da Silva, procedidos pela Banda Musical do Club Apollo, dirigiam-se á residência desse nosso prezado amigo, onde lhe foram prestar as homenagens de que se fez credor pela sua nobre atitude, combatendo ardorosamente o nefando acordo, que realizando-se, vira desagregar extensa faixa de território paranaense, além de ceder inúmeras populações, que se tem manifestado e continuam a manifestar-se contra o indecoroso conchavo Braz-Schmidt. Desde o ponto da reunião, em frente á casa do Capitão Luiz Fabricio Vieira, á rua Prudente de Moraes, até a residência do nosso redactor, entusiasticos vivas eram levantados contra ignominiosa transacção, a que nos quer sujeitar o Snr. Wenceslau Braz.²¹⁶

Percebemos que, em União da Vitória, as lideranças locais dedicavam bastante apoio às ideias de Cleto da Silva, diferente do que se passava no Congresso Estadual. Nas sessões de fevereiro de 1917, Cleto da Silva e Ulysses Vieira continuaram sendo oposição ao Acordo

²¹⁵ WACHOWICZ, 1985, p. 134.

²¹⁶ SILVA, 1920, p.59-60.

de Limites, enquanto a maioria dos deputados se manteve a favor. O próprio coronel Domingos Soares, eleito como representante do Contestado, se conformou com a proposta. Durante essas reuniões os outros deputados chegaram até mesmo a acusar Cleto da Silva de parecer um monarquista.²¹⁷ Por fim, entre os dias 10 e 20 de fevereiro foram votados o projeto n° 1 que previa a aceitação do acordo definitivamente pelo Estado do Paraná, foram vinte um votos a favor, contra apenas dois contrários, que é sabido de quem foram, sendo aprovado o Acordo de Limites.

Para encerrar a discussão deste capítulo, antes mesmo de ser aprovado, em segundo turno, o acordo, na mensagem de 1° de fevereiro de 1917 ao Congresso Estadual, Affonso Camargo dava seus motivos para aceitar a proposta de Wenceslau Braz, sabendo que não agradava a todos de seu Estado. O Presidente do Paraná alegou ficar com a consciência tranquila, pois na assembleia de junho de 1916, teve apoio de seus deputados, demais membros do judiciário e comitê de limites, justificando-se perante o Estado. E ainda afirmou:

E só fiquei tranquilo comigo mesmo, depois que convenci-me de que não tinha outro caminho a seguir, e isso porque, não aceitar a interferência do eminente Chefe da Nação para a solução amigável do litigio, quanto já em execução a sentença nos arrancava todo o território contestado, ou acceital-a, para depois não acatar a decisão, seria, em qualquer dos dois casos, completar a victoria dos nossos contendores que, então levariam ao seu termo final a execução da sentença, com sympathias geraes da Nação, que nos olharia como intransigentes e refractarios aos sentimentos de concordia e coesão nacionais.²¹⁸

Depois de esclarecidos os motivos de aceitar o Acordo de Limites, acusou a oposição de não dar nenhuma solução realmente eficaz para o problema, limitando-se a disparar injurias e intrigas contra os dirigentes da negociação e, que era sabido de todos, que as três sentenças proferidas contra o Estado o deixavam numa posição bem complicada. Desta forma, tendo sido aprovado já no primeiro turno, Affonso Camargo contava com a vitória na segunda rodada de votação, ocorrida em fevereiro de 1917. O que de fato aconteceu, sendo definitivamente aprovado o Acordo de Limites e passando para a fase de homologação no Congresso Nacional.²¹⁹

²¹⁷ SILVA, 1920, p.124.

²¹⁸ PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE AFFONSO ALVES DE CAMARGO. **Mensagem enviada ao Congresso do Estado em 1° de Fevereiro de 1917**. Tipografia d'a Republica. Rua 15 de novembro n° 28. 1917. p. 5. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u616/000005.html> acessado dia 21/06/2017.

²¹⁹ Ibidem, p. 6.

CAPÍTULO 3

3 O CONTESTADO DIANTE DAS CARABINAS – O LEVANTE DE 30 DE JULHO DE 1917

3.1 DA LUTA POLÍTICA À LUTA ARMADA

Durante o mês de dezembro de 1916, as oposições ao Acordo de Limites de alguns jornais da imprensa curitibana e a possibilidade de um levante das forças policiais paranaenses, fizeram Thiers Fleming mover um contingente do exército para a zona contestada, a fim de garantir a ordem e o cumprimento do acordo. A movimentação chamou a atenção de Cleto da Silva, exigindo respostas do governo estadual do porquê essas tropas estavam na região, pois para o deputado não havia nenhum motivo para permanência de contingentes da União no Contestado.

Ainda nos meses finais de 1916, quando Cleto se articulava contra o Acordo de Limites, dirigindo-se a Palmas e Clevelândia para colher assinaturas que serviriam de apoio na apresentação do seu projeto de criação do Estado das Missões, Affonso Camargo e Thiers Fleming já haviam tomado providências contra o movimento do deputado. Os boatos que circulavam sobre sua viagem até aqueles municípios, como foi visto no capítulo 2, eram de que Cleto pregava revolução com bandeira Rio-Grandense, junto ao coronel Fabrício Vieira, aliciando gente armada. No seu retorno, Cleto recebeu informações de que sua vida corria perigo caso fosse para a capital – informação logo esclarecida pelo Chefe de Polícia do Estado. Em União da Vitória, os policiais do Estado circulavam pela cidade com armas na mão e o delegado de polícia, tenente Floriano Bicca, enviou um telegrama para o deputado:

Ilmo Sr. Cleto da Silva

A fim de evitar boatos falsos, venho por meio da presente missiva scientificar ao distinto amigo que o meu fim é garantir o povo e as Exmas. Famílias e não fazer perseguições a quem quer que seja.

Tenho, no entanto, o sagrado dever proceder contra os inimigos do benemérito governo do Estado e de desmanchar a força de armas qualquer manifestação armada ou desarmada que houve contra o mesmo Governo e contra o acordo feito com relação a questão de limites.

Ja ve o amigo que em minha pessoa encontrará todas as garantias.

Sem mais assumpto, do seu amigo obrigado

Tenente Bicca.²²⁰

²²⁰ SILVA, 1920, p. 96.

O telegrama confirma as suspeitas sobre a figura de Cleto da Silva. As ordens do delegado de polícia eram bem claras: proceder contra inimigos do governo do estado e desmanchar qualquer tipo de movimento, armado ou não armado. Frente à situação, nas sessões extraordinárias de novembro e dezembro na Assembleia do Estado, o deputado estadual fez sua defesa das acusações, conseguindo, de certa forma, se esquivar de uma movimentação armada, alegando apenas que gostaria de cumprir o desejo das populações de emancipar o Contestado.

Os discursos proferidos nas sessões pelo deputado estadual podem levantar duas hipóteses distintas sobre seus planos. Cleto se mostrava bastante indignado por não poder realizar uma reunião para juntar adeptos para seu movimento, protestava contra a repressão do Governo, parecendo preferir uma movimentação pelas vias políticas como primeira opção para atingir seu objetivo. O representante de União da Vitória tinha razão, o governo paranaense impedindo manifestações pacíficas estava agredindo a Lei, sendo prudente o motivo de sua revolta. Outra hipótese era de que Cleto estivesse mesmo planejando um levante armado e, para isso, contava com apoio do coronel Manoel Fabricio Vieira, citado como possível líder nos boatos sobre suas idas a Palmas e Clevelândia.

É provável que os planos de Cleto da Silva, envolvessem um pouco de cada uma das suposições acima. O deputado não gostaria de perder seu prestígio político e reputação com seus companheiros, aliciando gente para um movimento armado, para tentar pelas vias políticas do Congresso, frear a negociação do Acordo de Limites. Enquanto que, sabendo dos preparativos para o cumprimento do acordo, buscou afastar as forças do exército da região e aliciar homens para, caso não tivesse sucesso na tribuna, contar com um grupo preparado para a luta armada. É importante salientar essa dualidade na movimentação, pois como será visto ao longo do levante, Cleto da Silva sempre demonstrou maiores habilidades para uma resolução dos conflitos pelo viés político do diálogo e da negociação, evitando o conflito armado. Isso se dava também por estar sempre em desvantagem frente às forças estaduais e federais. Durante dezembro de 1916, as acusações ficaram quase todas como possíveis suspeitas, não havendo nenhuma informação comprometedora que condenasse o deputado e seu amigo coronel Fabricio Vieira apontados como chefes de uma possível revolta.

Durante o mês de fevereiro, novas agitações na imprensa carioca e paranaense afirmavam a participação do coronel Fabricio Vieira, Cleto da Silva, Menezes Doria entre outros, no movimento que poderia rebentar no Contestado. A figura do coronel era um dos fatores mais preocupantes para as autoridades federais e estaduais, procurando reprimir sua atuação. As notícias levaram o Chefe de Polícia do Estado Lindolpho Pessoa a ir até o

Contestado para perceber se havia algum perigo. O mesmo, concluiu não haver preparativo para um levante armado e, quanto a Manoel Fabricio Vieira, afirmou que o coronel não teve o envolvimento direto no conflito. O envolvimento de Fabricio Vieira, para o Chefe de Polícia, deu-se por meio de seu filho Luiz Fabrício Vieira, atuando como líder de um dos piquetes do levante de 30 de Julho. Feitas as investigações, a situação se acalmou até a eclosão do levante.²²¹

Aprovado o Acordo de Limites, em fevereiro de 1917, na segunda rodada de votação na Assembleia Legislativa do Paraná, as tentativas pelas vias políticas de barrar a negociação, por parte de Cleto da Silva não tiveram efeito. Se na política não deu certo, o levante armado se tornava a última opção. Em declarações na imprensa e em um telegrama enviado de Rio Negro ao semanário MISSÕES, líderes locais do Contestado afirmavam que, para proclamar a independência e não passar à jurisdição catarinense, podiam até derramar sangue e pegar em armas.²²²

Assim, em abril de 1917, o deputado estadual conseguia uma licença de doze meses solicitada ao governo, deixando de exercer o cargo de 2º tabelião da comarca de União da Vitória. Nesse período, Cleto se dirigiu para Guarapuava, onde recebia mensagens de amigos de Curitiba perguntando sobre um possível movimento de reação no Contestado para o não cumprimento do acordo. Retornou a União da Vitória e de lá se dirigiu para Curitiba, onde havia manifestações contra a passagem dos municípios paranaenses para Santa Catarina. Um dos fatos marcantes antes do levante, narrado por Cleto da Silva, foi uma agressão cometida contra seu filho, telegrafista da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande, em União da Vitória, pelo tenente do exército Archias Colônia, coagindo seu filho a abandonar o posto.²²³ As constantes vigias pela polícia secreta, não só em Curitiba, mas por todos os locais em que passava, a agressão a seu filho e a repulsa da passagem para os catarinenses de municípios sob jurisdição provisória paranaense foram os motivos dados pelo deputado para aderir a um movimento armado, declarando:

²²¹ PARANÁ (ESTADO). CHEFE DE POLÍCIA LINDOLPHO PESSOA DA CRUZ MARQUES. **Relatório enviado ao secretário do interior, justiça e intrução pública em 31 de dezembro de 1917.** Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba. 1917. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1917MFN802.pdf> acessado dia 22/06/2017. p. 7-10.

²²² O Telegrama já foi mencionado capítulo 2, enviado ao semanário MISSÕES do município de Rio Negro. Quanto à outra afirmação, uma notícia na imprensa da capital paranaense também acusava Menezes Doria de fazer declarações que a população do Contestado estava disposta a pegar em armas para repelir o domínio catarinense. CF. D'OLIVEIRA, Ernesto Luiz. **A revolução no Contestado. A verdadeira causa do movimento que por lá se opera.** DIÁRIO DA TARDE N° 5620, p.1. Curitiba, 3 de fevereiro de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23059> acessado dia 22/06/2017.

²²³ SILVA, 1920, p. 145-6.

Foi d'ahi que passamos de simples revoltado á fervoroso adpeto de um movimento armado, assistindo em fins de Junho de 1917, diversas reuniões na Capital do Estado, as quaes tinham por fim a conflagração do território litigioso, desde que os poderes da República homologassem a empreitada do Snr. Wenceslau Braz.

E o levante ficou estabelecido.

Nas conferencias que se realisaram, políticos e pessoas de destaque tomaram parte, todas se promptificando a concorrer e auxiliar a insurreição.²²⁴

Essas foram as justificativas apresentadas por Cleto da Silva em seu livro antes de dar início ao levante. É certo que não se pode negar que o deputado procurava criar um clima de perseguição a ele e os membros de sua família. Também, em demonstrar as coações que sofreu durante sua atuação nas vias políticas, colocando-se numa posição de vítima. Mas havia um motivo para esse tipo de narrativa, a intenção do livro era apresentar outra versão dos fatos, como contraponto aos que circularam na imprensa, apresentando uma versão justificativa de seu levante para não ser visto como um “bandido”. Mesmo assim, cruzando com outras fontes como os relatórios dos Chefes de Polícia e as notícias disponibilizadas nos jornais da hemeroteca digital, além dos estudos feitos sobre o Acordo de Limites, as informações prestadas pelo líder do levante são de extrema importância para entender o ocorrido, visto que o seu depoimento é o mais detalhado sobre o acontecido.

Cleto da Silva, realmente, como afirmou, esteve se reunindo em municípios com adeptos do movimento nesse período. Na notícia publicada em 15 de junho de 1917, no jornal DIÁRIO DA TARDE, na seção sobre os municípios, o periódico informou sobre a hospedagem em um hotel em Marechal Mallet, do coronel Antônio As, Maurílio Fabricio, Angelo Amaral, Cleto da Silva e João Paulista.²²⁵ Pelo menos Maurílio Fabricio²²⁶ teria atuação direta com seu piquete durante o levante, sendo os outros prováveis adeptos do Estado das Missões. Em sua principal cidade de atuação, Cleto parecia também ter apoiadores, revelados em seu depoimento:

Regressamos em seguida a União da Vitória, onde também conferenciámos com amigos de real influencia na zona litigiosa, e ante as promessas, os recursos e demais elementos indispensáveis para uma acção segura, não facilamos em emprestar o nosso concurso moral e material para realişção da nossa maior aspiração – a emancipação do Contestado.²²⁷

²²⁴ Ibidem p. 147.

²²⁵ BORGES, Generoso. **Revista dos Municípios - Marechal Mallet**. DIÁRIO DA TARDE, N° 5728, p. 1. Curitiba, 15 de Junho de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23499> acessado dia 22/06/2017.

²²⁶ Maurílio Fabricio era filho do coronel Manoel Fabricio Vieira. CF. THOME, 2002, p.114.

²²⁷ SILVA, 1920, p. 147.

Estavam prontos os preparativos para o levante, havia adeptos em Curitiba, União da Vitória, Palmas, Três Barras, Clevelândia, Rio Negro e Timbó. O deputado já tinha recebido telegramas e cartas de seus apoiadores, conferenciado com políticos influentes, líderes locais, acreditando contar com homens armados e recursos suficientes para uma revolta armada, mesmo sob as constantes movimentações das forças do exército e da polícia. Cleto da Silva, com ajuda do poder local e com algumas influências externas, ousou questionar as decisões tomadas na esfera estadual e também federal, já que o Presidente da República havia tomado parte nas negociações do Acordo de Limites. Esse conflito entre o poder local e o estadual era um fenômeno comum na Primeira República, podendo ser visto também em Santa Catarina.

Sobre esse assunto, Paulo Pinheiro Machado revela algumas fragilidades do poder estadual catarinense, diante do poder local. A maioria dos cargos públicos acabava sendo preenchido por meio de listas de indicações do chefe local, definida por uma diretoria municipal do partido republicano sob o comando de um prefeito municipal, geralmente principal coronel da região.²²⁸ Ainda em Santa Catarina, o governo chegou a criar uma lei que instituía um delegado regional para ter maior controle nessas regiões, mas esse delegado acabou tendo que aceitar as ordens de chefes locais. Cita como exemplo o caso do delegado especial de Lages capitão Euclides de Castro, que não conseguia exercer nenhum comando sobre as tropas do coronel Belisário Ramos, chefe local de Lages.²²⁹

Em União da Vitória as coisas não pareciam muito diferentes, o coronel Amazonas Marcondes ocupou o cargo de prefeito municipal por cerca de 30 anos, o diretório do partido municipal indicou Cleto da Silva como deputado Estadual sendo, o mesmo, eleito. Além disso, as nomeações dos poderes públicos de União da Vitória eram sempre de pessoas próximas àquele coronel. Desta maneira, o movimento de Cleto da Silva buscava obter algo parecido com o poder local que era exercido pelos coronéis como: Amazonas Marcondes em União da Vitória e Belisário Ramos em Lages. O deputado acreditava que poderia exercer, na região, um poder maior que os poderes estaduais e federais que ali circulavam, aliciando homens armados para seu movimento, tentando convencer os contingentes da polícia do Paraná e do Exército a passarem para seu lado, procurando exercer uma autoridade acima dos poderes constituídos.

Mas, ao contrário de Santa Catarina que, naquele momento, tinha o delegado especial aliado com o poder local, a situação no Paraná era diferente. Primeiramente, Cleto da Silva era opositor as autoridades paranaenses e também não tinha patente de coronel e o prestígio

²²⁸ MACHADO, 2004, p. 104.

²²⁹ Ibidem, p.107.

social e político como os dos coronéis Amazonas Marcondes e Belisário Ramos. Outro fato importante é que o momento passado pelo governo do Paraná não era de fragilidade, mas sim uma expansão de poder por ter se aliado à esfera federal e ganhado peso no cenário nacional. A homologação do Acordo de Limites como pano de fundo – que devia ocorrer no dia 3 de agosto – dava às autoridades paranaenses apoio extra das tropas do exército, conseguindo, assim, exercer um controle maior sobre o movimento de Cleto da Silva, que diferente do coronel de Lages, não contava com muitos homens armados em seu levante, reduzindo consideravelmente seu poder de influência e barganha. Mesmo assim, Cleto se sentia com forças suficientes para enfrentar as autoridades e estabelecer uma luta pelas vias armadas para tomar o Contestado e proclamar o Estado das Missões.

3.2 O LEVANTE DE 30 DE JULHO DE 1917

A sublevação de Cleto da Silva estava marcada para o dia 30 de julho. Para o deputado se levantariam populações de Rio Negro, União da Vitória, Palmas, Clevelândia, Três Barras, Timbó, Valões, Xanxerê e até Curitiba, Campos Novos e Canoinhas do lado catarinense. Todos desejavam a desintegração do território para a formação do Estado das Missões, acordando com o projeto apresentado por Cleto da Silva nas sessões de dezembro.²³⁰ De fato, como foi visto no capítulo 2, pelo menos as populações do norte do planalto Contestado apoiavam o movimento, quanto à afirmação das populações catarinenses, provavelmente, seja apenas uma tentativa de dar maior convicção a sua história. Tudo estava pronto para o levante rebentar no dia programado, porém, sobre denúncias de planos revolucionários, um dia antes estacionou em União da Vitória o major Américo Abreu de Lima, comandando uma força federal e impedindo que o movimento rebentasse no dia 30 daquele mês. Cleto afirma que “para evitarmos uma lucta, que seria inevitável se atacássemos a força federal, deixamos a cidade na madrugada d’aquelle dia”²³¹.

De fora da cidade, verificaram que o major havia posto o 2º tenente Djalma Coelho sobre o comando das tropas que se posicionavam nas principais esquinas da cidade e na entrada da residência de Cleto da Silva. O major Abreu, já estava envolvido no caso, havia dado declarações sobre um possível movimento no Contestado, nos mês de janeiro, à

²³⁰ SILVA, 1920, p. 151.

²³¹ Idem.

imprensa do Rio de Janeiro.²³² O tenente Djlama Coelho, foi redator do seminário MISSÕES em 1910, antes de ter assumido Cleto da Silva. Provavelmente, a indicação para comandar os contingentes em União da Vitória dessas duas figuras, dava-se por terem um maior conhecimento da região e do líder do movimento. Com a presença das tropas Cleto afirmou:

Frustrado dessa forma [ficou] o plano dos revolucionários, cuja base de operações seria em União da Vitória, muitos dos nossos companheiros trataram de retirar-se dessa cidade, combinando-se a junção para outro ponto, o qual seria na Fazenda Santa Maria, a 18 kilometros, na estrada de Palmas.²³³

Na madrugada do dia 30 de julho, os revolucionários se despediram de sua família e partiram para Fazenda de Santa Maria, pernoitando na casa de Manoel Horácio de Brito, natural de Curitiba e companheiro de luta. Dos cento e tantos homens que contavam para tomar União da Vitória, ficaram reduzidos a vinte e dois, com esperanças de que em outras zonas do Contestado, populações aderissem ao movimento. Decidiram se dirigir à estação de Nova Galícia, 28 quilômetros de União da Vitória, chegando lá no dia 31 de julho e interrompendo o tráfego ferroviário com o Rio Grande do Sul, para impedir o envio de tropas vindas daquele estado. Lá também tomaram controle do telégrafo e passaram um telegrama para o major Abreu de Lima.²³⁴

Snr. Major Americo Abrei de Lima e mais officaes do 13º regimento

União da Vitória

Revoltados contra o malfadado e infamante acordo de 20 de Outubro[...] coagidos a abandonar nossos lares [...] vimos apelar para vosso coração de soldado desse glorioso exercito [...] para que sejam reconhecidos os nossos direitos nesta cruzada patriótica, que traz por único objetivo a independência deste território, a constituir-se em Estado da Federação [...] evitando-se assim a luta fraticida, o derramamento inútil de sangue de tantos patriotas sinceros [...]Precisa ficar patente: não somos saqueadores, não difamamos lares, não atacamos propriedades; queremos exclusivamente ver garantidos nossos direitos de cidadãos. Seguimos S. João, onde aguáramos respostas.

Saudações.

(a) Deputado Cleto da Silva
Luiz Fabricio Vieira
Manoel Horacio de Brito
Modesto Cordeiro
Eneas Borges dos Santos.²³⁵

²³² Redator não identificado. **A malsinada região do contestado - Boatos e receios de um movimento - conjecturas interessantes do Sr. general Abreu.** A NOITE (RJ) N° 1831, p. 1. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/348970_01/9981 acessado dia 22/06/2017.

²³³ SILVA, 1920, p. 152.

²³⁴ SILVA, op. cit., p. 152.

²³⁵ Ibidem p. 153-4.

No telegrama ficam claros os objetivos do movimento revolucionário e as tentativas de Cleto da Silva de convencer a força federal a tomar parte no seu levante. O deputado procurava não entrar em combate com as forças do exército, visto que possuía somente vinte e dois homens e nem todos armados. Buscou deixar claro que não saquearia as cidades e não atacaria propriedades, querendo somente que lhe fossem garantidos os seus “direitos como cidadãos”. Cleto, sabendo de sua posição de fragilidade, por não contar com muitos homens, ao longo do levante estabeleceu conversações diplomáticas com as forças legais, para seu movimento não ser desmanchado antes da chegada dos reforços prometidos. Nos nomes assinados no telegrama é possível perceber o envolvimento de Luiz Fabricio Vieira, residente em União da Vitória e também filho do coronel Manoel Fabricio Vieira. Luiz Fabricio comandava um piquete e contava com a patente de capitão da guarda nacional, dando-lhe certo prestígio sobre oficialidades inferiores.

Esse telegrama também foi publicado no relatório do Chefe de Polícia do Estado referente ao ano de 1917 de Lindolpho Pessoa. Contudo, havia algumas partes que não aparecem na narrativa de Cleto da Silva. A seguir, o que ficou de fora:

Somos aqui cento e cinquenta companheiros dispostos a tudo, paes, noivos, irmãos, abandonaram seus lares defeza nossa causa muitíssimo sagrada. Vamos destruir linhas estrada de ferro; comunicação para Palmas interrompida, obstruídas todas as pontes, reunimo-nos amanhã, digno distinto Coronel Fabricio Vieira, amigo causa independencia. Elle, seus aguerridos, mais mil homens patriotas, defensores nossa causa venderão suas vidas muito caro, inda mais depois prestar Governo Republica tantos serviços, ve-se perseguido, como deputado Cleto, por politiqueiros e despudorados caudilhos, seus patrícios.²³⁶

Esse mesmo telegrama também era publicado no jornal do Rio Grande do Sul, A FEDERAÇÃO.²³⁷ A presença de dois telegramas diferentes encontrados nas fontes acabou por levantar dúvidas sobre qual seria o verdadeiro, não podendo ter acesso ao original ficou ainda mais complicado. Sabendo que Cleto da Silva escrevia sua narrativa para solicitar uma anistia do governo é de se desconfiar que o deputado omitisse essa parte. Em sua narrativa, afirmava ter apenas vinte e dois homens, quando no telegrama, aparecia que contava com mais de cem. Outro fato que poderia ser motivo da omissão eram as informações sobre as depredações às linhas de ferro, a interrupção da comunicação com Palmas, e ainda, o apoio do

²³⁶ PARANÁ (ESTADO). CHEFE DE POLÍCIA LINDOLPHO PESSOA DA CRUZ MARQUES. **Relatório enviado ao secretário do interior, justiça e intrucção pública em 31 de dezembro de 1917.** p. 9. Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba. 1917. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1917MFN802.pdf> acessado dia 22/06/2017.

²³⁷ PENAFIEL, Carlos. **O movimento no Contestado - Tropas em marcha - o manifesto dos paranaenses descontentes.** A FEDERAÇÃO. Nº 179, p. 3. Porto Alegre, 3 de agosto de 1917. Disponível <http://memoria.bn.br/docreader/388653/36986> acessado dia 22/06/ 2017.

coronel Fabricio Vieira, apontado como amigo da independência com mais de mil homens patriotas, reunindo-se com o grupo no dia seguinte.

Desta maneira, supõe-se que o trecho contido no relatório e no jornal faz parte daquele telegrama, visto que, no decorrer do movimento, foram obstruídas as passagens para Palmas. O motivo de Cleto ter afirmando em sua narrativa ter somente 22 homens e no telegrama aparecer com 150, pode estar ligado a uma tentativa de simular ter um contingente maior do que possuía, com objetivo de iludir as forças federais e estaduais a não ataquem sem devida precaução e preparo, ganhando mais tempo para reunir adeptos. Quanto à menção ao coronel Manoel Fabricio, em passagens da sua narrativa, Cleto da Silva afirmou que os reforços prometidos não haviam chegado, podendo estar se referindo aos homens do coronel Fabricio Vieira. O envolvimento dos filhos do coronel, Luiz Fabricio Vieira e Maurílio Fabricio também remetem a uma possível ligação com o famoso coronel que tinha grandes influências no Paraná. Além disso, sabendo da movimentação do exército nacional e das forças policia paranaenses, com grandes contingentes na área, Cleto da Silva não seria tão ingênuo para promover um levante sem, ao menos, ter homens suficientes para pegar em armas. Todos esses fatores levam a crer que o coronel realmente pudesse ter prometido seus homens para lutar pela causa.

Entretanto, não podemos deixar de mencionar que tanto Lindolpho Pessoa como Affonso Camargo, pareciam querer envolver o coronel Fabricio Vieira, de todas as maneiras, naquele movimento. Em uma passagem do seu relatório, o mesmo afirmava que:

Como ninguém acreditasse na possibilidade dos habitantes do Contestado se insurgirem á maõ armada contra o acordo, explicava-se então que o plano da revolução tinha sido concertado entre os caudilhos rio-grandenses Manoel Fabricio Vieira e João Francisco, os quaes, á frente de milhares de gauchos, invadiram este Estado com o fim de proclamar a independência do território do ex-Contestado. Essa versão foi confirmada, em parte, pelos factos que se seguiram, pois por eles se verifica a coparticipação no movimento, pelo menos indirecta, de Manoel Fabricio Vieira.²³⁸

Fica clara a intenção de colocar a culpa do levante no coronel Fabricio, mesmo assumindo que Fabricio Vieira não chegou a ter uma participação direta. Entretanto, ainda mantém-se a convicção de que essa informação faz parte do telegrama original, pois a publicação no jornal A FEDERAÇÃO em 3 de agosto de 1917, deu-se no calor do movimento

²³⁸ PARANÁ (ESTADO). CHEFE DE POLÍCIA LINDOLPHO PESSOA DA CRUZ MARQUES. **Relatório enviado ao secretário do interior, justiça e intrução pública em 31 de dezembro de 1917.** p. 8. Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba. 1917. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1917MFN802.pdf> acessado dia 22/06/2017.

e depois se repetiu no final do ano no relatório. Fica difícil supor que o Chefe de Polícia tenha pensado em inventar aquela parte, com o aparecimento no periódico, apenas três dias depois de ter sido enviado.

Durante as acusações, o coronel permaneceu em Carasinho no Rio Grande do Sul, onde se defendia por meio da imprensa. Manoel Fabricio Vieira afirmou que seu nome estava atrelado ao movimento por ter sido apontado por rivais políticos da região.²³⁹ Mas o fato é que seu filho atuava com grandes influências no movimento que se desenrolava, sendo difícil de poder afirmar que o coronel tenha ficado à margem de toda aquela agitação que se dava numa zona onde tinha grandes influências. Talvez, o mesmo vendo toda a movimentação do exército nacional, preferiu não se envolver para não manchar seu nome, já que contava com grande prestígio na época, principalmente com a força federal.

Como foi visto, além das notícias de jornais, no relatório de Lindolpho Pessoa, o coronel Fabricio Vieira aparecia como suposto envolvido naquele movimento. Mas, afinal, quem era esse coronel tão falado durante o ano de 1917? Natural de Vacaria, no Rio Grande do Sul, nasceu de 8 de outubro de 1869, filho do fazendeiro descendente de português Ignacio Fabrício Vieira e da Brasileira Clemência Soares Marques Vieira. Seu título de coronel foi concedido pelo Imperador D. Pedro II. Em 1893, com 24 anos apresentou-se ao batalhão do senador Pinheiro Machado para servir como guia na perseguição à coluna do general Gumercindo Saraiva, líder dos maragatos durante a Revolução Federalista. Foi também homem de confiança do Presidente Júlio de Castilho, do Rio Grande do Sul, estudou em Porto Alegre e foi nomeado comandante do destacamento da Brigada Militar de Vacaria, servindo da função de Delegado de Polícia com jurisdição sobre Vacaria, Lagoa Vermelha e São Francisco de Paula. Quando assumiu o comando do Rio Grande do Sul, Borges de Medeiros afastou-se do seu estado natal, indo para o Paraná onde comandava o Presidente do Estado Carlos Cavalcanti.²⁴⁰ Lá, se dedicou à extração de erva-mate na fazenda Chapéu de Sol, no planalto norte na região de Rio Negro e Timbó, disputando a exploração na zona com o ex-maragato Demétrio Ramos.²⁴¹

Fabricio Vieira foi proprietário das maiores fazendas às margens do rio Iguazu, tinha interesses comerciais na venda de terras até a exploração da erva-mate. Desde as primeiras expedições militares oficiais contra os sertanejos da Guerra do Contestado, esteve ao lado do

²³⁹ PENAFIEL, Carlos. **Os sucessos no Contestado**. A FEDERAÇÃO, N° 180, p. 5. Porto Alegre, 4 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/388653/36992> acessado dia 22/06/2017.

²⁴⁰ Documentos do acervo do Professor Paulo Pinheiro Machado. Um deles é uma ficha técnica de sua trajetória e o outro uma homenagem em um jornal não identificada, parece ser de Curitiba.

²⁴¹ THOMÉ, Nilson. **Da caá-í, Congôí ou Kukai ao Chimarrão: a erva-mate do Contestado na História**. Caçador/Lages (SC): 2011. p. 87.

exército, atuando no combate aos “jagunços”. Foi acusado por Matos Costa de derramar moedas falsas nos sertões catarinenses e de, junto ao coronel Arthur de Paula, serem os maiores responsáveis pela deflagração do movimento rebelde, por se apropriarem das terras e vendê-las às companhias norte-americanas.²⁴² Algum tempo depois de fazer essas acusações, o capitão Matos Costa foi morto durante o ataque rebelde à estação de São João. Chegaram até mesmo a acusar o coronel Fabricio Vieira de ter um antigo integrante de seu piquete (Venuto Baiano) fazendo um jogo duplo com os chefes sertanejos e que, na verdade, estava ali a mando do coronel para matar Matos Costa.²⁴³

O coronel conseguiu livrar-se das denúncias e passou a ganhar grande admiração e confiança do general Setembrino de Carvalho, sendo considerado o mais influente e poderoso dos vaqueanos que lutaram ao lado do exército. Seu piquete chegava a ser chamado de “fabricianos”, sendo mencionado diversas vezes pelos historiadores de farda.²⁴⁴ Era amigo íntimo do Senador Pinheiro Machado, abrigando o sobrinho daquele senador, Salvador Pinheiro Machado, vulgo Dente de Ouro, em seu grupo. É bem provável que seu batalhão tenha sido incluído ao corpo do exército, visto haver ausência nas folhas de pagamento de seu homens. Os vaqueanos chegaram a auxiliar, com cerca de 1000 homens, durante a campanha promovida pelo exército contra os rebeldes do Contestado, Fabricio Vieira pertencia à Coluna do Norte e saiu da guerra com grande prestígio pela sua atuação calorosa de repressão ao movimento.²⁴⁵

Passado o período crítico da Guerra Sertaneja do Contestado em 1914, o coronel recebeu homenagens em Ponta Grossa, em 10 de maio de 1915, quando fazia parte da comitiva do General Setembrino de Carvalho. Nessa ocasião, Fabricio Vieira foi apontado como braço direito do exército brasileiro durante a campanha do Contestado. Os rumos que tomou depois da Guerra foram pouco estudados, sabe-se que, em 1923, atuou como um dos líderes liberalistas no movimento para derrubar Borges de Medeiros, que vinha se elegendo constantemente no Rio Grande do Sul. Durante a década de 1930, foi opositor ao governo de Getúlio Vargas que se tornou Presidente da República, chegando a ser detido por 30 dias em Florianópolis sob suspeita de estar envolvido em um contra golpe junto aos líderes de 1923. Faleceu em 1936, com 67 anos na cidade de Valões, atual Irineópolis em Santa Catarina,

²⁴² RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro**. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008. p. 356.

²⁴³ Essa informação nunca chegou a ser confirmada, Venuto Baiano foi morto logo após o ataque que resultou na morte do capitão Matos Costas. Cf. MACHADO, 2004, p. 265.

²⁴⁴ Termo foi utilizado pelo historiador Rogério Rosa Rodrigues para designar os estudos feitos pelos militares sobre a Guerra Sertaneja do Contestado. No capítulo dois da sua tese de doutorado o pesquisador procura estudar a fundo a obra desses autores, estabelecendo uma visão crítica sobre essas fontes. Cf. ROSA, 2008, p. 69-151.

²⁴⁵ ROSA, 2008, p. 60 e 357-358.

vítima de ataque cardíaco. Deixou como descendentes conhecidos os filhos, Maurílio Vieira, Napoleão Fabricio Vieira, Archimedes Riograndino Vieira, Luiz Fabricio Vieira e Bolívar Fabrício Vieira.²⁴⁶

Resumidamente, essa foi a trajetória de Manoel Fabricio Vieira, coronel de grande prestígio durante o período da Primeira República. Como é possível perceber, seu respeito e apreço, não se dava pelos cargos políticos que ocupou ou pelos votos que recebia, mas sim pela sua grande propriedade fundiária, relações comerciais e, principalmente, pela sua capacidade de liderar e aliciar homens armados. Seu auxílio era muito bem visto por todas as partes em que se envolvia - Estado, União e companheiros – sendo até mencionado como braço direito do exército pelo general Setembrino de Carvalho. A história de Fabricio Vieira é importante para reafirmar que a capacidade de mobilização de homens em armas naquele período era um dos fatores fundamentais para o poder político dos coronéis.

Deixando um pouco esse coronel de lado, prossegue-se a narrativa. O movimento tinha chegado à estação de Nova Galícia, lá os revoltosos receberam a mensagem da chegada de um comboio na estação de São João, perguntando se poderia se dirigir à próxima estação. Os revolucionários responderam sim, chegando um trem com 83 passageiros, entre eles: o 2º tenente Gervasio de Carvalho da força militar do Paraná, seis praças do Estado e cinco do exército. O comboio rumava a Três Barras, onde se achavam os operários da Lumber Company em greve.²⁴⁷ Convidaram o tenente para conferenciar com os integrantes do movimento. Enquanto isso, os passageiros do trem se mostravam muito inquietos com a situação, pois a estação já havia sido palco de combate durante a Revolução Federalista e, três anos antes, havia sofrido o ataque dos sertanejos dos redutos do Contestado. Para complicar ainda mais a situação, a temperatura era extremamente fria. Cleto afirmou que estava numa situação difícil, pois não queria manter os passageiros como reféns e, ao mesmo tempo, a interrupção daquele tráfego era de grande importância para o sucesso do movimento.²⁴⁸

Foram tomadas providências, pois, para o deputado, o movimento tinha que contar com o apoio da população. Pediu a um dos passageiros, Henrique Alves de Araújo, que solicitasse um comboio de União da Vitória para buscar os passageiros, porém, seu pedido foi negado. Uma das senhoras presentes, Dona Antônia de Araujo Macedonia, conhecida de

²⁴⁶ Documentos do acervo do professor Paulo Pinheiro Machado.

²⁴⁷ A greve dos operários da Lumber Company acontecia pelas movimentações trabalhistas que ocorreram durante o ano de 1917 em diversas regiões do país. Outro fator que influenciou na greve, era que Dídio Augusto, prefeito municipal de Três Barras e apoiador dos trabalhadores, perderia seu cargo com a passagem do município para os catarinenses, fazendo oposição ao Acordo de Limites (assunto tratado adiante). Não foi possível obter informação se Dídio Augusto inflamou uma greve com esse propósito, porém, Cleto da Silva tinha esse líder como um seus apoiadores. Cf. SILVA, 1920, p. 195.

²⁴⁸ SILVA, 1920, p.155.

Cleto da Silva, pediu que deixassem aquele comboio partir, conseguindo convencer o líder dos revoltosos a colocar os trilhos novamente.²⁴⁹ Em seu livro, o deputado faz questão de afirmar:

Não eramos, porém, nem caudilhos da primeira [Revolução Federalista] e nem semelhança queríamos ter com os José Maria e caterva, do fanatismo cruel que assolou a população inteira do Contestado; eramos, sim, um punhado de homens, amigos e filhos da terra paranaense, e batermo-nos por um ideal muitíssimo nobre.²⁵⁰

Enquanto os trilhos eram recolocados, Cleto da Silva iniciou uma conferência na casa comercial de Pedro Nowacki com o passageiro Henrique de Araújo e o Tenente Gervasio. Esses dois indivíduos acreditavam ter o movimento mais de 300 homens, passando a seguir todas as ordens que eram dadas por aquele grupo. Às 10 horas da noite, duas horas após a chegada do comboio, foram reconstituídos os trilhos e partiu o comboio com os passageiros. O deputado afirma que todos os passageiros, assim como o tenente e os soldados da polícia e do exercito podem confirmar essa história.²⁵¹

No dia 1 de agosto partiram para São João, chegando lá pelas 11 horas da manha, estabelecendo acampamento numa casa velha, propriedade de uma viúva que tivera seu marido assassinado durante o ataque dos sertanejos as estações em 1914. De lá, o deputado mandou um telegrama para o tenente Octavio Guimarães, oficial da guarnição da estação de Calmon, e conhecido de um dos integrantes do levante. O tenente Guimarães pertencia ao contingente federal do capitão Gasparino Pereira da Silva.²⁵² Em resposta ao seu telegrama, o tenente de Calmon parecia apoiar a ideia de não entrar em combate com o levante. Logo em seguida, Cleto transmitiu o mesmo telegrama que havia mandado ao major Abreu de Lima.²⁵³

Em São João, tiveram a visita de Manoel de Araujo, fazendeiro da região, e outros moradores que passaram a integrar o movimento. Também chegou de União da Vitória um grupo denunciado contra o Acordo de Limites, passando agora a contarem com trinta e três homens. O deputado afirma, em sua narrativa, que na persuasão de acreditar que em outras localidades grupos se organizavam pelos mesmos ideais, seguiam firmes na sua luta, pois, se

²⁴⁹ Essa informação é confirmada na notícia do dia 2 de agosto de 1917 no periódico DIÁRIO DA TARDE. Cf. BORGES, Generoso. **Os sucessos do Contestado. A revolução que estourou em Nova Galicia e Valões vae tendo o seu termo.** DIÁRIO DA TARDE, N° 5769, p. 1-2. Curitiba, 2 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23655> acessado dia 22/06/2017.

²⁵⁰ SILVA, 1920, p.156.

²⁵¹ Ibidem, p. 157-8.

²⁵² Calmon, assim como outras das estações da estrada de ferro até o Uruguai eram guarnecidas por forças do exército. Cf. SILVA, 1920, p. 159.

²⁵³ SILVA, 1920, p. 160.

a vitória viesse, teriam, finalmente, um Estado para serem livres.²⁵⁴ No dia 2 de agosto, pela manhã, recebeu uma comunicação de Nova Galícia do capitão Sebastião Pinto, comandante do 57º batalhão do exército, dizendo estar acompanhando do engenheiro de Estrada Arthur Baroncini. Desconfiados, buscaram informações sobre Sebastião Pinto, descobrindo que fazia parte do Estado Maior da Guarnição de Curitiba e era emissário em missão de paz do coronel Cunha Martins, chefe de outra unidade do exército. Decidiram parlamentar com aquele capitão, colocando a três quilômetros da estação uma bandeira branca conforme pedido. Cleto afirma que a noite era extremamente fria, ainda mais por dormirem em uma casa velha desmantelada, coberta de fumaça pelo fogo que fizeram em um canto.²⁵⁵ No dia seguinte:

O sól, que nessa manhã surgia claro, retemperava o nosso organismo, revigorando-o para lucta que, dia á dia, se nos apresentava maior, pois, estávamos sem noticias de espécie alguma, sem os recursos prometidos, sem um aviso siquer que nos orientasse para o prosseguimento ou para o recuo da jornada que encetamos.²⁵⁶

Nessa passagem, Cleto da Silva parece estar preocupado com os rumos do seu levante. A possibilidade do coronel Fabricio aparecer com seus mil homens não se concretizou, as noites estavam sendo intensamente frias, não haviam recebido os recursos prometidos e não recebia nenhuma comunicação de seus companheiros sobre algum sucesso ou fracasso. Mesmo sob todas essas circunstâncias, o deputado não se entregava, não desistiria de sua luta e iria até seu limite para fazer aquele levante cumprir seu objetivo.²⁵⁷

No mesmo dia 2 de agosto, Luiz Fabricio, Modesto Cordeiro, Eneas Borges, Manoel Horacio de Brito, Cleto da Silva e o engenheiro Paulo Tabbert, encontravam o emissário, capitão Sebastião Pinto, junto ao engenheiro Arthur Baroncini. Chegando ao local, o capitão informou que o coronel Cunha Martins contava com 300 homens armados, com infantaria, cavalaria e uma seção de metralhadoras, pedindo para que deixassem a estação, não interrompendo o tráfego, por ser uma área militar e nacional. O capitão ainda narrou o fracasso do movimento de Valões, dirigido por Anastácio Modesto da Luz, afirmando ainda, que nas outras partes do Contestado os levantes haviam falhado.²⁵⁸ Sobre o movimento dirigido por Modesto da Luz, Lindolpho Pessoa, em seu relatório, afirmou que, no dia 30 de Julho, Modesto da Luz conseguiu ter a adesão de um sargento da força federal em Valões. Apoderando-se de armas e munições pertencentes àquela força, iniciou uma revolta com um

²⁵⁴ SILVA, 1920, p. 161.

²⁵⁵ Ibidem, p.162.

²⁵⁶ Idem.

²⁵⁷ Ibidem, p. 163.

²⁵⁸ Ibidem, 164.

grupo armado denominado “piquete do coronel Fabricio”, entretanto, não obteve sucesso e o Chefe de Polícia não explicitou os motivos.²⁵⁹

O capitão Sebastião Pinto finalizou a reunião afirmando ter o governador recurso suficiente, aliado ao Exército Nacional, para combater o levante. Mas, ressaltou que o exército não vinha para combater “patrícios” e que não tinha ligações com a forma adotada para resolver a questão de limites, ficando feliz se as negociações pelas vias da paz tivessem sucesso. Após a reunião, os revoltosos retornaram até São João, onde mandaram um telegrama para o Presidente da República, solicitando o reconhecimento de seus direitos de fundarem o Estado das Missões, pois a conflagração já se espalhava por todo o Contestado. Assinavam o telegrama o deputado Cleto da Silva, capitão Luiz Fabricio Vieira, engenheiro Paulo Tabbert, tenente Eneas Borges dos Santos, capitão Manoel Horacio de Brito, Modesto Cordeiro e Alcides Silva.²⁶⁰

Depois de passado o telegrama, receberam uma mensagem do coronel Cunha Martins afirmando que iria tomar a estação pacificamente, por necessitar o governo ter o controle da fronteira da região. Nesse momento, Cleto volta a afirmar que eram apenas trinta e três homens, nem todos armados, sendo incapazes de fazer frente aos 300 homens do coronel Cunha Martins e também aos 90 do capitão Gasparino na outra estação. Além disso, já sabiam que a força militar do Estado estava sendo auxiliada pelo chefe vaqueano Dente de Ouro (Salvador Pinheiro Machado ou Salvadorzinho) em União da Vitória, levantando ainda maiores preocupações. O deputado decidiu se retirar do local e debandar com seu grupo para a cidade de Palmas.²⁶¹

A linha férrea foi arrumada na madrugada do dia 3 de agosto. Após arrumarem, dormiram mais uma vez em São João, partindo no outro dia pelas 10 da manhã, antes de ser reestabelecido o telégrafo. O grupo havia permanecido quatro dias em São João, o deputado afirmou na sua narrativa que a luta em guerrilhas poderia dar maior trabalho às forças federais, mas preferiram o não derramamento de sangue, mesmo sabendo que “nosso humanitário modo de proceder motivasse em grande parte o fracasso do movimento, pois todo o mundo sabe que não se faz uma revolta sem sangue”²⁶² e sobre seu a revolta agregou:

²⁵⁹ PARANÁ (ESTADO). CHEFE DE POLÍCIA LINDOLPHO PESSOA DA CRUZ MARQUES. **Relatório enviado ao secretário do interior, justiça e intrução pública em 31 de dezembro de 1917.** p. 8. Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba. 1917. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1917MFN802.pdf> acessado dia 22/06/2017.

²⁶⁰ SILVA, 1920, p. 166-7.

²⁶¹ Ibidem, p. 169.

²⁶² Ibidem, p. 173.

A nossa não passou de um simples protesto, e por isso mesmo é que as maiores infâmias nos atiraram [...] E de tudo um grande consolo nos restou: o Contestado não foi entregue ao som das charangas e nem ao estrugir dos foguetórios; ele foi entregue sim, mas sob a pressão das carabinas e metralhas! Cerca de três mil soldados do exercito nacional, parte da milícia do Paraná; os vaqueanos sob chefia de Salvador Dente de Ouro e correntinos contratactados a cinco mil reis por dia, fizeram cumprir o acordo Braz-Schmidt, estupenda obra de escravização de um povo e gloria dos políticos desta nossa decantada democracia! ²⁶³

Estava dado o maior golpe no animo dos revolucionários, no dia 3 de agosto, a maior parte do Contestado tinha sido entregue para Santa Catarina, seu movimento não passou de um protesto contra a homologação do Acordo de Limites. Pelo menos serviu de consolo aos integrantes do movimento o fato de o Contestado ser entregue sob a pressão das carabinas e metralhadoras e não com foguetório. A presença de cerca de 2 a 3 mil homens em União da Vitória, realmente, colocava uma grande barreira ao movimento de Cleto da Silva, seria difícil que a população aderisse ao levante sabendo desse número de homens. Mas, ainda não era o momento de desistir, partiram de São João e acamparam em Rio Preto, a 18 quilômetros da estação na morada de Manoel Gaspar Miranda. Cleto afirma que nunca se deparou com um inverno de tão grande geada como no dia 5 de agosto de 1917, e que foram abastecidos pelo velho da casa com farinha e fumo, pagando pelo obtido. ²⁶⁴ Enquanto acampavam à margem do Guariroba, afluente do Jangada “comiam churrasco enquanto outro companheiro preparava café numa lata de querosene”. Dirigiam-se para Palmas, onde poderiam encontrar homens dispostos a lutar pela causa da emancipação. ²⁶⁵

Foi nesse momento que, escapando de União da Vitória, chegou Mathias Pimpão, filho do ex-deputado estadual, Coronel Domingos de Araújo Pimpão. Mathias Pimpão, era uma figura conhecida na região sudoeste do Paraná, prestou auxílio às forças federais nos combates aos redutos sertanejos em 1914, no ano seguinte foi nomeado 2º suplente de delegado de Polícia em União da Vitória, sendo membro, também, do diretório do partido Republicano. ²⁶⁶ O novo integrante informou que as residências dos revoltosos estavam guardadas por soldados do exército. O grupo mandou, então, um vaqueano que conhecia as picadas para verificar a situação em São João, encontrando lá 200 praças da força policial.

²⁶³ SILVA, 1920, p.173.

²⁶⁴ Nas notícias que retratavam o levantes, mesmo sendo publicadas na imprensa apoiadora do Presidente do Paraná, os jornais afirmavam que até esse momento Cleto procurou pagar pelo que ia arrecadando durante o movimento. Os saques e depredações começaram na segunda fase do levante, principalmente após sua dissolução, sendo praticados por bandoleiros e algumas lideranças unidas ao movimento.

²⁶⁵ SILVA, 1920, p. 175.

²⁶⁶ Id., 1933, p. 117, 128 e 130.

Durante o caminho encontrou Manoel Tavares de Lacerda que ia em direção ao levante, quando foi perseguido por aquele contingente.²⁶⁷

Junto com Manoel Tavares vinha um rapaz de nome Emilio Cordeiro, ambos bem montados e armados. Manoel Tavares era genro do capitão Domingos Pimpão e Emilio Cordeiro havia lutado contra os sertanejos durante o ataque a São João em 1914. Com mais dois integrantes ao grupo, partiram pela estrada até Palmas, pernoitaram em Irati onde foram recebidos pelo Snr. Francisco Pacheco Silveira e Snr. Oliverio Pacheco. No dia 8 de agosto, acamparam no Emboque, local estratégico para sua defesa, a três quilômetros dos Campos de Palmas. No dia 9 de agosto, marcharam até Horizonte e permaneceram nos galpões do negociante de nome José Lucas de Castro, conhecido como Jose Gury, estabelecido em Palmas. Cleto afirma que, assim como o rio-grandense José Lucas de Castro, os coronéis Pedro de Sá Nhonho (tio do presidente do Estado) Antonio de Oliveira de Ribas, João Antonio de Araújo Pimpão e o jornalista e major Cunha Sobrinho, foram presos por fazer oposição ao Acordo de Limites, sendo libertados pelo coronel Cunha Martins que parecia evitar confrontos e confusões com os revoltosos.²⁶⁸

Em Horizonte tiveram a visita de vários fazendeiros que forneceram armas e gado, dois deles sobrinhos do deputado estadual coronel Domingos Soares, que mesmo não tendo combatido o acordo no Congresso, parecia dar certo apoio ao movimento. Lá também fizeram junção com Zeca Vaccariano (Jose Antônio de Oliveira), que segundo Cleto da Silva, mesmo sendo sujeito que recebia maus comentários, teve bom comportamento em sua atuação no movimento.²⁶⁹ Na madrugada do dia 10, mandaram Alcides Silva, levar uma mensagem para as autoridades de Palmas. A mensagem relatava o acampamento das forças patrióticas pela independência do Contestado nos Campos de Palmas, esclarecendo que pegavam em armas para criarem o Estado das Missões. Nos que assinavam a mensagem apreciam outros nomes, como o de Manoel Tavares de Lacerda, José Oliveira, Maurílio Vieira e Mathias Pimpão. Maurílio Vieira, provavelmente, deve ter vindo junto com o bando chefiado por Vaccariano, pois seu nome só aparece da junção. Cleto afirma que agora eram cento e muitos homens armados de *winchester* e conduzindo 14 cunhetes de munição.²⁷⁰

²⁶⁷ SILVA, 1920, p.176.

²⁶⁸ Ibidem. p. 180.

²⁶⁹ Zeca Vaccariano era morador da Costa do Rio do Peixe e tinha feito contrato com a Brazil Railway para empreitar dois trechos da estrada de ferro Rio Grande São Paulo. Devido aos baixos preços pagos pela ferrovia, o empreiteiro teve prejuízos, não conseguindo pagar seus trabalhadores. Para cumprir os compromissos com seus homens, em 1909, assaltou o trem pagador da ferrovia matando dois seguranças e desaparecendo com 300 contos de reis. Cf. MACHADO, 2004, p.160 apud QUEIROZ, p. 72

²⁷⁰ SILVA, 1920, 182-6.

Nesse momento, um rapaz de nome Lindolpho Fischer, alcoolizado, invadiu as vendas da região sendo retirado do local por Luiz Fabricio. Quando voltou ao seu piquete, comandado por Pedro Telles, foi desarmado e morto. Isso provocou certa reação nos integrantes do movimento, explicitada na passagem da narrativa de Cleto:

Se contrariados já estávamos com a falta de recurso de antemão prometidos e que nos momentos precisos nos faltaram, mais ainda ficamos com o funesto desenlace que assistimos. O acampamento, momentos antes cheio de vida, tornara-se silencioso.²⁷¹

Enquanto o acampamento ainda lidava com a situação, um guarda deu alerta para que todos se preparassem para o combate. As forças policiais unidas a alguns civis de Palmas, sob comando do capitão Sylvio van Erwen, estavam entrincheiradas na Fazenda do Cedro, onde ouviram tiros disparados pelo polaco Francisco Sienkiewicz, chefe de uma das forças contra o piquete de vanguarda. Deu-se início a uma troca de tiros, o piquete de vanguarda, comandado por Luiz Fabricio, serviu de atrativo para as forças legais acreditarem serem poucos homens. Esse piquete ocupou a fralda de uma colina, o inimigo atacou com *Mauser* e balas explosivas, enquanto Luiz Fabricio só dispunha de *winchester*. Vendo o recuo do piquete de vanguarda, as tropas legais avançaram, logo dando de frente com o restante do movimento, iniciando um fogo cruzado e resultando no retorno das forças legais.²⁷²

Cessando os disparos por parte da força do comandante polaco Francisco Sienkiewicz, os revoltosos pararam com os seus, por não terem muitas munições. Logo chegou o emissário Alcides Silva, acompanhado do coronel Antônio de Araújo Pimpão, do mensageiro do Capitão Silvyo Van Erwen, Joaquim Penido Monteiro, Juiz de Direito substituto de Palmas. O coronel Pimpão pediu que o confronto terminasse, pois já havia mandado uma mensagem ao Governo do Estado relatando a vontade de criar o Estado das Missões e que os disparos começaram por, o comandante polaco, não saber da troca de mensagens. O coronel também apelou como amigo e contrário ao acordo, para não lutarem nas proximidades por causa das famílias da cidade de Palmas. Cleto respondeu que se as forças legais não tivessem disparado, não haveria confronto e só aceitaria a solução se as forças palmenses se manifestassem por escrito. Regressou o coronel Araújo Pimpão até o ponto de concentração da força policial, acompanhado pelo médico Ribeiro Vianna, que presenciou o tiroteio.²⁷³

²⁷¹ Ibidem, p. 187.

²⁷² Ibidem, p.190-1.

²⁷³ Ibidem, p. 191-2.

Dentro de pouco tempo, retornaram trazendo um bilhete garantindo, aos revolucionários, a entrada na cidade Palmas, acompanhados do Coronel Araújo Pimpão, desarmados e sobre vigilância, podendo tratar de seus assuntos políticos. Os líderes do movimento não aceitaram as cláusulas, não merecendo nem uma resposta e pedindo o retorno do coronel Pimpão. Nesse momento, alguns soldados da força policial do Paraná passaram para seu lado, parecendo ser bastante crítica a situação do capitão Van Erwen que se entrincheirava num local sem valor estratégico.²⁷⁴

O grupo conferenciava sobre a situação, a maioria apoiou um ataque às forças do capitão Van Erwen. Cleto afirmou que votou contra, pois acreditava não terem recursos suficientes para uma ação vitoriosa em toda a linha, podendo sofrer derrota logo depois, pelas forças federais. Cleto, nesse trecho de sua narrativa, se mostrava bastante desanimado com os rumos que tomava a situação.

Além disso, e a franqueza manda que confessemos, já não tínhamos mais ilusões sobre a victoria do movimento. Trahidos, como fomos, no inicio da revolta, por uns quantos, abandonados por outros no momento preciso, luctando contra uma série obstáculos materiaes, que nos restava? Fazermos emboscadas, estabelecermos a lucta de guerrilhas que nos assemelhariam a jagunços? Se a esse ponto chegássemos, não teríamos infalivelmente a antipathia da nação inteira? E verdade que ainda contávamos com amigos dedicados em Clevelândia, entre os quaes o destacado Manoel Martins [...] Mas, não seria incoherencia sacrificar-se mais esse batalhador, diante da caprichosa vontade do Snr. Wenceslau Braz e dos demais políticos acordistas que sobre nós atiravam o exército nacional.²⁷⁵

Como é possível notar, a resistência na cidade de Palmas, cidade que calculava ganhar apoiadores, parece ter sido o estopim para Cleto da Silva ter abandonando a causa. Afirmava ter sido traído no início da revolta, abandonado por outros em momentos precisos e não se submeteria à luta de guerrilha como a dos “jagunços”, pois dessa forma, seu novo Estado não contaria com o apoio da nação. O deputado ainda afirmou que, em Curitiba, como em vários outros pontos que contavam com dedicações, circunstâncias superiores impediram os sucessos que esperavam de Modesto da Luz, em Valões, Dídio Augusto, em Três Barras, os esforços do senador Alencar Guimarães, Euclides Bandeira, Ismael Martins, Francisco Teixeira de Carvalho, João Menezes Doria e de Alves de Farias, além de muitos outros, sobre os quais a polícia da capital já estava vigilando desde que iniciou o movimento no Contestado. Entretanto, mesmo apresentando seus argumentos, o grupo decidiu pelo ataque, que devia ocorrer na madrugada daquela noite.²⁷⁶ No relato de Cleto aparece um momento de nostalgia:

²⁷⁴ Ibidem, p.192.

²⁷⁵ Ibidem, p. 194.

²⁷⁶ Ibidem, p.195.

E á mente nos vinhas as recordações do passado e da nossa mocidade, quando entoávamos hymnos de gloria a grandeza do Estado em que nascêramos; das luctas que travamos na imprensa defendendo ardosamente o Paraná e os seus direitos na tribuna do Congresso, onde a logica de uma maioria não conseguira abater o nosso valor cívico.²⁷⁷

O deputado parecia saber que, depois de feito um primeiro ataque, passaria a ser considerado como criminoso perseguido até ser capturado pelas forças legais. Mesmo assim, Cleto afirmava não estar desapontado com seu movimento, mas sim, em ver que terras paranaenses passariam para jurisdição catarinense, isso sim era inaceitável. Antes do ataque, visitou o acampamento Francisco Ribas, filho do coronel Pedro de Sá Ribas Nhônhô e primo de Affonso Camargo junto a outros soldados armados que abandonaram a força do capitão Sylvio Van Erwen. Francisco Ribas foi o responsável por buscar o corpo do comandante João Gualberto, dias depois de sua expedição, em 1912, contra os sertanejos do monge José Maria. As palavras daquele homem tiveram um efeito na decisão do levante. Alegou que não duvidava que tomassem a cidade de Palmas, pois a força ali existente não resistiria por muito tempo. Porém, em poucos dias, a cidade seria varrida pelas metralhas legalistas, cujas forças estavam próximas e bem informadas, acrescentando ainda, que todos os planos haviam falhado.²⁷⁸

Na madrugada do seguinte dia, levantaram-se para preparar o ataque. Apenas três barracas estavam armadas, a de Zeca Vacariano, Maurílio Vieira e Generoso Silva. Foram, então, conferenciar com cada uma, chegando à de Vacariano, afirmaram os seus motivos para não atacar a cidade de Palmas, Cleto diz em sua narrativa que Zeca perguntou a eles, “O Snr. não acha conveniente o ataque?” Responderão “Não”, então Zeca respondeu “Pois então, ele não se dará, que devemos fazer agora?” Cleto decidiu que partiriam para Clevelândia e de lá tomariam o rumo da fronteira da Argentina, transpondo-a pelo Barracão. No dia 12 de agosto, deixando a cidade de Palmas, passavam o rio Caldeiras, a três quilômetros de onde se achava a força do capitão Sylvio Van Erwen, na expectativa de um ataque. Em ponto estratégico ficou Alcides Silva, com objetivo de iludir as forças inimigas e obter notícias a respeito da marcha da coluna federal.²⁷⁹ Sobre o movimento o deputado afirmou:

Estava pois terminado o movimento revolucionário. Era a retirada do campo de acção. Mas não era uma debandada covarde e nem levamos o remorso a pesar-nos na consciência. Podíamos levantar os olhos aos céos e dizer: Senhor! Nós não matamos.²⁸⁰

²⁷⁷ SILVA, 1920, p. 195.

²⁷⁸ Ibidem, p 196-7.

²⁷⁹ Ibidem, p. 198.

²⁸⁰ Idem.

O movimento revolucionário chegou ao seu fim, finalmente foi abandonada a empreitada de criar o Estado das Missões no Contestado. Fica claro o objetivo de Cleto da Silva para os leitores de seu livro, em se colocar como responsável por “salvar” a cidade de Palmas de um ataque de seu grupo. Se foram seus argumentos contrários ao ataque, ou o medo das forças federais o motivo de não atacarem a cidade, é uma informação à qual não há resposta. Entretanto, não atacaram e foram para Clevelândia, onde teriam mais alguns apoiadores que cobririam sua retirada pela fronteira com a República Argentina.

O grupo fez a travessia com ajuda de Jaquehy Marques, vaqueano desbandado das forças do capitão Sylvio. Cleto afirmou que esteve na morada do major Paulo de Araújo, proprietário da fazenda Pitanga, que abrigava muitas famílias da cidade de Palmas recedidas de uma luta. Entre as senhoras presentes, chegou a reconhecer Ercilia de Camargo Silverio, irmã do Dr. Affonso de Camargo.²⁸¹ Apenas seis integrantes foram até a casa do major Paulo Araújo, enquanto o restante da coluna seguiu em marcha. A partir desse momento, parece que o levante passou a tomar outros rumos. No caminho para Clevelândia, dois indivíduos arrebanharam dois carneiros que já lhe arrancaram a pele e também de porcos que cruzavam a estrada.

Na ida para Clevelândia souberam da passagem do 2º tenente José Rodrigues Sampaio d’Almeida, comandante da força militar do Estado com 70 homens armados, em direção à cidade de Palmas com objetivo de ajudar o capitão Sylvio. Três soldados desse capitão ficaram para trás, sendo capturados e roubadas suas carabinas e 200 balas. O movimento continuou seguindo na mesma direção, mas cada líder de piquete parecia tomar as atitudes por sua conta. Acamparam na margem de um riacho a cem metros da fazenda do Snr. João de Araújo Pimpão, sobrinho do coronel João Pimpão, que cedeu o local a pedido de seus primos Manoel Tavares Lacerda e Mathias Pimpão. Cleto afirma que lá também se achava a esposa do capitão Sylvio van Erwen, mas nada foi feito com a moça como já havia afirmado, sobre a irmã de Affonso Camargo.²⁸²

No momento da partida, chegava Alcides Silva com mensagem do médico Ribeiro Vianna de Palmas informando não ter obtido respostas dos telegramas passados ao governo e que o cunhado de Cleto da Silva, Horácio de Moura havia sido preso. As notícias não eram das melhores, mas não havia caminho de volta. Acamparam na fazenda de João Lustoza de

²⁸¹ Essa informação é dada pelo deputado, mas não sabemos se é verdade, podendo ser apenas para dar maior crédito a sua tentativa de parecer “bom moço” por ter mantido o respeito não tomar a moça como refém. Cf. SIIVA, 1920, p 198.

²⁸² Ibidem, p. 201-2.

Siqueira. Na manhã do dia 13, pelas 11 horas chegaram à cidade de Clevelândia afirmando que nenhuma autoridade local se sentiu ameaçada, a não ser o tabelião Frederico Prohmann fugindo da cidade. Lá enviaram Leoncio Alves para informar as forças federais a dissolução do movimento, pedindo um prazo de quatro dias para sua fuga, caso fossem perseguidos entrariam em combate com as forças legais. O prazo seria suficiente para atravessarem a fronteira com a Argentina.²⁸³

Cleto afirmou que amigos e parentes se reuniram na Câmara Municipal para deliberarem sobre os meios de findar a revolta e dispersar as forças pela fronteira. Manoel Martins, Estevão do Nascimento Junior, Antonio Marcellino de Pontes e Crescencio Martins, foram os únicos a oferecer dinheiro aos revoltosos, mas fizeram sem coação. Alega também, que não houve os saques comentados pelos jornais da capital. A questão dos saques cometidos em Clevelândia é bem complicada de chegar a uma informação concreta. O jornal A REPÚBLICA alega que, tendo partido para Palmas o tenente da cidade, esta ficou desguarnecida, sendo saqueado um valor de 37 contos de réis.²⁸⁴ O DIÁRIO DA TARDE afirmou que Cleto chegou à cidade com objetivo de debandar o movimento, mas vários de seus homens e de Zeca Vaccariano cometeram saques. Contudo, ressalva que Cleto, Maneco Tavares, Modesto Cordeiro e o engenheiro Paulo Tabbert não cometeram nenhum tipo de depredação. Provavelmente, Cleto não tentou ou não conseguiu evitar que seus homens cometessem essas depredações. Na notícia do segundo jornal, Cleto ainda é satirizado, afirmando que, enquanto os saques eram cometidos, ele chorava.²⁸⁵

Voltando ao desfecho do movimento, os revolucionários palestraram com o Dr. Trasybulo Lins, Juiz Municipal, demonstrando o telegrama enviado ao Governador do Estado comunicando a dissolução da força e sua retirada. O governador respondeu que havia recebido a informação.²⁸⁶ Por fim:

No dia 14 de Agosto, pela manhã, era dissolvida a pequena força revolucionaria. Estava pois, consumado o ultimo sacrificio pela emancipação do Contestado. Dos que acompanhavam, alguns partiram para o Rio Grande do Sul, via Xanxerê, outros a Guarapuava, para onde foi quem vem descrevendo estes factos, levando em sua

²⁸³ Ibidem, p. 205-8.

²⁸⁴ MARTINS, Romário. **O que ha no Contestado - Cleto da Silva Quer render-se.** A REPÚBLICA, N° 196, p. 2. Curitiba, 21 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/32177> acessado dia 22/06/2017.

²⁸⁵ BORGES, Generoso. **O ex-Contestado em guerra, os bandos revolucionários revelam seus instintos cometendo saques e roubos.** Curitiba, 17 de agosto de 1917. DIÁRIO DA TARDE, N° 5782, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23707> acessado dia 22/06/2017.

²⁸⁶ SILVA, 1920, p. 208.

companhia seu filho José P. Cleto e o engenheiro Paulo Tabbert, tendo a maioria seguido para fronteira da Argentina, via Barracão.²⁸⁷

O movimento acabou e os integrantes do grupo se dispersaram. Alguns foram para o Rio Grande do Sul, Cleto da Silva foi para Guarapuava e o restante procurou atravessar a fronteira Argentina, via Barracão, inclusive Vacariano, Luiz Fabrício e João Ruas. Essa prática já havia sido exercida pelos antigos maragatos derrotados na Revolução Federalista e por Zeca Vacariano, em 1910, depois de assaltar o trem pagador da Brazil Railway.

Sobre esses últimos acontecimentos desenrolados da saída de São João até a cidade de Palmas, o relatório do Chefe de Polícia da Capital, Lindolpho Pessoa, pôde confirmar algumas informações. Relata que, na cidade de Palmas, sofreram a resistência do capitão Sylvio Van Erven, com cooperação de muitos civis, sobre direção de Penido Monteiro, Juiz de Direito da comarca e do coronel Antonio Simões Cavalheiro, batendo com as informações de Cleto. De Palmas, os mesmos, seguiram para Clevelândia, desguarnecida por ter a força policial dali saído em direção a Palmas. Ao entrarem na Vila, fizeram saques de dinheiro e mercadorias, numa importância de 10 contos.²⁸⁸

Lindolpho Pessoa, disse que não esperava outra coisa de indivíduos da espécie de José Vacariano e João Ruas que “entraram com o fim exclusivo de praticar saques e roubos e nunca por amor à independência do ex-Contestado”. Quanto a Cleto da Silva, não acreditava que tenha agido com o mesmo intuito, mas lhe cairia todas as responsabilidades das consequências de seu movimento. De Clevelândia, afirmou que os revolucionários se retiraram em direção ao Barracão, sendo perseguidos por um contingente de praças de polícia e de civis, sob comando do capitão Sylvio Van Erwen sendo muitos capturados, terminando por completo a insurreição.²⁸⁹

Cleto da Silva finalizava também sua narrativa fazendo duras críticas à atuação do coronel Emygdio Ramalho, comandante da circunscrição militar do Paraná transferida para União da Vitória, por manter sua família presa naquela cidade, conseguindo liberar sua esposa, D. Francisca Pacheco Cleto, somente no dia 20 de Agosto. Em contrapartida, fez elogios ao coronel Cunha Martins, que evitou o ataque contra suas forças. Assim, o deputado afirmava que os bandoleiros, incendiários, bandidos como foram tratados pelos jornalistas da

²⁸⁷ Ibidem, p. 209.

²⁸⁸ PARANÁ (ESTADO). CHEFE DE POLÍCIA LINDOLPHO PESSOA DA CRUZ MARQUES. **Relatório enviado ao secretário do interior, justiça e intrução pública em 31 de dezembro de 1917**. p. 10. Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba. 1917. Disponível em <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1917MFN802.pdf> acessado dia 22/06/2017.

²⁸⁹ Idem.

época, não cometeram atos de violência contra os passageiros do comboio de Nova Galícia, não atacaram o tenente Granville em Calmon, não foram descorteses com as senhoras da família do capitão Sylvio e do Presidente do Estado Affonso Camargo, como haviam dito os jornais.²⁹⁰ E, por fim, alegou:

Se não conseguimos ver realizado o nosso ideal de autonomia e liberdade do Contestado, ao menos demonstramos a nossa opinião, protestando contra esse ultraje atirado às faces de um povo inteiro, pois o acordo de 20 de outubro de 1916 não representa nem mais nem menos do que a derrocada da lei, do direito e da democracia.

Guarapuava, Paraná, Dezembro de 1917.

Cleto da Silva.

Em 23 de agosto, o DIÁRIO DA TARDE publicou uma notícia falando sobre o envio de um telegrama do general Barbedo para o marechal e Ministro da Guerra Caetano Faria, sobre notícias do Contestado. Nesse telegrama, afirmou que Cleto da Silva havia perguntado para o coronel Emygdio Ramalho se poderia apresentar-se para depor armas. Em resposta, o marechal Faria disse que Cleto deveria ser bem recebido, ficando responsável o coronel Ramalho por lhe dar a resposta.²⁹¹ Percebe-se que, logo após o fim do movimento, Cleto já procurava soluções para voltar a circular pelo Paraná, sendo bem recebido pelas autoridades estaduais e nacionais. Ainda sobre o desfecho do movimento, na mensagem de 1918 ao Congresso Estadual, Affonso Camargo relata sobre o levante ocorrido em 1917, confirmando as informações gerais e também esclarecendo novamente os motivos que o fizeram aceitar o Acordo de limites, provocando os futuros historiadores ao afirmar que será “necessário que o historiador tenha bem em vista o seguinte”:

A) que a intervenção do Exmo. Sr. Dr. Wenceslau Braz, digno Presidente da Republica, para dirimir essa questão, se deu quanto o Paraná já tinha contra si três sentenças em via de execução, as quaes lhe arrancavam todo o território do contestado; [...]

C) que o Paraná por esse convenio logrou salvar quase a metade do território sob sua jurisdição na zona contestada, considerada pelo Supremo Tribunal Federal como todo pertencente ao Estado de Santa Catarina.²⁹²

²⁹⁰ SILVA, 1920, p. 211-212.

²⁹¹ BORGES, Generoso. NACIONAIS - O "general" José Julio quer depor as armas. DIÁRIO DA TARDE, Nº 5787, p. 2. Curitiba, 23 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23728> acessado dia 22/06/2017.

²⁹² PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE AFFONSO ALVES DE CAMARGO. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado em 1 de fevereiro de 1918**. Curitiba, tipografia. d'A Republica – Rua 15 de novembro n. 28, 1918. p. 7-8. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/720453/644> acessado dia 22/06/2017.

Estavam terminadas as movimentações em torno do conflito de limites entre Paraná e Santa Catarina na região do Paraná. Cleto da Silva foi para Guarapuava onde se dedicou a escrita do livro “O Contestado diante das Carabinas”, principal fonte utilizada nesse trabalho. Antes mesmo da sua publicação em 1920, assim como afirmando pelo estudo de Ruy Wachowicz o ex-deputado, que perdeu seu cargo, obteve a anistia do governo federal, voltando a exercer a função de tabelião de União da Vitória.

Numa notícia publicada em 29 de novembro de 1918 no DIÁRIO DA TARDE, a Liga de Defesa Nacional do Paraná afirmava ter recebido uma quantia de 190\$000 (cento e noventa mil reis) do diretório regional do Paraná do Sr. José Julio Cleto da Silva, aparecendo como tabelião de União da Vitória. O dinheiro era para os marinheiros brasileiros que haviam ido combater na Primeira Guerra. Parece que Cleto seguiu se dedicando a causas do patriotismo.²⁹³ Ainda sobre o desfecho do líder do movimento do Estado das Missões, em 1933, voltou a fazer uma publicação com o livro “Apontamentos Históricos de União da Vitória”, expondo em ordem cronológica os principais acontecimentos da cidade desde sua fundação até o ano de 1933. Dessa maneira, percebemos que Cleto parece ter seguido a carreira de funcionário público e intelectual após o fracasso de sua movimentação armada, preferindo ficar longe de polêmicas com os poderes estaduais e federais.

3.3 A IMPRENSA DA CAPITAL E OS POSSÍVEIS PLANOS DOS REVOLTOSOS

Enquanto o movimento se desenrolava no interior do Contestado, a imprensa curitibana publicava uma coletânea de notícias sobre o ocorrido. O principal periódico dedicado a informar a população da capital foi o DIÁRIO DA TARDE, dirigido, na época, por Generoso Borges. A assinatura do jornal, anualmente, custava ao leitor 24\$000 reis, por seis meses saía à metade do preço e o número avulso custava \$100, sendo publicado diariamente.

O DIÁRIO DA TARDE trazia características típicas da imprensa do início do século XX, como visto na introdução. No estudo feito por Liz Andrea Dalfré, dedicado a estudar outras narrativas da nacionalidade sobre a Guerra do Contestado, no subcapítulo 3.2 a autora faz uma análise do movimento da Guerra do Contestado no respectivo jornal. Este periódico, nesse período era de composição liberal e bastante regionalista, em defesa dos interesses do

²⁹³ BORGES, Generoso. **Liga de Defesa Nacional**. DIÁRIO DA TARDE, N° 6170 (1), p. 2. Curitiba, 18 de novembro de 1918. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/2528> acessado dia 25/06/2017.

Paraná e do governo estadual. Tinha publicações de tendência sensacionalista, apaixonada e irônica, características da imprensa brasileira desse período. Ao falar sobre a Guerra, não estava preocupado somente em relatar os fatos, mas chegou a enviar jornalistas para o local para obter informações, chegando a relatar as tentativas de um deputado paranaense Correia De Freitas de apaziguar os rebeldes e percorrer o reduto.²⁹⁴

Liz Andréa Dalfré chama a atenção para não tomar as informações como uma fonte precisa da realidade, mas como uma representação do real que busca prevalecer ideias e valores sobre as outras representações. O periódico, para atingir esse objetivo, busca uma linguagem simbólica, construindo imagens sobre o outro e sobre si mesmo. Outro aspecto chamado a atenção pela pesquisadora é que, durante o A Guerra do Contestado, o DIÁRIO DA TARDE publicou notícias, diariamente, do início do conflito até seu término, assim como aconteceu no movimento de Cleto da Silva. Isso possibilitou afirmar que “seu discurso fazia sentido e mesmo possibilitava a vinculação de identidade entre seus leitores, uma vez que a publicação era contínua e os títulos, eram recorrentes”²⁹⁵.

Ainda sobre o periódico, na análise desta pesquisa, referente ao ano de 1917, foi possível perceber que os volumes distribuídos contavam, geralmente, com quatro páginas, sendo a primeira dedicada às principais notícias da imprensa Brasileira; a segunda para notícias de caráter mais regional, ligadas à capital e o Paraná, em geral, trazendo também uma seção para os telegramas, que constituíam uma das principais fontes de informação, enviados ao diário por parte de outros jornais ou informantes;²⁹⁶ a terceira página era referente à movimentação social e também contava com anúncios de lojas, divulgação de eventos culturais, cultos religiosos, mensagens ao público, etc.; a última página seguia mais ou menos a mesma orientação da terceira, aparecendo publicidades, anúncios de lojas e eventos. As duas primeiras páginas eram compostas por colunas, seguidas de letras miúdas que transmitiam ao leitor as informações do que acontecia. Já as duas finais, eram compostas por bastantes imagens, sendo a última repleta delas, presentes principalmente nos anúncios, sendo uma maneira de atrair uma maior atenção do leitor e proporcionar uma leitura dinâmica daquelas informações.

Além dos aspectos da materialidade, as características apontadas pela pesquisadora também permaneceram durante o ano de 1917, principalmente no mês de agosto, quando se

²⁹⁴DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras Narrativas da Nacionalidade:** O movimento do Contestado. Dissertação apresentada no curso de pós-Graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004. p. 57-8 e 60.

²⁹⁵ Ibidem, p. 58.

²⁹⁶ Ibidem, p.59.

deu o levante de Cleto da Silva. Durante as duas primeiras semanas, o periódico dedicou-se a publicar cerca de oito notícias, quase que diariamente, ocupando a primeira ou segunda página. O jornal também buscou informantes para esclarecer os acontecimentos para seu público da capital e as notícias preenchiam grandes colunas, trazendo sua representação de como estava se desenrolando o movimento, com cunho sensacionalista, irônico e também em defesa dos interesses do governo estadual, como apontado pela pesquisadora.

Foi por meio do DIÁRIO DA TARDE, que se identificaram os possíveis planos dos revolucionários. A notícia do dia 6 de agosto de 1917, apontava ter descoberto quais eram esses planos.²⁹⁷ O título da notícia continuava com o mesmo de outras edições “Agitações no Contestado”. Os subtítulos eram diferentes, sendo eles “Como se concebeu a revolução no Contestado e qual os seus intuitos - Os chefes do movimento - Os planos de acção que falharam e o ensejo da greve - Quem era o verdadeiro chefe da mazorca”. Antes de analisar as notícias, deve-se ter em mente que a imprensa seleciona, ordena, estrutura e narra de uma determinada forma aquilo que elegeu digno de chegar até seu público, por isso cabe aos historiadores analisar o seu discurso, identificando o que se é intencional de dizer para criar uma representação e o que realmente aconteceu.

A primeira parte da notícia publicada narrava três planos mirabolantes, envolvendo os coronéis Manoel Fabricio Vieira e João Francisco do Rio Grande do Sul. Segundo o periódico, esses caudilhos estavam procurando retomar a política do senador Pinheiro Machado no cenário nacional e fazer um levante que tomasse o governo dos três Estados do Sul. Todos os planos desses caudilhos rio-grandenses haviam fracassado. Sobre essa afirmação, desde janeiro, já corriam notícias sobre um possível levante no Contestado liderado por Fabricio Vieira com ajuda de João Francisco. Entretanto, as notícias tratavam sempre de suspeitas e o máximo que elas provocaram foi uma defesa do coronel Fabricio Vieira na imprensa do Rio Grande do Sul, por meio de uma entrevista concedida e um telegrama enviado ao jornal A FEDERAÇÃO.²⁹⁸

Somente a última parte da notícia falava sobre os planos do movimento de Cleto da Silva, alegando contar apenas com a ajuda de Fabricio Vieira e opositores paranaenses. O periódico afirmou que, em reunião na sede do ex “Correio do Paraná” os líderes do

²⁹⁷ BORGES, Generoso. **Agitação no Contestado**. DIÁRIO DA TARDE, N° 5772, p. 1. Curitiba, 6 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23667> acessado dia 22/06/2017.

²⁹⁸ Cf. PENAFIL, Carlos. **Entrevista com o coronel Manoel Fabricio Vieira**. A FEDERAÇÃO, N° 27, p.1. Porto Alegre, 31 de Janeiro de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/388653/35908> acessado dia 22/06/2017. E PENAFIEL, Carlos. **O Contestado**. A FEDERAÇÃO, N° 33, p. 5. Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/388653/35950> acessado dia 22/06/2017

movimento tomaram resoluções importantes na presença de políticos e de autoridades judiciais. Esse período pode ser identificado como o mesmo em que Cleto da Silva fez viagens para o Curitiba, a fim de organizar um movimento contra o acordo, com apoio de políticos influentes e outras figuras. A notícia ainda alegou que Cleto Silva voltou para União da Vitória com a palavra de ordem e passou ao coronel Fabrício, “que cumpria papel de soldado”, um telegrama contendo os dizeres “madeira vendida; entrega dia 31 de Julho”, sendo esse o dia determinado para o início do levante.

Cleto também teria avisado Modesto Cordeiro e Anastácio Modesto da Luz para que, no fim do mês, atacassem Valões às duas horas da madrugada, tomando a cidade em assalto, com auxílio de desertores do exército que lhes acompanhariam e que depois se ligassem com Oscar Weigert e outros elementos em Paulo Frontin para atacarem União da Vitória, avançando pela margem direita do Iguaçu. Cleto, nesse momento, viria com seu exército de São João e atacaria as cidades do lado de lá, sabendo que havia poucas forças, contando com a vitória. Ao mesmo tempo, Vacariano, Crescencio Chaves e Luiz Fabricio marchariam contra Herval e Marcelino Ramos, para ocupar esses pontos.

Essa era a representação dos planos do DIÁRIO DA TARDE que, em partes bate com o que foi discutido. Como visto, o levante acabou se dando no dia 30 de julho pela madrugada, por ter a força militar do exército, comandada pelo major Abreu de Lima encostado na cidade de União da Vitória, levando os líderes do movimento a abandonar a cidade onde seria a base de suas operações. Também a figura de Modesto Cordeiro esteve desde o início junto ao grupo que acompanhava Cleto da Silva, sendo responsável somente por agitar Valões Anastácio Modesto da Luz, que pelas informações do capitão Sebastião Pinto, fracassou, não ficando claro o motivo.

Mas, o jornal dizia saber as razões do fracasso. Anastácio da Luz compreendeu o fim do mês como o dia 30, enquanto Cleto tinha preparativos para o dia 31 de julho, quando estaria em São João. O equívoco fez que Anastácio da Luz precipitasse suas ações, saindo de Valões e em direção a União da Vitória, passando em Paulo Frontim, onde não teve o auxílio mencionado. Esperou, então, o ataque de Cleto da Silva para que, quando ouvisse o tiroteio do outro lado, entrasse no campo de batalha. Ficou esperando na margem do Iguaçu, sem nada perceber de anormal, seus companheiros começaram a desertar, fugiu Oscar Weigert com seu piquete, fugiu Modesto Cordeiro com outro grupo e fugiu ainda, Anastácio da Luz, deixando só na estrada três soldados que foram presos pelo coronel Antônio de Sá.

Se realmente Anastácio da Luz ficou à margem do Iguaçu esperando que Cleto da Silva atacasse União da Vitória não é possível afirmar com certeza. Mas, parece possível que

ambos tivessem o plano de dominar a cidade, fracassado desde o início por as forças do exército rondarem a região. Com esse fracasso, segundo o periódico, Cleto só teve tempo de arrancar os trilhos em Nova Galícia e esperar a chegada do coronel Fabricio Vieira que havia sido avisado do movimento no dia 31 de julho e depois se dirigir a São João. Enquanto Cleto se direcionava para São João, o periódico alegou que o grupo de Vacariano deveria ameaçar Campos Novos, em Santa Catarina, e atacar Marcelino Ramos, o que não sucedeu devido a que aquele ponto estar guarnecido por mais de 150 homens com metralhadoras e artilharia.

Sobre esse episódio Cleto não comenta nada em sua narrativa, mas não há nenhuma notícia referente a um ataque em Marcelino Ramos. É possível supor que, como estavam guardados todos os pontos principais, o grupo de Vacariano tenha evitado o ataque por não contar com homens suficientes para enfrentar as forças legais. Outro ponto importante para o fracasso dos planos revolucionários é a informação presente na notícia sobre a transferência da sede da circunscrição militar do Paraná para União da Vitória, sob comando do coronel Emygdio Ramalho. Esse fato pode ser confirmado, pois diversas vezes Cleto afirmou que o coronel estava em União da Vitória e que estavam aquarteladas mais de 2000 mil soldados na cidade.

Desta maneira, o jornal parece evidenciar os possíveis planos que os revoltosos tinham armado, na ausência de outras fontes, foi o que nos restou. Em resumo, Cleto da Silva e Anastácio da Luz tomariam União da Vitória, Valões e São João, impedindo a movimentação de tropas naquela região. Enquanto isso, Zeca Vacariano interromperia o tráfego em Herval e Marcelino Ramos, dificultando a chegada de tropas. Com a chegada do apoio do coronel Fabricio Vieira, teriam homens armados suficientes para tomarem o restante do Contestado, contando com apoiadores posicionados em outros pontos, como Três Barras e na Capital, que lhes concederiam recursos e mais armas. Mas, nada saiu como o planejado, os apoiadores até deram alguns recursos como a família Pimpão na cidade de Palmas, os Pachecos, mas nenhum deles se arriscou a entrar naquela empreitada, que já parecia ter ido por água abaixo.

Quanto a outros apoiadores, mencionados na passagem de Cleto da Silva, sobre o fracasso de Dídio Augusto, em Três Barras, os esforços do senador Alencar Guimarães, Menezes Doria e Alves de Faria. É possível tirar algumas conclusões a respeito dessas figuras. O senador Alencar de Guimarães fez uma oposição ao senador Generoso Marques durante a discussão no Congresso Nacional do Acordo de Limites. Alves de Faria era apontado na mesma notícia onde alegavam ter revelado os planos dos revolucionários, como líder de um movimento de greve na capital do Estado para atrair a atenção das forças armadas.

Não foi possível recolher muitas informações sobre esses dois indivíduos, contudo, Dídio Augusto e Menezes Dória merecem um pouco mais de atenção.

Menezes Doria foi maragato durante a Revolução Federalista, tendo, após a derrota do movimento, se exilado na Argentina e voltado para o Brasil somente anistiado. Seu envolvimento nas denúncias do movimento vem desde que foi mencionado numa notícia no DIÁRIO DA TARDE, em fevereiro de 1917.²⁹⁹ Naquele momento, ele era acusado de ter feito entrevistas alarmantes no Rio de Janeiro, afirmando que o acordo não seria cumprido, achando-se a população do Contestado disposta a pegar em armas para não entrar no domínio catarinense. Durante a assembleia de junho de 1916, convocada pelo Presidente do Paraná para apresentar o acordo aos paranaenses, demonstrou-se adepto do Estado das Missões quando saiu em sua defesa, opondo-se a solução em que a maioria se concentrava.³⁰⁰ O antigo coronel maragato também era visto como um dos principais opositores a política de Affonso Camargo.³⁰¹ É bem provável que esse indivíduo tivesse prometido auxiliar o movimento de Cleto da Silva, se esse chegasse a atingir a capital do estado. Contudo, com o fracasso logo no início, seus esforços se resumiram apenas ao combate pela imprensa e, nas vias políticas, ao acordo.

Dídio Augusto ocupou cargos como substituto em municípios do planalto norte Contestado, o que lhe permitiu ganhar certa experiência na política e na administração, entrando no círculo político da região. Em 1910, havia fixado sua residência em Rio Negro, município do qual foi Três Barras desmembrada em 1º de abril de 1913. Em 1914, foi eleito primeiro prefeito, sendo reeleito para o cargo até 1917, quando aquele município paranaense passou para a jurisdição de Santa Catarina pela assinatura do Acordo de Limites. Nesse período, Dídio Augusto militou contra o acordo e tentou incitar outros prefeitos do estado paranaense a reagirem, no movimento liderado pelo senador Alencar Guimarães no Rio de Janeiro. Em 1917, Dídio Augusto chegou a telegrafar para o senador Ruy Barbosa afirmando que a população de Três Barras não havia sido consultada sobre o acordo.³⁰²

Em julho de 1917, rebentou uma greve dos operários da Lumber Company na região de Três Barras, no mesmo período em que corriam as movimentações de Cleto da Silva. Essa greve, não contou somente com a demanda dos trabalhadores, mas esteve envolvida com

²⁹⁹ D'OILVEIRA, Ernesto Luiz. **A revolução no Contestado**. DIÁRIO DA TARDE, N° 5620, p. 1. Curitiba, 3 de fevereiro de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23059> acessado dia 22/06/2017.

³⁰⁰ A. FREITAS. **A questão de limites**. A REPÚBLICA, N° 229, p.1. Curitiba, 30 de setembro de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/31099> acessado dia 22/06/2017.

³⁰¹ Informação disponível em <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38> acessado dia 22/06/2017.

³⁰² TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e suas transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940**. Florianópolis, SC, 2013. p.47.

outras questões que se passavam na região naquele momento. A passagem de Três Barras para Santa Catarina resultaria na substituição de Didio Augusto, que tinha sido reeleito para o cargo de prefeito e era ativo militante a favor dos direitos dos trabalhadores e contra a companhia norte-americana. É admissível afirmar que a mobilização dos trabalhadores contra a companhia norte-americana esteve relacionada com a substituição daquele prefeito e a própria perseguição que se deu contra aquele líder.³⁰³

Cleto da Silva sabia da militância de Didio Augusto contra o Acordo de Limites e, é possível supor, que ambos tiveram contato durante o mês de julho, visto que Cleto recebia telegramas da região de Três Barras. Outra suposição possível é que a greve que rebentou em Três Barras poderia ter sido inflamada por Dídio Augusto que perdia seu cargo naquele momento, servindo para atrair contingentes do exército, enquanto Cleto da Silva fazia seus ataques mais ao oeste do Contestado. Não se pode esquecer que o comboio que passou por Nova Galícia, levou tropas do exército para a região de Três Barras para controlar a greve dos operários da Lumber, revelando ser uma preocupação do governo.

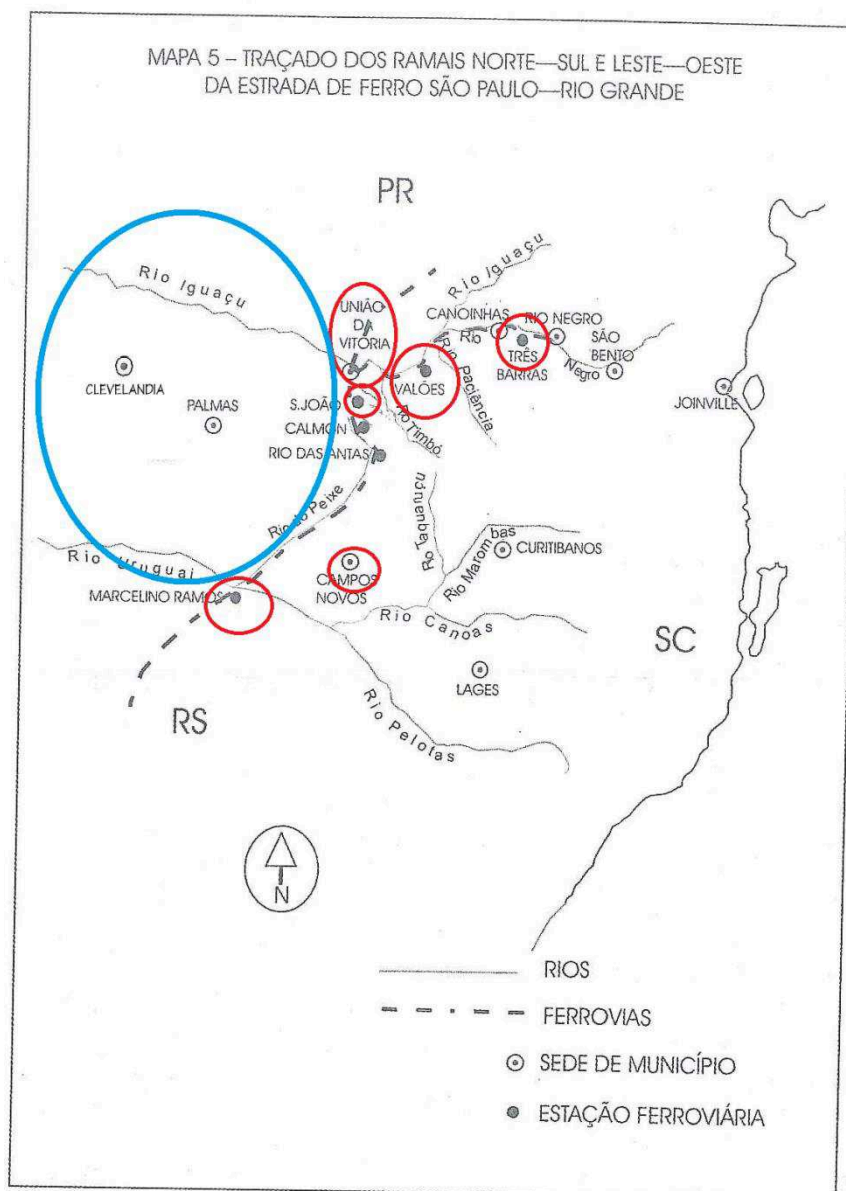
Portanto, fica evidente que Cleto realmente tinha apoiadores em demais regiões do Contestado, mas, devido ao fracasso de seu levante, pelo número e mobilização das forças do exército, as movimentações que se davam em outras regiões, não conseguiram convergir para um mesmo ponto, ficando apenas com ações dispersas em várias regiões. Para ficarem mais claros os planos representados pelo DIÁRIO DA TARDE, foram apontados na página seguinte, no mapa dos ramais da estrada de ferro da zona contestada disponibilizado no livro de Paulo Pinheiro Machado, os pontos que deveriam ser interrompidos para o sucesso do levante (em vermelho), bem como a área que ficaria livre para criação do Estado das Missões (em azul).

É possível perceber que a ocupação de Marcelino Ramos pelo grupo de Zeca Vacariano impediria a movimentação por parte das tropas do Rio Grande do Sul, sendo auxiliado pelo Coronel Fabricio Vieira. Logo, Campos Novos seria tomada como novo ponto de resistência às forças catarinenses. Enquanto isso, Dídio Augusto, em Três Barras, impediria a movimentação de tropas pela linha férrea do ramal São Francisco devido à greve dos funcionários da Lumber. Isso abriria caminho para que Modesto da Luz e Cleto da Silva tomassem São João e Valões tornando outro ponto de resistência. União da Vitória ficaria como base de operação dos revoltosos, resistindo às forças vindas da capital federal e de São Paulo, que também estariam ocupadas com a greve nacional. Dessa maneira a região de

³⁰³ Ibidem, p. 192-193.

Palmas e Clevelândia, onde contavam com maior apoio, poderia ser proclamada como o Estado das Missões.

Imagem 6: Mapa dos pontos que seriam ocupados.³⁰⁴



³⁰⁴ O mapa original esta disponível no livro de Paulo Pinheiro Machado. Cf. MACHADO, 2004, p. 379.

Considerações Finais

Imagem 7: Um grupo de paranaenses decididos.³⁰⁵



Legenda: Em União da Victoria, na zona contestada. Um grupo de paranaenses decididos, Sentados: Dr. Sebastião Paraná, delegado do Comitê de Limites de Curitiba; Dr. Luiz de Albuquerque Maranhão, juiz de direito da comarca; coronel Jahyr d'Avellin, presidente do Comitê Local. Em pé, major J. J. Cleto da Silva, redactor d'O Missões; académico Maranhão Filho e professor Victor Grein, jornalista e delegado do Comitê Central. Na Janella: a Exma esposa do Dr. Paraná, Sra. D. Elvira Faria Paraná.

No ano de 1911, Santa Catarina daria o início ao Processo de Execução para serem cumpridas as três sentenças ganhas no processo movido contra o Paraná. Os paranaenses, em contrapartida, se mostravam decididos a não aceitar a passagem de terras sob seu domínio provisório para a jurisdição catarinense, falando abertamente na imprensa e na política de âmbito local, estadual e nacional que não acatariam a decisão do Superior Tribunal Federal. Dentro desse contexto, a revista ilustrada O MALHO (RJ,) publicou em sua edição de 3 abril de 1911 uma fotografia relacionada a questão de limites.³⁰⁶

³⁰⁵ Fotógrafo não informado. Imagem recortada da revista ilustrada O MALHO (RJ), publicada em 8 de abril de 1911. p. 15. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/116300/18574> acessado dia 21/06/2017.

³⁰⁶ A revista O MALHO (RJ) fazia parte de um conjunto de revistas ilustradas que apareciam durante o século XX. Dentro as características da revista, ela apresentava um cuidado com a apresentação, uma leitura fácil e agradável, possuindo diagramação ampla para imagens. Os conteúdos abordados eram bem diversificados, podendo abranger crônicas, poesias, fatos curiosos pelo Brasil, moda, regra de etiqueta, notas políticas e policiais, jogos, charadas, leituras para crianças, publicidades, anúncios de medicamentos, acontecimentos da

O público visado pela revista com essa publicação era os cidadãos letrados e interessados em saber sobre o conflito entre os dois estados. Para atrair a atenção dos leitores, tornou-se interessante demonstrar quem eram os defensores dos direitos paranaenses contrários à decisão do STF. À esquerda dos representantes escolhidos pelo órgão da imprensa estava, justamente, José Júlio Cleto da Silva, acompanhado de outros políticos locais de União da Vitória e membros do comitê de limites de Curitiba.

Do comitê de limites aparecem os delegados Sebastião Paraná e Victor Grein, sendo, o último, também jornalista. Como representantes de União da Vitória, aparecia o coronel Jahyr d’Avelin, presidente do comitê local e o major Jose Júlio Cleto da Silva, redator do MISSÕES. Essa foto é interessante para a pesquisa, pois, a legenda da revista deixa bem claro qual era o tipo de motivação daqueles paranaenses, ali havia um “grupo de paranaenses decididos”. Embora a revista procure adjetivar suas legendas para abranger um maior número de assuntos, aquele grupo realmente estava decidido a não deixar que as terras do Contestado do lado paranaense, passassem para o estado vizinho. Na verdade, um deles estava tão decidido, José Júlio Cleto da Silva, que pegou em armas para defender uma solução que lhe parecia melhor para o conflito: o desmembramento do Contestado do Paraná para formar o Estado das Missões.

Buscou-se, por meio da pesquisa, contribuir para a temática sobre a História do Contestado, compreendendo as especificidades do movimento que se desenrolou na região Sul e Sudoeste paranaense, pela criação do Estado das Missões. Ao analisar o contexto e as redes de relações e sociabilidade que envolviam o tabelião, intelectual e político José Júlio Cleto da Silva, foi possível identificar aspectos de como estavam organizados os coronéis da cidade de União da Vitória e da região norte do Contestado, sua ligação com o conflito de limites, bem como, todas as etapas que fizeram parte da movimentação pelo Estado das Missões.

A fundação da Junta Governativa do Estado das Missões foi a primeira medida concreta tomada para criar o Estado das Missões, comunicando por telegrama os líderes paranaense de Curitiba. Enviando dois representantes, o governo do Paraná pediu para que aguardassem a decisão dos Embargos Declaratórios movidos pelo Paraná, mas também, declarou que se fosse perdida a causa no STF, apoiariam a criação do novo Estado. Com essa atitude, podemos afirmar que o governo paranaense não queria de maneira alguma perder a

vida social e política, charges e sátiras etc. Procurando também agradar todos os tipos de públicos, feminino, masculino, infantil, político, esportivos, pedagógico, educacional, humorístico, literário, religioso, etc. Possuíam essas características por o grosso da população não ser letrada, logo, deveriam buscar todos os tipos de assuntos para abranger um maior número leitores. Cf. LUCA, 2012, p. 121.

parte que já tinha sob sua jurisdição provisória. Isso se dava, pois tanto os Campos de Palmas como as regiões de Três Barras, Rio Negro, Timbó eram muito ricas, sendo desvantajoso perder aquela região. Além disso, Affonso Camargo, já havia feito contratos com empresas estrangeiras interessadas na construção de ferrovias, exploração de madeiras e ervais nativos do Contestado. Por isso, mesmo que não apoiassem com todas as forças, também não rechaçavam a ideia por completo, pois caso as sentenças fossem executadas, valeria mais apoiar a criação do Estado das Missões do que ficar sem todo o território do Contestado.

Se o movimento armado de Cleto da Silva rebentasse nesse momento, talvez tivesse chances maiores de ter êxito, visto que contava com apoio de vários líderes Sul e Sudoeste do Paraná e também porque a região ainda não havia passado pela Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916) que modernizou e preparou significativamente o Exército Nacional e a polícia estadual para atuar naquela zona. Entretanto, nesse primeiro momento, não era essa a via escolhida para criar o Estado das Missões. Tudo deveria ser feito dentro da constituição republicana federal, por meio do artigo 4º, que permitia o desmembramento do território de um Estado para a formação de um novo. Nos anos seguintes após a criação da Junta Governativa, até a assinatura do Acordo de Limites em 1916, é percebido um afastamento não só do governo paranaense, como também de grande parte das lideranças da região norte do planalto Contestado em relação à ideia emancipação do Contestado. Isso se deu pelas pressões feitas na política local, estadual e nacional para se escolher um acordo direto entre os dois Estados para resolver o conflito e também pela investida dos rebeldes dos sertanejos em 1914, fazendo com que as lideranças locais se ocupassem em combater os rebeldes, esquecendo o conflito de limites por um tempo.

Durante esse período, Cleto da Silva se tornou tabelião de União da Vitória e também candidato a deputado estadual pelo diretório do partido republicano, elegendando-se nas eleições de 1915, na qual Affonso Camargo assumiu o cargo Presidente do Estado do Paraná. A Guerra Sertaneja do Contestado (1912-1916) acelerou consideravelmente o processo de resolução do conflito, feito por meio de alianças políticas na capital federal entre o Presidente do Paraná, Affonso Camargo, o governador catarinense Felipe Schmidt e o Presidente da República, Wenceslau Braz. A solução escolhida foi um acordo direto entre os dois estados, resultando na assinatura do Acordo de Limites. É claro que nenhum dos dois Estados queria ceder partes de seu território e perder jurisdições de zonas onde haviam criados municípios. Entretanto, as pressões exercidas pela cúpula nacional deixavam claras as consequências da não resolução do conflito naquele momento para cada um dos lados.

Se o Acordo de Limites não fosse aceito por Santa Catarina, o estado, com pouco peso na política nacional, corria o risco de ficar ainda mais à margem das decisões e do apoio da esfera federal. Desta maneira, suas sentenças nunca seriam cumpridas e teria seu desenvolvimento prejudicado, além disso, a possibilidade da criação do Estado das Missões poderia reduzir seu território apenas a uma expressão litorânea. Já o Paraná, por mais que reivindicasse a posse de toda região por ter ocupado grande parte do território antes dos catarinenses, também não arriscaria ser contrário a um acordo, mesmo que trouxesse desgostos para seus habitantes. Caso os paranaenses não aceitassem, corriam o risco de ver as sentenças de Santa Catarina executadas, perdendo toda a região do Contestado. Além do mais, também perderiam peso na esfera federal e passariam a ser vistos com maus olhos pela imprensa nacional.

Portando, é possível concluir que o estudo das movimentações em torno do Estado das Missões também permitiu ver a importância que o processo movido por Santa Catarina teve para a ideia de criação do novo Estado e, também, para o Acordo de Limites. A vitória de Santa Catarina em 1904 foi um dos fatores responsáveis pelo surgimento da ideia de criação do Estado das Missões e, as próximas, motivaram e deram ainda mais força ao movimento dos coronéis e políticos da região Sul e Sudoeste do Paraná. No Acordo de Limites, mesmo ele sendo responsável pelo abandono do processo, as sentenças cumpriram papel importante como fator de peso político nas decisões tomadas na esfera federal entre catarinenses, paranaenses e o Presidente da República.

As sentenças cabidas ao governo federal e sua execução, permitiram a Wenceslau Braz ter uma vantagem na resolução do conflito, isto é, ele podia ameaçar os dois estados com o mesmo tipo de argumento. Do lado paranaense, o possível cumprimento das sentenças acarretaria toda a perda da região do Contestado, sendo esse um dos pontos frágeis daquele estado. Para os catarinenses o contrário, a não execução das sentenças colocaria aquele estado numa situação complicada, por não ter força na política nacional para fazer por contra própria. É possível identificar este como um dos fatores que levou ao sucesso da negociação promovida pelo Presidente da República que, mesmo a contragosto, os estados conseguiram alcançar um acordo para resolver a questão.

É claro que não se pode resumir a assinatura do Acordo de Limites a esse argumento, a Guerra Sertaneja do Contestado também contribuiu consideravelmente, sendo um dos motivos para que Wenceslau Braz pedisse a ida dos líderes dos estados à capital federal. A política feita na capital federal e as pressões na imprensa nacional também cumpriram seu papel. A criação do Estado das Missões também influenciou na assinatura do acordo, visto

que, quanto maior a demora em resolver o conflito, mais abririam as brechas para os coronéis levarem a ideia adiante, correndo o risco de tanto Santa Catarina, quanto o Paraná perderem influência e investimentos feitos no Contestado. Outro fator que podia acontecer era o estado dos catarinenses ser reduzido a uma pequena faixa territorial no litoral Sul do Brasil.

A assinatura do Acordo de Limites em 20 de outubro de 1916, é tomada, muitas vezes, como a resolução definitiva do conflito de limites, mas não foi bem assim. Novamente, a compreensão do movimento pelo Estado das Missões contribuiu para perceber que, mesmo ambos os representantes dos estados chegando a um acordo, ainda precisavam ser convencidos os políticos do Congresso Estadual e também lideranças coronelistas da região contestada, que preferiam a criação do Estado das Missões, deveriam ser convencidas ou derrotadas. Para isso, a cláusula nove do acordo garantiu que fossem respeitados os direitos privados dos paranaenses, mesmo passando para jurisdição catarinense, fazendo grandes proprietários e fazendeiros aceitarem o acordo. O prestígio político de Affonso Camargo e a força da imprensa conseguiram convencer a maioria dos deputados estaduais de ser essa a melhor solução, exceto Cleto da Silva e Ulysses Vieira, que fizeram oposição durante as sessões de aprovação.

Faltava somente o poder estadual barrar as movimentações dos adeptos do Estado das Missões, que buscavam interromper aprovação e homologação do Acordo de Limites. Portando, essa pesquisa, também contribuiu para perceber como se deu essa resistência ao Acordo de Limites. Recorrendo a fontes de caráter mais empírico como Jornais e as memórias de Cleto da Silva, identificou-se como essas lideranças possuíam características de um coronelismo consolidado durante a Primeira República, sendo elas: uma grande propriedade fundiária, patentes na Guarda Nacional, atuação através dos partidos republicanos, grande prestígio social e político, utilização da imprensa para campanhas e defesa de interesses, lançamento de candidatos a deputado estadual para se articularem nas decisões do estado, entre outras características.

O início da resistência se deu primeiro na política. Durante as sessões de dezembro, Cleto da Silva e Ulysses Vieira apresentavam argumentos de oposição e preparavam seus colegas para apresentarem seu projeto substituto ao Acordo de Limites. É nesse projeto que é possível identificar como se daria a formação do sonhado Estado das Missões. Seu território ficaria compreendido entre os Rios Iguaçu e Negro, ao norte; a sueste a Serra do Mar, ao sul Rio Uruguay e a oeste os Rios Peperiguaçu e Santo Antônio. A capital do novo estado seria União da Vitória e o processo de legitimação deveria ocorrer por meio do art. 4º da Constituição Federal. Essa foi a principal tentativa pelas vias políticas de convencer o

Presidente do Estado como a emancipação do Contestado era a melhor solução a ser tomada. Contudo, o projeto não foi discutido, pois a maioria do Congresso tinha seu voto decidido pelo Acordo de Limites.

Se pelos meios constitucionais não foi possível barrar a aprovação do acordo, a luta armada tornou-se uma opção, mobilizando homens armados suficientes poderiam fazer um levante frente às forças policiais do estado, criando o Estado das Missões por meio da força. Este foi outro ponto estudado durante a pesquisa, no dia 30 de Julho de 1917, Cleto da Silva e demais líderes de piquetes dispostos a lutar, tomariam essa, como a última medida para tentar a criação do novo Estado. O levante contaria com apoio de outros líderes organizados, em outros municípios contestados, que sofreriam perdas de prestígio e de influência política com a passagem para jurisdição catarinense. A greve que se agitava na região de Três Barras deveria servir para interromper o tráfego ferroviário e distrair as forças legais. Dessa maneira, o movimento se alastraria por toda região contestada e, finalmente, seria criado proclamado o Estado das Missões e impedido que o Contestado passasse para jurisdição catarinense.

Percebe-se que a aprovação no Congresso do Estado paranaense não significou o fim do conflito, o governo ainda teria que combater – assim como combateu os sertanejos dos redutos do contestado – lideranças coronelistas que já haviam lutado lado a lado com as tropas legais. Contudo, o Paraná não poupou esforços. As mobilizações foram intensas, Cleto da Silva e os outros líderes do movimento passaram a ser vigiados pela polícia secreta de Curitiba, tropas da força policial do Paraná começaram a se posicionar nos pontos estratégicos da região do Contestado e a aliança política com a esfera federal fez toda diferença nesse momento. Além do Regimento de Segurança do Estado, Affonso Camargo também contou com o apoio do Exército Nacional.

Em 29 de julho, seguiu para União da Vitória o major Abreu de Lima sobre suspeita de planos revolucionários, impedindo os revoltosos de tomarem a cidade e levando ao fracasso o primeiro plano, pois a cidade serviria de base de operação para o movimento. Cleto e seu grupo partiram na madrugada de 30 de julho com um número reduzido de vinte dois homens. As tentativas de convencer as autoridades estaduais e federais ao longo da linha férrea também não tiveram sucesso. Os seus companheiros, que promoveriam movimentações nas outras regiões dos municípios contestados, também falharam, pois as tropas federais e estaduais já estavam posicionadas nos principais pontos de luta. A transferência do comando da circunscrição militar do Paraná de Curitiba para União da Vitória, sob comando do coronel Emygdio Ramalho, deu fim a qualquer esperança de um sucesso por parte levante. Aquartelaram-se, naquela cidade, uma força de cerca de dois mil homens, entre policiais do

estado e do Exército Nacional, enquanto as forças de Cleto da Silva chegaram, no máximo, a cerca de 170 homens, mesmo após se reunir com outros piquetes de apoio.

Portando, é possível concluir que o fracasso do levante promovido por Cleto da Silva se deu por grande parte das lideranças que atuaram no início do movimento de criação do Estado das Missões não estarem dispostas a se envolver e mobilizar homens armados para lutar pela causa após a assinatura do Acordo de Limites, tendo um número insuficiente de homens para enfrentar as autoridades federais e estaduais. Além disso, o recente combate contra os sertanejos, durante a Guerra Sertaneja do Contestado, fez com que as tropas legais tivessem muito mais conhecimento de como atuar na região, estando bem preparadas e modernizadas para frear qualquer tipo de movimentação que promovesse uma alteração na ordem. Outro fator foi o comprometimento de Affonso Camargo em cumprir Acordo de Limites, essencial para a política do Paraná na esfera federal e estadual, não hesitando para acabar com o levante e pedindo o auxílio de Wenceslau Braz, também envolvido na negociação.

Desta maneira, o deputado Cleto da Silva, vendo seu levante não ter homens suficientes para enfrentar as forças legais e criar o Estado das Missões, preferiu não entrar em combate com as forças legais, dissolvendo o movimento e dispersando seus integrantes para o Rio Grande do Sul, regiões do Paraná e para a República da Argentina. A partir desse momento, a ideia de criar o Estado das Missões caiu em esquecimento por aquele ex-deputado da Assembleia Legislativa do Paraná. Em vez de procurar reunir adeptos para uma nova investida, preferiu concentrar seus esforços na publicação de um livro contando sua versão dos fatos do ocorrido frente ao dito na imprensa da capital. Com essa publicação, Cleto buscou ingressar novamente no círculo político e de prestígio social dos paranaenses e, de fato, conseguiu. Nos anos seguintes voltou a exercer o cargo de 2º tabelião de União da Vitória e continuou a residir por ali.

Os estudos das especificidades do movimento do Estado das Missões permitiram entender um pouco mais sobre a resolução do conflito, quase secular, de limites que se desenvolveu na região do Contestado. Através da redução de escala, no contexto e nas relações de Cleto da Silva, foi possível compreender aquelas ações, num primeiro momento, como uma resistência às vitórias de Santa Catarina no Supremo Tribunal Federal e, num segundo momento, como uma resistência ao Acordo de Limites que desagregava da jurisdição paranaense a zona riquíssima da saliência norte do planalto Contestado. Nesse contexto, foi possível perceber que o Estado das Missões surgiu como alternativa para resolução do conflito, sendo proposto pelas lideranças locais do norte do planalto Contestado. No início,

chegou até, de certa maneira, a ganhar algum apoio pelo governo paranaense, mas depois, durante a fase de negociação do acordo, perdeu a maior parte de sua força, resumindo-se, no final, a uma levante de alguns indivíduos da região norte do planalto Contestado, para manter seus prestígios sociais, poderes políticos e interesses econômicos, que enfraqueceriam com a passagem da jurisdição das cidades paranaenses para os catarinenses.

Outro aspecto observado foram as marcas deixadas pela Revolução Federalista na zona contestada. O movimento contou com o apoio do coronel Amazonas Marcondes e do coronel João Menezes, antigos maragatos e o tenente-coronel Cleto da Silva, pai de Cleto exerceu o cargo de Secretário da Fazenda durante o governo federalista. Além disso, algumas práticas adotadas naquele conflito também foram trazidas para este, como o arrebanhamento alheio e a fuga pela República da Argentina. Por último, o estudo também contribuiu para demonstrar como a mobilização de homens e armas por parte de coronéis durante a Primeira República, seja do interior ou da capital, tornava-se a maior fonte de poder para se afirmarem frente à oposição. A incapacidade, por parte de Cleto da Silva, de mobilizar mais de duzentos homens, frente à capacidade de Affonso Camargo de reunir dois mil homens armados para combater o levante, demonstrou como esse fator realmente fez a diferença no momento de decisão sobre a questão de limites, resultando na vitória do poder estadual aliado ao federal sobre o poder local.

Essas foram as contribuições que buscou-se alcançar por meio da análise e pesquisa em torno das especificidades que circundavam a ideia de criação do Estado das Missões no Contestado. Passando, muitas vezes, generalizada nas pesquisas concentradas na questão de limites, o estudo das peculiaridades por meio do jogo de escala entre as relações do micro e do macro, permitiu trazer novas afirmações e um olhar mais rico e esse episódio que faz parte da História do Contestado. Revelando, assim, aspectos sobre a atuação das elites coronelistas na região Sul e Sudoeste do Paraná, sobre o processo movido por Santa Catarina, sobre o Acordo de Limites, sobre resistência ocorrida contra sua aprovação e homologação e, por fim, sobre a resolução definitiva do litígio de limites.

REFERÊNCIAS:

CABRAL, Oswaldo R. **A campanha do Contestado**. Florianópolis. Lunardelli. 1979.

CARONE, Edgard. **A primeira República (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1975.

COSTA, Licurgo. **Um Cambalacho Político – A VERDADE SOBRE O “ACORDO” DE LIMITES PARANÁ-SANTA CATARINA**. Florianópolis: Edição Lunardelli, 1987.

DALFRÉ, Liz Andréa. **Outras Narrativas da Nacionalidade: O movimento do Contestado**. Dissertação apresentada no curso de pós-Graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2004

DANTAS, José Ibarê Costa. **Coronelismo e Dominação**. Aracaju: UFS, 1986.

DELMIR, José Valentini; EPIG, Marcia Janete; MACHADO, Paulo Pinheiro (Orgs.). **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado (1912-1916)**. Pelotas: Editora da Universidade Federal de Pelotas, 2012.

GINZBURG, Carlo. Sinais, raízes de um paradigma indiciário. In GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

GRENDI, Edoardo. Microanálise e história social. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de (orgs.). **Exercícios de micro-história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009, p. 19-38.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo, no Brasil** [por] Victor Nunes Leal, com nota do Prof. Basílio de Magalhães; prefácio de Barbosa Lima Sobrinho. 2. Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1975. P. 251-2.

LEVI, Giovanni. “Un problema di scala”, In VV.AA. **Dieci interventi sulla storia sociale**. Turim: Rosenberg & Sellier, 1981.

_____. **A herança imaterial. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Sobre a micro-história” In: BURKE, Peter (org). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LIMA, Henrique Espada. Micro-História. IN: Cardoso, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos Domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LUCA, Tania Reegina. História dos, nos e por meio dos periódicos. IN: **Fontes Históricas**. Carla Bessanezi Pinsky (org.) - 2.ed. 1ª reimpressão. - São Paulo : Contexto, 2008.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das chefias caboclas (1912-1916). – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.

_____. **O Conflito do Canudinho de Lages (1897)**. Estudos de Sociologia, Araraquara, v.13, n.24, p.65-78, 2008.

OLIVEIRA, Ricardo Costa da. **O Silêncio dos Vencedores. Genealogia, Classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. **OS 120 ANOS DA GUERRA CIVIL DE 1893**. *Historiae*, Rio Grande, v. 4, n. 2: 137-147, 2013.

PIAZZA, Walter F. **Santa Catarina: sua história**. Florianópolis: Ed. da UFSC: Lunardelli, 1983.

PODELESKI, Onete da Silva. **Lei de Terras de 1850**. *Revista Santa Catarina em História - Florianópolis - UFSC - Brasil* ISSN 1984-3968, v.1. , n.2, 2009.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito social**. São Paulo: Editora Ática, 1891.

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão**: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército brasileiro. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2008.

SAES, Décio. **Estado e Democracia**. Ensaios Teóricos. Coleção Trajetória 1. IFCH. UNICAMP, 1994.

SANTOS, Júlio Cesar Ferreira. **AS QUESTÕES DE LIMITES INTERESTADUAIS DO BRASIL: TRANSIÇÃO POLÍTICA E INSTABILIDADE DO TERRITÓRIO NACIONAL NA PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930) - O CASO CONTESTADO.** Revista Eletronica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona. Vol. X, num. 217 (17), 1 de agosto de 2006.

SILVA, Carlos Luiz. **Museu do Paraná e Santa Catarina: formas de lembrar e esquecer o Movimento do Contestado (1946-1988).** Relatório apresentado no programa de pós-graduação em História, setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2016.

SILVEIRA, Matheus Fernando. **NAS BORDAS DO CONTESTADO: a questão de limites no Processo de Execução e no Acordo de 1916.** Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2015

SIQUEIRA, Ana Paula Pruner. **Cativeiro e Dependência na Fronteira de Ocupação: Palmas, PR, 1850-1888.** Dissertação de Mestrado. Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

SOUZA, Almir Antônio. **A Lei de Terras no Brasil Império e os índios do Planalto Meridional: a luta política e diplomática do Kaingang Vitorino Condá (1845-1870).** Revista Brasileira de História. São Paulo, 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbh/2015nahead/1806-9347-rbh-2015v35n70007.pdf> .

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

THOMÉ, Nilson. **A Política no Contestado: do Curral da Fazenda ao Pátio da Fábrica.** Caçador: UnC/ Museu do Contestado, 2002. 234p.

_____. **Da caá-í, Congõi ou Kukai ao Chimarrão: a erva-mate do Contestado na História.** Caçador/Lages (SC): 2011.

TOMPOROSKI, Alexandre Assis. **O polvo e seus tentáculos: A Southern Brazil Lumber and Colonization Company e suas transformações impingidas ao planalto contestado, 1910-1940.** Florianópolis, SC, 2013.

VALENTINI, Delmir José, EPIG, Marcia Janete, MACHADO, Paulo Pinheiro. **Nem fanáticos, nem jagunços: reflexões sobre o Contestado.** Pelotas: Editora da Universidade federal de Pelotas, 2012.

VISCARDI, Claudia Maria Ribeiro. **O Teatro das oligarquias: uma revisão da política do “café com leite”**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2001.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Literotécnica, 1985.

FONTES:

LIVROS:

SILVA, Cleto da. **ACCORDO Paraná – Santa Catarina ou O Contestado diante das carabinas**. Papelaria Globo – Rua 1º de Março, 15, CORITIBA, 1920.

SILVA, Cleto da. **Apontamentos históricos de União da Vitória**. União da Vitória: Paraná, 1933.

MENSAGENS E RELATÓRIOS DO GOVERNO DO PARANÁ:

PARANÁ (ESTADO). CHEFE DE POLÍCIA LINDOLPHO PESSOA DA CRUZ MARQUES. **Relatório enviado ao secretário do interior, justiça e intrução pública em 31 de dezembro de 1917**. Tipografia da Penitenciária do Estado. Curitiba. 1917. Disponível em

<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/arquivos/File/RelatoriosSecretarios/Ano1917MFN802.pdf> acessado dia 22/06/2017.

PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de fevereiro de 1913**. Curitiba. Tipografia, Diário Oficial, Rua 15 de Novembro n.24. 1913. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u612/> acessado dia 20/06/2017.

PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado em 1º de fevereiro de 1914**. Curitiba. Tipografia, Diário Oficial, Rua 15 de Novembro n.28. 1914. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u613/> acessado dia 21/06/2017.

PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. **Mensagem enviada em ao Congresso Legislativo do Estado 1º de Fevereiro de 1915**. Tipografia da Republica, Rua 15 de Novembro, nº28. 1915. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u614/> acessado dia 21/06/2017.

PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE CARLOS CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE. **Mensagem ao Congresso Estadual em 1º de Fevereiro de 1916**. Tipografia do Diário Oficial, Rua 15 de Novembro nº 28. 1916. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u615/> acessado dia 21/06/2017.

PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE AFFONSO ALVES DE CAMARGO. **Mensagem enviada ao Congresso do Estado em 1º de Fevereiro de 1917**. Tipografia d'a Republica. Rua 15 de novembro nº 28. 1917. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u616/> acessado dia 21/06/2017.

PARANÁ (ESTADO). PRESIDENTE AFFONSO ALVES DE CAMARGO. **Mensagem enviada ao Congresso Legislativo do Estado em 1 de fevereiro de 1918**. Curitiba, tipografia. d'A Republica – Rua 15 de novembro n. 28, 1918. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/720453/644> acessado dia 22/06/2017.

JORNAIS:

A FEDERAÇÃO (RS):

PENAFIEL, Carlos. **Movimento de forças em Santa Maria: Uma entrevista com o coronel Fabricio Vieira**. A FEDERAÇÃO, Nº 27, p.5. Porto Alegre, 31 de Janeiro de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/388653/35908> acessado dia 20/06/2017.

PENAFIEL, Carlos. **O Contestado**. A FEDERAÇÃO, Nº 33, p. 5. Porto Alegre, 7 de fevereiro de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/388653/35950> acessado dia 22/06/2017

PENAFIEL, Carlos. **O movimento no Contestado - Tropas em marcha - o manifesto dos paranaenses descontentes**. A FEDERAÇÃO. Nº 179, p. 3. Porto Alegre, 3 de agosto de 1917. Disponível <http://memoria.bn.br/docreader/388653/36986> acessado dia 22/06/ 2017.

PENAFIEL, Carlos. **Os sucessos no Contestado**. A FEDERAÇÃO, Nº 180, p. 5. Porto Alegre, 4 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/388653/36992> acessado dia 22/06/2017.

A REPÚBLICA (PR):

A FREITAS. **A questão de limites**. A REPÚBLICA (PR), Nº 229. p. 1. Curitiba, 30 de setembro de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/31099> acessado dia 21/06/2017.

A FREITAS. **Congresso do Estado, acta da 7 sessão extraordinária de 4 de dezembro de 1916**. A REPÚBLICA (PR), Nº 288. p. 2. Curitiba, 9 de Dezembro de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/31338> acessado dia 21/06/2017.

A. FREITAS. **Reconhecimento dos deputados**. A REPÚBLICA (PR), N° 25. p. 1. Curitiba, 31 de Janeiro de 1916. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/30278> acessado dia 21/06/2017.

A. FREITAS. **VIDA ESCOLAR, Os Exames**. A REPÚBLICA (PR), N° 290. p. 1. Curitiba, 12 de dezembro de 1912. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/26453> acessado dia 20/06/2017.

FREITAS, Alfredo Aurelio. **Directorios Locaes**. A REPÚBLICA (PR), N° 49. p. 2. Curitiba, 28 de fevereiro de 1912. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/25453> acessado dia 20/06/2017.

GONÇALVES, Manoel José. **ANNUNCIOS: Collegio Cleto, Escola Mixta**. A REPÚBLICA (PR), N° 305, p.3. Curitiba, 31 de dezembro de 1904. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/16413> acessado dia 20/06/2017.

MACHADO, Vicente; HYPOLLITO Pereira. **Secretaria de Obra Pública e Colonização: Despacho d. exm. sr. dr. Governador do Estado, Dia 21**. A REPÚBLICA (PR), N° 261, p.1. Curitiba, 23 de novembro de 1900. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/11546> acessado dia 20/06/2017.

MARTINS, Romário. **O que ha no Contestado - Cleto da Silva Quer render-se**. A REPUBLICA, N° 196 , p. 2. Curitiba, 21 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/215554/32177> acessado dia 22/06/2017.

A NOITE (RJ):

Redator não identificado. **A malsinada região do contestado - Boatos e receios de um movimento - conjecturas interessantes do Sr. general Abreu**. A NOITE (RJ) N° 1831, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/34897001/9981> acessado dia 22/06/2017.

DIÁRIO DA TARDE (PR):

BORGES, Generoso. **Agitação no Contestado**. DIÁRIO DA TARDE, N° 5772. p. 1 Curitiba, 6 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23667> acessado dia 22/06/2017.

BORGES, Generoso. **Liga de Defeza Nacional**. DIARIO DA TARDE, N° 6170 (1), p. 2. Curitiba, 18 de novembro de 1918. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/2528> acessado dia 25/06/2017.

BORGES, Generoso. **O ex-Contestado em guerra, os bandos revolucionarios revelam seus instintos cometendo saques e roubos.** Curitiba, 17 de agosto de 1917. DIÁRIO DA TARDE, N° 5782, p. 1. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23707> acessado dia 22/06/2017.

BORGES, Generoso. **O futuro pleito, O Contestado no Congresso e no Governo.** DIÁRIO DA TARDE, N° 5172. p. 1. Curitiba, 17 de Agosto de 1915 Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/21223> acessado dia 21/06/2017.

BORGES, Generoso. NACIONAIS - **O "general" José Julio quer depor as armas.** DIÁRIO DA TARDE, N° 5787, p. 2. Curitiba, 23 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23728>.

BORGES, Generoso. **Os sucessos do Contestado. A revolução que estourou em Nova Galícia e Valões vae tendo o seu termo.** DIÁRIO DA TARDE, N° 5769 p.1. 2 de agosto de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23655> acessado dia 22/06/2017.

BORGES, Generoso. **Revista dos Municípios - Marechal Mallet.** DIÁRIO DA TARDE, N° 5728, p. 1. Curitiba, 15 de Junho de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23499> acessado dia 22/06/2017.

BORGES, Generoso. **VARIAS.** DIÁRIO DA TARDE, N° 5171. p. 1. Curitiba, 16 de agosto de 1915. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/21219> acessado dia 21/06/2017.

JUNIOR, Celestino. **Bella Vista de Palmas, Instalação deste termo.-Suicídio de um jovem.- Hospedes e Viajantes.- Eleição Municipal.** DIÁRIO DA TARDE, N° 2846. Curitiba, 2 de julho de 1908. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/10444> acessado dia 20/06/2017.

JUNIOR, Celestino. **Um Novo Estado: Comício em Palmas, O contestado.** DIÁRIO DA TARDE, N° 3106. p. 1. Curitiba 21 de Maio de 1909. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/11528> acessado dia 20/06/2017.

JUNIOR, Celestino. **Palmas Independente.** DIÁRIO DA TARDE, N° 3117. p. 1. Curitiba, 3 de junho de 1909. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/11572> acessado dia 20/06/2017.

D'OLIVEIRA, Ernesto Luiz. **A revolução no Contestado. A verdadeira causa do movimento que por lá se opera.** DIÁRIO DA TARDE N° 5620. p. 1. Curitiba, 3 de

fevereiro de 1917. Disponível em <http://memoria.bn.br/docreader/800074/23059> acessado dia 22/06/2017.

O PAIZ (RJ)

Redator não identificado. **O Contestado.** O PAIZ, N° 12.009, p. 1. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1917. Disponível em http://memoria.bn.br/docreader/178691_04/35906 acessado dia 20/06/2017.